

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIELA ZAMIGNAN

**O OLHAR DA COMUNIDADE SOBRE O ARRANJO SOCIOPRODUTIVO DE
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM MORRETES (PR):
VIVÊNCIAS, EXPERIÊNCIAS E APRENDIZADOS**

CURITIBA
2012

GABRIELA ZAMIGNAN

**O OLHAR DA COMUNIDADE SOBRE O ARRANJO SOCIOPRODUTIVO DE
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM MORRETES (PR):
VIVÊNCIAS, EXPERIÊNCIAS E APRENDIZADOS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento, no curso de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio

CURITIBA

2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rua dos Funcionários, 1540- Juvevê- CEP: 80035-050 Curitiba-Pr
Fone (Fax) 41- 3350 5764 Fone 41- 3350 5849
E-mail: made@ufpr.br Home-Page: www.ppgmade.ufpr.br

PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora composta pelos professores: Carlos Alberto Cioce Sampaio (orientador UFPR), Cristina Frutuoso Teixeira (UFPR), Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano (UECE) após realizarem a arguição da dissertação de mestrado apresentada pela candidata **Gabriela Zamignan**, intitulada: *"O Olhar da Comunidade Local: uma avaliação da experiência do arranjo socioproductivo de turismo de base comunitária em Morretes (PR)"* deliberaram pela Aprovação ☒ Reprovação () Com menção: ☒ Distinção () Louvor. Tendo a candidata completado todos os requisitos necessários para receber o grau e o Diploma de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

OBS: Adequar a metodologia de pesquisa e o título conforme
Sugerido a seguir: O olhar da comunidade sobre o Arranjo
Socioproductivo de Turismo de base comunitária em Morretes (PR): vivências,
experiências e aprendizados.

Curitiba, 19 de março de 2012.

Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio

Profa. Dra. Cristina Frutuoso Teixeira

Profa. Dra. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

*Dedico este trabalho aos moradores do Rio Sagrado, que
sempre tão bem me acolheram e tanto me ensinaram durante o
período de vivência nesta comunidade especial.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por estar sempre presente em minha vida e por iluminar meu caminho durante mais uma etapa.

Aos meus pais Antonio e Marilene e ao meu irmão Augusto, que sempre me deram força, coragem e incentivo, me apoiando nos momentos de dificuldades, por acreditarem em mim e principalmente por terem proporcionado a realização deste sonho.

Ao meu companheiro Pedro, pelo crescente amor, dedicação, incentivo e compreensão nesta caminhada.

De forma especial, aos moradores do Rio Sagrado que abriram às portas para tão bem me receber. Pelas longas conversas, aprendizados e emoções proporcionados nesse período de convivência, vocês são especiais!

Agradeço de forma especial e grandiosa ao meu professor e orientador Carlos Alberto Cioce Sampaio e a professora Cristina Teixeira, pelo incentivo e colaboração em todos os momentos desta trajetória.

Ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, pelo apoio e por proporcionar importantes momentos de reflexão.

À CAPES, pelo apoio financeiro durante esta jornada.

À todos os meus grandes amigos pela força, companheirismo e carinho dedicados nesta minha trajetória.

“A menos que modifiquemos nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”.

Albert Einstein

RESUMO

Atualmente, diante da concorrência imposta pelo mercado globalizado, pequenas comunidades rurais buscam por novas formas de organização e desenvolvimento territorial, como acontece com a experiência do Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária nas comunidades da Região Sudoeste da Microbacia do Rio Sagrado, em Morretes, Litoral do Paraná. Nesta experiência, enquanto o arranjo socioprodutivo e político de base comunitária (APL.Com) oportuniza modos de produção artesanais, o Turismo Comunitário potencializa modos de vida locais. Assim, tem-se como eixo central do arranjo socioprodutivo, o Turismo de Base Comunitária (APL.Tur). O presente trabalho tem como objetivo central apresentar a análise de como a experiência do Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária no Sudoeste da Microbacia Hidrográfica do Rio Sagrado é avaliada pela comunidade e como esta favorece o desenvolvimento local e a conservação da biodiversidade. Para o alcance dos objetivos propostos, este estudo valeu-se inicialmente de pesquisa bibliográfica, a partir de trabalhos relacionados à temática. Para a avaliação do APL.Tur, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um roteiro para entrevista semi-estruturada, com intuito de obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão (MINAYO, 1996). Dentre os principais achados da pesquisa, confirmou-se que a experiência promoveu o engajamento e a capacitação de lideranças locais, visando a formação e solidificação de um arranjo socioprodutivo de base comunitária. Mesmo com dificuldades na coesão e participação comunitária, os membros comunitários que estão envolvidos nas atividades buscaram identificar e propor soluções para seus problemas, ou seja, organizar, coordenar e articular os encadeamentos do arranjo socioprodutivo, atuando como protagonistas de seu próprio desenvolvimento. É interessante ressaltar também que, o tema de conservação da biodiversidade, para a maioria dos entrevistados, se constitui como questão importante para a manutenção dos modos de vida locais. Diante das transformações destacadas pelos entrevistados, conclui-se que o projeto de APL.Tur oportunizou, além da criação de alternativas que complementam a renda familiar, mas como fator essencial, o reconhecimento e a valorização de sua identidade, bem como a manutenção de seus modos de vida.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial Sustentável. Turismo Comunitário. Conservação da Biodiversidade.

ABSTRACT

Currently, in the face of competition imposed by the globalized market, small rural communities search for new forms of organization and territorial development, as with the experience of Arrangement socioproductives Community-based communities in the Southwest Region of the Rio Sagrado Watershed in Morretes, Coastline Paraná. In this experiment, while the arrangement socioproductives political and community-based (APL.Com) favors artisanal production methods, the Community Tourism values the local ways of life. Thus, we have as the centerpiece of the arrangement socioproductives the community-based tourism (APL.Tur). This paper aims to present the central analysis of how the experience of Arrangement socioproductives Community-based Watershed Basin in southwestern Rio Sagrado is valued by the community and how this promotes local development and biodiversity conservation. To achieve the proposed objectives, this study drew on literature search initially from work related to the theme. To evaluate the APL.Tur was used as an instrument for data collection a roadmap for semi-structured interview, aiming to get as many information as possible about a particular subject, in the view of the interviewee, and also to get a further details of the subject matter (MINAYO, 1996). Among the main findings of the research, it was confirmed that the experience promoted the engagement and empowerment of local leaders, aiming at the formation and solidification of an array of community-based social sectors. Even with difficulties in cohesion and community participation, community members are involved in activities that sought to identify and propose solutions to their problems, ie, organize, coordinate and articulate the linkages arrangement socioproductives acting as protagonists of their own development. It is also interesting to note that the theme of biodiversity conservation, for most respondents, is constituted as an important issue for the maintenance of local ways of life. Given the transformations highlighted by respondents, it is concluded that the experience of APL.Tur provided, beyond creating alternatives that supplement the family income, but as a key factor, recognition and appreciation of their identity as well as the maintenance of its modes of life.

Key-words: Sustainable Territorial Development. Community Tourism. Biodiversity Conservation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Microestrutura Do Apl.Com.....	45
FIGURA 2 – Mapa da APA de Guaratuba.....	65
FIGURA 3 – Mapa de Delimitação das Comunidades na APA de Guaratuba.....	69
FIGURA 4 – Cozinha Comunitária Candonga e Biblioteca Comunitária	70
FIGURA 5 – Enxurrada de 2010 na Comunidade Candonga.....	73
FIGURA 6 – Danos Causados pelas Chuvas de 2011 na Escola Canhembora.....	74
FIGURA 7 – Condições das Pontes de Acesso na Comunidade	75
FIGURA 8 – Posto de Saúde da Comunidade	76
FIGURA 9 – Agroindustrialização da Banana na Cozinha Comunitária	83
FIGURA 10 – Extração e Artesanato da Fibra da Bananeira	84
FIGURA 11 – Hospedaria Montanha Beija-Flor Dourado.....	85
FIGURA 12 – Engenho de Farinha	86
FIGURA 13 – Artesanato e Vivência com o Cipó-Imbé	87
FIGURA 14 – Feira de Trocas Solidárias	89
FIGURA 15 – Modelos de Rótulo para os Produtos oo APL.Tur.....	105
FIGURA 16 – Feira de Trocas Solidárias do Rio Sagrado	113
FIGURA 17 – Moradores do Rio Sagrado durante viagem ao Chile	114
FIGURA 18 – Lixeiras localizadas na Estrada Principal da comunidade.....	124
FIGURA 19 – Deslizamento e Ponte de Acesso a Comunidade	125

LISTA DE SIGLAS

AMORISA – Associação de Moradores do Rio Sagrado
ARTRISA – Grupo de Artesãos do Rio Sagrado
APA – Área de Proteção Ambiental
APL – Arranjo Produtivo Local
APL.Com – Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária
APL.Tur – Arranjo Socioprodutivo de Turismo de Base Comunitária
FURB - Universidade Regional de Blumenau
IAP – Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
LaGOE – Laboratório de Gestão de Organizações que promovem o Ecodesenvolvimento
MPEs – Micro e pequenas empresas
NPP – Núcleo de Políticas Públicas
MADE – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
MTur – Ministério do Turismo
PIB – Produto Interno Bruto
RedeSist – Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TBC – Turismo de Base Comunitária
TC – Turismo Comunitário
TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná
UACH – Universidad Austral de Chile
UC - Unidade de conservação
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
ZEE – Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO AO TEMA.....	12
1 OS (DES)CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES PARA A SUSTENTABILIDADE	21
1.1 REFLEXÕES PARA UM OUTRO DESENVOLVIMENTO.....	23
1.1.1 Desenvolvimento Territorial Sustentável	30
2 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DOS RECURSOS COMUNS	34
3 ARRANJOS SOCIOPRODUTIVOS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: NOVAS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	40
3.1 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	41
3.2 ARRANJO SOCIOPRODUTIVO E POLÍTICO DE BASE COMUNITÁRIA	44
3.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: FAVORECENDO EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS.....	48
4 CAMINHOS DA PESQUISA: ENFOQUE AOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	56
5 RIQUEZA NATURAL X POBREZA SOCIAL: O LITORAL PARANAENSE EM FOCO	60
5.1 O RURAL DO LITORAL: CONHECENDO O SUDOESTE DA MICROBACIA DO RIO SAGRADO	68
5.1.1 Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento (ZEE).....	77
5.1.2 Organização do Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Tur)	81
6 O OLHAR DA COMUNIDADE LOCAL: A AVALIAÇÃO DA INICIATIVA DO ARRANJO SOCIOPRODUTIVO DO RIO SAGRADO	92
6.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICOS EM FOCO	92
6.2 REFLEXÕES SOBRE OS ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS.....	140
APÊNDICES	152

APRESENTAÇÃO AO TEMA

A formulação da noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, a partir da fase pós-segunda guerra mundial, associou-se a ideia de progresso. Neste contexto, revelando-se como uma das ideias básicas da cultura moderna européia ocidental, esta noção baseou-se numa dinâmica predatória do capitalismo em que a natureza tem a função de gerar os recursos utilizados no processo produtivo e absorver os resíduos que retornam ao ecossistema, muitas vezes, em forma de contaminantes.

Contudo, o homem da sociedade contemporânea passou a avaliar a questão da conservação dos recursos naturais ao perceber que suas modificações e intervenções sobre o meio natural passaram a afetá-lo. A escassez de recursos naturais e a poluição ambiental, ocasionados pela degradação da natureza, fizeram com que a sociedade se questionasse sobre a possibilidade de esgotamento de recursos naturais e até mesmo da inviabilidade da vida no planeta. Considerando este cenário, novas propostas de desenvolvimento vêm sendo apontadas para superar os problemas socioambientais. Elas destacam o estabelecimento de uma relação equilibrada entre sociedade e natureza, de forma eficiente social e ambientalmente.

Diante da problemática ambiental e da necessidade de conservação dos recursos naturais, observa-se nos últimos anos a valorização e legitimação dos conhecimentos e práticas ecológicos existentes na apropriação dos recursos naturais por comunidades locais ou “tradicionais”.

Estas comunidades “tradicionais” se destacam por apresentar exemplos de ocupação do território e uso dos recursos naturais considerados de base sustentável. Este modelo é direcionado, muitas vezes, para a subsistência, com baixa articulação com o mercado, utilizando tecnologias apropriadas e de baixo impacto, provenientes de conhecimentos herdados e aperfeiçoados ao longo do tempo. Assim, os recursos naturais formam a base da cultura material dessas populações, que têm em seu modo de vida uma relação intrínseca com o meio ambiente (DIEGUES, 1994). Devido à relação cotidiana direta com o meio que exploram, essas comunidades desenvolveram um complexo conhecimento sobre os recursos naturais e sua conservação (Id, 1992). A partir da observação do modo de

vida de populações tradicionais, particularmente na relação que estabelecem com a natureza, assiste-se nas últimas décadas o desenvolvimento de novos referenciais teóricos e novas metodologias, que suportem os novos paradigmas de gestão ambiental. Reconhece-se que tais saberes ecológicos refletem a existência de relações ecológicas históricas entre comunidades locais ou “tradicionais” e os espaços e recursos naturais dos quais dependem diretamente para produzir e reproduzir seus modos de vida. Este novo contexto do conhecimento levou, a partir dos anos 1990, ao desenvolvimento de diversas iniciativas de envolvimento comunitário na elaboração, implementação e avaliação de projetos de desenvolvimento e gestão dos recursos naturais.

Uma alternativa de desenvolvimento territorial para essas comunidades é a constituição de Arranjos Produtivos Locais (APL), os quais estimulam a formação de aglomerações territoriais entre agentes econômicos, políticos e sociais, que apresentam vínculos entre si com foco em um conjunto específico de atividades econômicas. A exemplo destas aglomerações, algumas comunidades demonstram capacidade de organização a partir de relações de confiança e cooperação entre seus indivíduos e entre seus grupos sociais. São relações decorrentes de valores compartilhados que facilitam e aumentam a eficiência das ações coletivas.

A observação destas características originou o conceito de Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Com), um microempreendimento compartilhado de pequena escala. Este novo conceito transpõe o aspecto meramente econômico, ou seja, indica a ampliação do contexto das relações produtivas, que perpassam a perspectiva da economia e adentram na perspectiva da sociologia econômica e das ciências ambientais (SAMPAIO, 2010). Enquanto o APL tem como aspecto central a questão econômica, voltado à produção de bens e serviços, o APL.Com busca estabelecer relações (redes) entre diferentes agentes sociais, como por exemplo, entre pequenos produtores rurais e artesãos, de forma associada ou individual, e instâncias governamentais ou outros agentes da sociedade civil organizada (SAMPAIO, 2008; KELLER, 2008).

Neste sentido, essas comunidades procuram novas formas de organização e desenvolvimento, como acontece com a experiência do Arranjo Socioprodutivo de Turismo de Base Comunitária (APL.Tur) nas comunidades da região Sudoeste da Microbacia do Rio Sagrado, em Morretes, Litoral do Paraná. Estas comunidades, que estão inseridas em uma Área de Proteção Ambiental (APA), se organizam

diante de dificuldades inerentes às comunidades rurais da região, como a baixa escolaridade, falta de saneamento básico, falta de oportunidades para o desenvolvimento econômico, dificuldades de acesso e transporte, dificuldade de distribuição e comercialização de produtos locais, carência de infraestrutura básica e ausência de políticas públicas direcionadas às demandas de desenvolvimento territorial. A agricultura familiar predomina como forma de subsistência para a maioria das famílias destas comunidades, tendo como principal renda o plantio de banana, mandioca, chuchu entre outros, bem como o trabalho de diarista em chácaras de segunda residência. O APL.Tur do Rio Sagrado se desenvolve em torno da agroindustrialização, artesanato e turismo comunitário. Tem como principais atores a Associação Comunitária Candonga, responsável pela gestão da Cozinha Comunitária para a agroindustrialização de produtos, e os socioempreendedores que protagonizam vivências comunitárias com intuito de superar a concorrência de mercado, privilegiando ações de uma rede horizontal de cooperação.

O Turismo de Base Comunitária (TBC) ou Turismo Comunitário potencializa modos de vida locais, tornando-se o eixo central do Arranjo Socioprodutivo. Com a intenção de fomentar uma modalidade de turismo que se utiliza dos recursos naturais e culturais existentes nos lugares de forma sustentável, o Turismo de Base Comunitária se diferencia do turismo convencional, de massa, por priorizar a conservação do meio ambiente e das culturas tradicionais (SAMPAIO, 2010).

Emerge como alternativa para pequenas comunidades potencializarem seus modos de produção e de organização, considerados como atrativos turísticos, estimulando a geração de oportunidades de trabalho e renda aos membros da comunidade. Além disso, o Turismo Comunitário oportuniza aos indivíduos, geralmente excluídos de políticas públicas, acesso a melhores condições de educação, saúde e habitação, a partir do reconhecimento local e maior visibilidade do território, mediante a produção de serviços turísticos de forma associativa, comunitária, compartilhada e responsável.

A área de estudo concentra-se na região sudoeste da Microbacia Hidrográfica do Rio Sagrado, composta pelas comunidades rurais de Rio Sagrado de Cima, Canhembora, Brejumirim e Candonga, localizadas a 65 km de Curitiba-PR.

O projeto guarda-chuva intitulado Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento – ZEE teve início em 2006, com uma proposta inovadora à medida que coloca em prática a interação entre ensino-pesquisa-extensão, um dos

desafios das universidades, oportunizando às comunidades assegurar seus modos de vida e de produção. Baseia-se em uma proposta de educação para jovens universitários e membros comunitários, que busca visualizar e propor mecanismos de superação de problemas locais de maneira a proporcionar a melhoria da qualidade de vida dos atores envolvidos.

Conforme diagnóstico ecossocioeconômico¹ realizado em 2007, a população é constituída aproximadamente por 520 famílias, sendo 270 famílias residentes, predominantemente pequenos proprietários rurais, e 250 famílias não-residentes, proprietários de chácaras ou sítios de lazer. Com um universo de cerca de 270 famílias residentes, o projeto ZEE promove o engajamento e a capacitação de lideranças locais para o desenvolvimento de um Arranjo Socioprodutivo de Turismo de Base Comunitária, desencadeado pelos produtores rurais e artesãos organizados em associações e/ou de produção individual. Como atrativo central, as vivências comunitárias são coordenadas pelos socioempreendedores que compõem o arranjo, e as Feiras de Trocas organizadas pela própria comunidade. Nestas feiras, o visitante interage diretamente com o morador/produtor local, trocando bens, serviços e saberes, além das vivências a partir dos modos de vida e de produção da comunidade.

Desde o início dos trabalhos, a comunidade é tida como protagonista de seu desenvolvimento. Por meio da metodologia de diagnóstico participativo, os membros comunitários identificam e propõem soluções para seus problemas, e a equipe técnica e de pesquisa interdisciplinar trabalha apenas como facilitadora neste processo. Sendo assim, a própria comunidade organiza, coordena e articula os encadeamentos do arranjo socioprodutivo. Logo, oportuniza-se a manutenção de seus modos de vida, inclusive da organização do trabalho, além da criação de alternativas que complementam a renda familiar.

Sabe-se que ao longo destes cinco anos de trabalho na Microbacia do Rio Sagrado, cerca de 100 membros comunitários foram beneficiados de forma direta e/ou indireta pelo processo de desenvolvimento do APL.Tur. Ainda, os trabalhos realizados já resultaram em oportunidade para cerca de 30 jovens estudantes de

¹ O diagnóstico ecossocioeconômico foi realizado em 2007, e entrevistou 150 famílias cujos membros totalizaram 482 pessoas, sendo 243 do sexo feminino (51%) e 239 do sexo masculino (49%) (KELLER, 2008). No que diz respeito ao diagnóstico, pode-se afirmar que o mesmo foi atingido a partir de uma amostra que reflete a realidade observada pela pesquisadora, embora a aplicação dos questionários não tenha contemplado todos os residentes das comunidades, de modo a caracterizar uma pesquisa censitária.

graduação aliarem teoria e prática; cerca de 15 estudantes de pós-graduação indicarem respostas, por meio de suas teses, às demandas comunitárias e em torno de 30 profissionais voluntários contribuirão para transformar as demandas locais em ações práticas. No entanto, verifica-se a necessidade de realizar uma avaliação sobre as ações e práticas desenvolvidas na comunidade por meio do APL.Tur, e se este realmente tem proporcionado melhorias efetivas na qualidade de vida dos atores envolvidos.

Neste sentido, este contexto inspira alguns questionamentos norteadores da presente dissertação: O APL.Tur poderia vir a se tornar uma alternativa possível para o desenvolvimento territorial e viabilizar o engajamento efetivo de moradores locais nesse processo? Quais as principais mudanças proporcionadas pelo APL.Tur às comunidades da Microbacia do Rio Sagrado? Como os atores locais envolvidos nas atividades do APL.Tur avaliam seus resultados? Existe a preocupação com a conservação da biodiversidade a partir das práticas de produção adotadas pelos atores envolvidos?

Para tanto, com a finalidade de contribuir para esta discussão, a presente pesquisa parte do pressuposto que a interpretação do olhar local é essencial para o êxito de qualquer iniciativa de desenvolvimento territorial baseada em um Arranjo de Turismo de Base Comunitária. Nesse sentido, este trabalho fundamentou-se em um Estudo de Caso da região Sudoeste da Microbacia do Rio Sagrado (Morretes/PR), localidade a qual se desenvolve a experiência do Arranjo Socioprodutivo de Turismo de Base Comunitária, de forma ainda que incipiente, como uma possível alternativa socioeconômica para o desenvolvimento territorial.

Esse trabalho teve como objetivo geral *analisar como a experiência do Arranjo Socioprodutivo de Turismo de Base Comunitária no Sudoeste da Microbacia do Rio Sagrado é avaliada pela comunidade e como esta experiência favorece o desenvolvimento territorial e a conservação da biodiversidade.*

Para melhor compreensão do contexto do APL.Tur do Rio Sagrado, a pesquisa baseia-se nos seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar o Arranjo Socioprodutivo de Turismo de Base Comunitária do Rio Sagrado e seus desdobramentos.
- Identificar a avaliação que a comunidade local faz dos resultados obtidos pela experiência do APL.Tur.

- Identificar a visão que a comunidade local tem sobre a relação entre o desenvolvimento de práticas comunitárias propostas pelo APL.Tur (de produção, de comércio, outros) e a conservação da biodiversidade.

É importante destacar que a dissertação foi desenvolvida no eixo de pesquisa “*Políticas e Práticas de Gestão da Biodiversidade da Região Costeira do Sul do Brasil*”, do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE – UFPR). Faz parte de um projeto coletivo de pesquisa do Grupo Costeiro, desenvolvido pela Turma VIII de doutorado do MADE, intitulado “Políticas e ações de gestão da biodiversidade na zona costeira: atores e conflitos em três contextos socioecológicos no Sul do Brasil numa perspectiva de mudanças globais”. A escolha pelo PPGMADE se fundamentou principalmente por ser de caráter interdisciplinar, o que proporcionou a construção de conhecimento a partir do problema de pesquisa, no qual se buscou diferentes áreas do conhecimento, entrelaçando-as, compreendendo a interconectividade entre sistemas ecológicos e culturais de maneira a compreender sua complexidade. A pesquisa foi desenvolvida com o apoio de uma bolsa de mestrado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que se constituiu fundamental para o desenvolvimento deste estudo.

A escolha do tema “Arranjos Socioprodutivos de Turismo de Base Comunitária sob a ótica local das comunidades rurais” é resultante do interesse pessoal da pesquisadora, na busca da compreensão das mudanças que ocorrem ou podem ocorrer em comunidades nas quais a experiência de TBC se desenvolve. Esta temática se constitui objeto de reflexão da pesquisadora, como estudante universitária, sobretudo após a convivência com os moradores da Microbacia do Rio Sagrado durante atuação no Projeto do Ministério da Cultura² e do Projeto do Ministério do Turismo³ desenvolvidos nas comunidades, e no período de realização da monografia de conclusão⁴ do Curso de Turismo e Lazer da Universidade

² Mediante a chamada do Edital PROEXT MEC/CULTURA 2008, realizou-se o projeto “Resgate de Antigas e Novas Formas de Intercâmbio Solidário de Trocas valorizando o patrimônio material e imaterial através da geração de espaços alternativos que permitam um desenvolvimento a escala humana”, no ano de 2009.

³ A comunidade foi contemplada pelo projeto selecionado no âmbito do Edital de Chamada Pública de Projeto MTur/nº. 001/2008 – Seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária, no período de 2009 a 2010.

⁴ ZAMIGNAN, G. O perfil do turista da modalidade de Turismo Comunitário: Um estudo da experiência de Turismo de Base Comunitária na Microbacia do Rio Sagrado – Morretes (PR). Universidade Regional de Blumenau – FURB, Blumenau, 2009.

Regional de Blumenau (FURB). Já em 2010, ao ingressar no Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE) da Universidade Federal do Paraná, a pesquisadora deu continuidade ao trabalho na comunidade, resultando na presente dissertação.

Cumprе ressaltar que esta relação anterior com a área de estudo facilitou na aproximação e desenvolvimento da pesquisa na comunidade. Desta forma, a experiência na localidade proporcionou a esta pesquisadora a oportunidade de vivenciar a dádiva do encontro, que corrobora com o estudo desenvolvido por Pimentel (2007), o qual relaciona o turismo como a arte do “encontro”⁵.

Neste contexto, reinterpretando os conceitos de acordo com a experiência vivida no território de estudo, existe uma troca de saberes e valores entre a pesquisadora (visitante) e a comunidade do Rio Sagrado (anfitriões), estabelecendo relações de confiança e troca, favorecendo a interpretação da dinâmica territorial, que se expressa em seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza, elementos fundamentais para a compreensão do projeto de desenvolvimento do território estudado. Ao mesmo tempo, esta pesquisadora considera fundamental dar espaço e voz aos atores sociais da comunidade de estudo, de tal modo que se possa fazer valer o diálogo entre as distintas formas de conhecimento, sejam elas empíricas ou científicas.

Outro fator de motivação para esta pesquisa se confere ao fato de que muitos dos estudos acadêmicos relacionados ao turismo possuem um enfoque mercadológico, sendo ainda limitado o campo de reflexão do turismo que supere a lógica econômica. Assim, espera-se contribuir para estudos que busquem uma compreensão interdisciplinar deste fenômeno como alternativa de desenvolvimento territorial sustentável, juntamente com análises das relações socioambientais criadas e reinventadas entre os indivíduos e o território onde vivem.

Assim, a partir da proposta do APL.Tur percebe-se que a comunidade local desenvolveu diversas experiências comunitárias, umas sendo mais mercantis que outras, mas que mesmo sendo individuais ou isoladas, tem um sentido comunitário por constituírem um Arranjo Socioprodutivo. Ou seja, a proposta do APL.Tur traz

⁵ O trabalho de Pimentel (2007) analisou o sistema de hospedagem domiciliar na cidade do Rio de Janeiro, sob a luz dos conceitos de encontro e hospitalidade e da teoria da dádiva. A reflexão partiu de um estudo bibliográfico centrado na obra de Marcel Mauss — Sociologia e Antropologia (MAUSS, 2003) — sobre a teoria da dádiva e dos autores que interpretam essa temática na sociedade contemporânea.

benefícios para a comunidade, como qualificação de jovens e adultos, abertura de canais de comercialização para seus produtos, desenvolvimento ecossocioeconômico. Logo, oportuniza-se a manutenção de seu modo de vida – ainda que nele se insiram novas atividades produtivas – além da criação de alternativas que complementam a renda familiar.

No entanto, percebe-se que na experiência desenvolvida nas comunidades do Rio Sagrado, as práticas alternativas de produção e organização fortalecem o senso de comunidade, dando um sentido que perpassa o objetivo estritamente econômico e mercantil: um sentido que favorece as relações sociais, que oportuniza o surgimento de valores coletivos e comunitários. A organização comunitária surge motivada pela premissa de utilizar o turismo como uma alternativa para a organização e o fortalecimento comunitário, não se restringindo apenas à geração de trabalho e de renda.

Pela forte relação que a comunidade tem com a biodiversidade de seu território, seu modo de vida possui conhecimentos de conservação do patrimônio natural. O trabalho desempenhado pelo Arranjo na localidade reconhece tais conhecimentos e procura incorporá-los no planejamento e nas atividades turísticas. Por estar inserida na Área de Proteção Ambiental de Guaratuba, considera-se importante identificar a relação da comunidade com práticas de conservação da biodiversidade.

Para tanto, as reflexões levam a constatação de que é fundamental avaliar a interpretação dos moradores sobre o APL.Tur, pois se faz necessário identificar quais foram as contribuições e mudanças efetivas proporcionadas pela iniciativa de Arranjo Socioprodutivo de Turismo de Base Comunitária nestes cinco anos de atividades. Compreender a avaliação que os atores envolvidos fazem desta experiência configura-se como uma auto-avaliação do projeto que está sendo desenvolvido na comunidade, para que se possa adotar ações de (re)planejamento na construção coletiva do processo de desenvolvimento, almejando a manutenção e melhoria da qualidade de vida da comunidade envolvida.

Para uma maior reflexão sobre as questões elucidadas, a presente dissertação foi estruturada em seis capítulos. No primeiro capítulo se apresenta o embasamento conceitual que orienta as discussões sobre os caminhos do processo de desenvolvimento, enfatizando a importância de um modelo de desenvolvimento que contemple as premissas da sustentabilidade. O segundo capítulo traz a

discussão sobre uso e apropriação de recursos comuns em áreas de conservação e a relevância da participação comunitária nos processos de gestão participativa frente ao desafio da conservação ambiental. O terceiro capítulo apresenta o Turismo de Base Comunitária pensado como um arranjo socioproductivo, contemplando seus principais desdobramentos. O quarto capítulo indica os procedimentos metodológicos da pesquisa. O quinto capítulo descreve o contexto do estudo de caso e os principais resultados da pesquisa. O sexto e último capítulo apresenta as considerações e recomendações sugeridas para o processo de desenvolvimento territorial sustentável nas comunidades do Rio Sagrado, bem como propõe a prospecção dos ensinamentos, representados por políticas públicas, para o litoral paranaense.

1 OS (DES)CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES PARA A SUSTENTABILIDADE

Impulsionado pelos ideais da Revolução Industrial a partir do século XIX, o desenvolvimento industrial se constitui como caminho para o crescimento econômico, demarcando um importante momento de transição no cenário mundial. Transição esta, entre o processo multissecular de formação da nova ordem de dominação social e o novo quadro em que se configurou nitidamente uma sociedade industrializada, marcada pela exploração das forças produtivas do trabalho e uso intensivo dos recursos naturais (VEIGA, 2006; FURTADO, 1996).

Diante deste cenário, impôs-se um modelo de civilização embasado em uma matriz filosófica fundamentalmente cartesiano-racionalista, predominante nas sociedades ocidentais, alicerçado na industrialização – a partir das revoluções industriais – e no desenvolvimento de novas tecnologias, viabilizando formas de produção de bens com consequências indesejáveis para o planeta (CAVALCANTI, 1995).

Complementando este pensamento, Porto Gonçalves (1998) afirma que o advento do capitalismo suscitou o fortalecimento de uma visão antropocêntrica de mundo, colocando o homem no centro do universo, em oposição à natureza, embasada em um pensamento hegemônico/cartesiano, o qual contribuiu para um processo de fragmentação e dicotomização entre a relação sociedade e natureza. Segundo Porto Gonçalves (1998, p. 53), "A idéia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma idéia de homem não-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo."

A Revolução Industrial trouxe a concepção de modernidade e progresso, embasados ideologicamente por uma visão de futuro que trazia a promessa de "abundância para todos" (FURTADO, 1996). Até por volta de 1960, não havia dúvidas ou questionamentos sobre a força do processo de crescimento econômico. De uma forma ou de outra, os países que se tornaram desenvolvidos relacionavam seus ganhos ao processo de industrialização, ou seja, desenvolvimento seria sinônimo de crescimento econômico.

Até então, tinha-se como principal critério para medição do desenvolvimento o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de um país nas comparações de progresso

material, entre países, regiões ou localidades. No entanto, não eram considerados nessa avaliação do desenvolvimento, critérios socioambientais fundamentais como o crescimento demográfico e as condições de educação, trabalho, saúde e habitação das populações. Eram também desconsiderados os impactos ambientais, como o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não-renováveis (CAVALCANTI, 1995). O discurso dominante ditado pelo crescimento econômico desconsiderou a dimensão ambiental no processo de tomada de decisões. Entendia-se que a natureza convinha simplesmente como fonte de matéria-prima e insumos, negando a existência de condicionantes ecológicos, não determinando limites à apropriação e transformação capitalista da natureza (LEFF, 1999).

Em sua obra *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), Celso Furtado antecipou-se em perceber os condicionantes ambientais do progresso econômico contemporâneo. O autor analisa a promessa de universalização do desenvolvimento econômico, que deixou à sombra de seu processo, o plano cultural, social, assim como seus impactos sobre o meio físico. Enrique Leff contribui neste sentido ao indicar que a economia convencional e as perspectivas do crescimento não levaram em conta “os limites físicos, as condições ecológicas, os constrangimentos sociais e os sentidos culturais que constituem as condições ambientais da sustentabilidade” (LEFF, 2006, p. 205).

Diante desta perspectiva, o desenvolvimento poderia ser interpretado como uma utopia, uma ilusão, que conforme aponta Ignacy Sachs (2004, p. 26), se apresenta como uma “[...] armadilha ideológica construída para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as maiorias dominadas”. Ao mesmo tempo, Furtado (1998) ressalta a questão do mito do desenvolvimento econômico ao afirmar que em nenhum momento o nível de desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos se igualaria ao nível apresentado pelos países em desenvolvimento, mesmo porque se isto acontecesse,

[...] a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso (FURTADO, 1998, p. 12).

Em sua reflexão, Furtado (1974) faz alusão ao desperdício relacionado ao consumo dos afluentes, principalmente a partir do relatório do Clube de Roma, de

1972, “Limites ao Crescimento”, com a ideia de que tal padrão de vida tem um custo de tal forma elevado, “em termos de depredação do mundo físico, [...] que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização” (Id, p. 75). Neste sentido, pode-se indicar uma situação em que os custos ecológicos crescentes juntamente com elevados custos sociais não são adicionados ao cálculo do PIB e da renda nacional, ou seja, os dados que demonstravam o desempenho da economia eram totalmente impróprios. Seria este então o período da formação da sociedade industrial moderna, baseada no então “mito do progresso da revolução burguesa” (VEIGA, 2005; FURTADO 1974; 1998).

No entanto, essa lógica, conforme aponta Veiga (2005, p. 18-19), “passou a ser enfrentada a partir do momento em que este modelo de desenvolvimento não se estendeu para todos os países da mesma forma, não gerando o mesmo benefício observado nos países desenvolvidos”. A desestabilização deste paradigma trouxe a tona discussões sobre desenvolvimento que, além da dimensão econômica, passaram a atentar também para dimensões ambiental, social, cultural, política e espacial.

1.1 REFLEXÕES PARA UM OUTRO DESENVOLVIMENTO

De acordo com Veiga (2005), o fator determinante para o enfraquecimento de tal vertente de desenvolvimento foi o lançamento do “Relatório de Desenvolvimento Humano” juntamente com o “Índice de Desenvolvimento Humano” (IDH), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1990. A partir deste relatório, foram apresentados dados demonstrando que os resultados proporcionados pelo crescimento econômico à alguns países em 1950 não se equivaleram aos de outros países considerados desenvolvidos (VEIGA, 2005).

Ao mesmo tempo, a introdução da crise ambiental no cenário político recebeu destaque no final dos anos 1960 e princípios de 1970. A crise ambiental veio questionar os fundamentos ideológicos e teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, o qual desconsiderou em seu processo a natureza e a cultura. A partir deste momento, houve a produção de uma série de informes científicos e conferências de caráter alarmistas sobre essa questão. Neste sentido, o seminário internacional em Founex, em Genebra, na Suíça, promovido pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1971; a reunião do PNUMA

(Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) no México, que resultou na Declaração de Cocoyoc; bem como a extensa bibliografia produzida, entre os anos de 1960 e 1980, com destaque para “Limites do Crescimento” de 1972 (Informe do Clube de Roma), consideram-se fundamentais para a reconstrução do debate histórico sobre a questão da crise ambiental (SACHS, 2007).

No entanto, é a partir da Conferência da ONU sobre o Meio Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia, que surgem as emergências ambientais, apontando os limites da racionalidade econômica e os desafios apresentados pela degradação ambiental ao projeto civilizatório da modernidade. Deu-se início, então, à discussão sobre um novo modelo de desenvolvimento, expresso no conceito de “ecodesenvolvimento”.

Lançado por Maurice Strong em junho de 1973, o conceito de ecodesenvolvimento consistia na definição de um estilo de desenvolvimento de áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização responsável dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento do meio ambiente (BRUSECKE, 1996; FOLADORI, 2001). A partir de 1980, o economista Ignacy Sachs aprofunda o termo ecodesenvolvimento conceitualmente, partindo da premissa de um modelo baseado em três pilares: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica.

Conforme aponta Sachs (1986, p. 134), a evidência da crise ambiental nos anos de 1960 indica

[...] a irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, e marcando os limites do crescimento econômico. Dali surge o interesse teórico e político em valorizar a natureza com o propósito de internalizar as externalidades ambientais do processo de desenvolvimento. Desse debate emergem “as estratégias do ecodesenvolvimento”, promovendo novos “estilos de desenvolvimento”, fundados nas condições e potencialidades dos ecossistemas e no manejo prudente dos recursos.

Neste limiar, o ecodesenvolvimento pode ser entendido como um modelo para o desenvolvimento de cada ecossistema, que, além dos aspectos gerais, considera de maneira particular os aspectos ecológicos e culturais do próprio ecossistema, otimizando seu aproveitamento, evitando a degradação do meio ambiente e ações predatórias (SACHS, 1986).

Ainda, como principais características e estratégias, o ecodesenvolvimento aspira um novo “estilo de desenvolvimento”, no qual a apropriação e gestão dos recursos se fazem numa perspectiva de “solidariedade diacrônica com as gerações

futuras”. Aposta ainda na capacidade natural de cada local buscar soluções específicas para seus problemas particulares, levando em conta os aspectos ecológicos e culturais, bem como suas necessidades imediatas e futuras (SACHS, 2002; 2007). Contudo, mesmo com a ampla divulgação do discurso ecodesenvolvimentista em escala internacional, este não alcançou a força necessária para convencer a viabilidade da proposta. Leff (1994; 2007) aponta como justificativa a generalidade da proposta, desprovida de suporte teórico, que a fez parecer “voluntarista” frente à complexa problemática socioambiental.

O debate em torno desta questão fez com que, nos anos 80 do século XX, as estratégias do ecodesenvolvimento fossem deslocadas pelo discurso do “desenvolvimento sustentável”, a partir do Informe Brundtland, em 1987, também conhecido como Nosso Futuro Comum, resultado do trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). O Informe impulsionou a discussão política sobre o “desenvolvimento sustentável”, partindo da idéia central de que meio ambiente e desenvolvimento são indissociáveis. Enfatizava ainda a importância de investimentos em novas tecnologias como meios para conter os problemas ambientais. Ao mesmo tempo, recomendou o fortalecimento da dimensão comunitária e territorial do desenvolvimento, favorecendo a participação comunitária na tomada de decisões e o direito de apropriação das populações locais sobre os recursos naturais (SACHS, 2007).

No entanto, o Informe adotou uma clara visão antropocentrista, entendendo a questão ambiental como fator limitante do desenvolvimento econômico (FOLADORI, 2001). Como afirma o relatório, anteriormente as preocupações estavam voltadas para a influência do desenvolvimento sobre o meio ambiente. “Hoje, temos de nos preocupar também com o modo como a deterioração ambiental pode impedir ou reverter o desenvolvimento econômico” (CMMAD, 1991, p. 40). Ainda, o Informe considerou a pobreza como causa dos problemas ambientais mundiais, sugerindo o crescimento como única alternativa para superá-la. Contudo, o relatório não oferece uma justificativa rigorosa sobre a capacidade do sistema econômico para “[...] incorporar as condições ecológicas e sociais (sustentabilidade, equidade, justiça, democracia) deste processo através da capitalização da natureza” (LEFF, 2007, p. 136).

Neste sentido, o termo desenvolvimento sustentável tornou-se tão comum e ao mesmo tempo indispensável no discurso político institucional e da sociedade civil,

que coloca em risco a essência de seu significado, reduzindo “a sua importância estratégica a um mero recurso de retórica” (GUIMARÃES, 2006, p. 31). Corroborando com esta opinião, Veiga (2005, p. 188) critica a banalização da utilização do adjetivo sustentabilidade, afirmando que a sustentabilidade passou a ser compreendida como algo sólido, estável, sendo utilizada em muitas ocasiões para apontar um crescimento econômico duradouro, ocasionando assim, uma completa desvirtuação do seu real significado.

Neste limiar, Barral (2005) indica que a discussão destes conceitos, dimensões e contradições em torno do desenvolvimento sustentável reforçam ainda mais que, ao superar a limitação do entendimento anterior de desenvolvimento como crescimento econômico, torna-se cada vez mais urgente a noção de que o desenvolvimento demanda “[...] uma interação entre os fatores estruturais, sociais e humanos” e que seu conceito “não é redutível ao crescimento econômico” (BARRAL, 2005, p. 48). Ou seja, para se alcançar de fato o desenvolvimento, não se faz necessário apenas acumular bens e serviços, atender às necessidades básicas e proporcionar mudanças qualitativas na vida das pessoas. Mais do que isso, necessita-se incluir neste processo as dimensões sociais, ambientais, culturais e éticas, ultrapassando as meras dimensões regidas pelo mercado (GUIMARÃES, 2006).

Conforme aponta Leff (2006, p. 133), a “crise ambiental veio questionar os fundamentos ideológicos e teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza e a cultura”. A partir destas observações, constata-se que a crise ambiental mundial não pode ser entendida como mera causa do crescimento econômico. Ao contrário, a análise da crise ambiental contemporânea deve partir da análise das próprias contradições no interior da sociedade. Isto faz com que se reconheça que a problemática ambiental revela nada mais que uma crise civilizatória, isto é, surge dos próprios conflitos no cerne das relações sociais (FOLADORI, 2001; PIERRI, 2002). Assim como afirma Guimarães (2006, p. 52), os indivíduos, quando se encontram em situações de extrema pobreza, não se entendem no dever de evitar a degradação e os impactos ambientais se, ao mesmo tempo, “[...] a sociedade não é capaz de impedir sua própria degradação como seres humanos”.

Nesta perspectiva, as possíveis soluções à atual crise emergem da necessidade de transformação do próprio sistema social, mediante a construção de

um novo paradigma de desenvolvimento, que responda a um novo modelo civilizatório. Autores como Meadows (2007), Daly (1997), Georgescu-Roegen (1976), já advertiam para a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento, a partir de um decrescimento consciente da economia. Para o economista francês Serge Latouche (2009), o mais notório defensor da ideia, o decrescimento não significa crescimento negativo, uma recessão. O decrescimento precisa ser voluntário, entendido como uma visão de futuro. Do contrário, poderá se tornar um desastre, causando graves problemas sociais e ambientais, como a escassez de determinados recursos. A questão principal a ser reconhecida é de que os recursos naturais são limitados e, portanto não existe crescimento infinito. A melhoria das condições de vida deve, portanto, ser obtida sem aumento do consumo, mudando-se o paradigma dominante (LATOUCHE, 2009).

Para Georgescu-Roegen (1995) e Latouche (2009), o crescimento econômico não é sustentável para ecossistema global. Para tanto, uma política de decrescimento poderia consistir, inicialmente, em reduzir a pressão sobre o meio ambiente. De acordo com o economista,

Fomos formatados pelo imaginário do 'sempre mais', da acumulação ilimitada, dessa mecânica que parece virtuosa e que agora se mostra infernal por seus efeitos destruidores sobre a humanidade e o planeta. A necessidade de mudar essa lógica é a de reinventar uma sociedade em uma escala humana, uma sociedade que reencontre seu sentido da medida e do limite que nos é imposto porque, como dizia meu colega Nicholas Georgescu-Roegen, "um crescimento infinito é incompatível com um mundo finito". (LATOUCHE, 2009, p. 75).

Em uma entrevista para a Revista Instituto Humanitas Unisinos (IHU-Online) em 2010, o economista afirma que "Não há nada pior do que uma sociedade de crescimento sem crescimento" (IHU, 2010, s/p). No entanto, a proposta de decrescimento que se vislumbra não se baseia no decrescimento sofrido. Isto é, o projeto de uma sociedade de decrescimento se difere radicalmente do crescimento negativo. Latouche (IHU, 2010, s/p.) explica que o projeto de decrescimento "[...] visa fazer crescer a alegria de viver, restaurando a qualidade de vida (um ar mais sadio, água potável, menos estresse, mais lazer, relações sociais mais ricas etc.)", tal como concebe o movimento *slow*⁶.

⁶ O movimento *slow* surge com o propósito de disseminar um estilo de vida mais equilibrado e qualitativo. Propõe a transição de uma sociedade com modelos culturais guiados pela eficiência e pela síndrome do tempo para uma sociedade com modelos mais holísticos e integrativos. Suas ações

Ao mesmo tempo, o autor (2009) indica ainda que é impossível manter o equilíbrio entre crescimento econômico e meio ambiente, sendo preciso renunciar ao crescimento enquanto paradigma ou religião.

A civilização capitalista caminha inexoravelmente para a sua derrota catastrófica; já não é necessária uma classe revolucionária para derrubar o capitalismo, porque ele cava a sua própria sepultura e a da civilização industrial no seu conjunto. É uma sorte, porque se vê bem que a luta de classes se esgotou com o triunfo do capital. [...] Neste sentido, o projeto da sociedade do decrescimento é eminentemente revolucionário. Trata-se não só de uma mudança de cultura, mas também das estruturas do Direito e das relações de produção (LATOUCHE, 2009, p. 92).

Desta forma, reduzir a produção e o consumo não é suficiente. É necessário se contrapor a propriedade e ao consumo ilimitado, por meio da reorganização da sociedade a partir de outros valores que priorizem a vida social, o altruísmo e a redistribuição dos recursos.

Neste limiar, uma mudança paradigmática aponta para a desconstrução do modelo econômico hegemônico vigente e a construção de uma nova racionalidade, respeitando os limites das leis da natureza, assim como os potenciais ecológicos e a criatividade humana (LEFF, 2006; 2007). Isto implica a adoção de novas políticas econômicas, sociais e ambientais, em que as diversas dimensões da sustentabilidade se harmonizem e reforcem o potencial de desenvolvimento para as presentes e futuras gerações.

Sachs (2004, p. 37) ressalta que a evolução da idéia de desenvolvimento pode ser compreendida pela sua “[...] complexificação, representada pela adição de sucessivos adjetivos – econômico, social, político, cultural, sustentável”. Esta abordagem deixa claro o aspecto multidimensional do desenvolvimento, pois, nas palavras de Amartya Sen (2000) ao tratar da noção de desenvolvimento como liberdade⁷, é primordial que seu processo seja planejado de maneira a integrar características econômicas, sociais, políticas e ambientais. O conceito apresentado por Sen (2000, p. 10) destaca o desenvolvimento como liberdade a partir da

partem de um manifesto que critica a lógica da eficiência no cotidiano da vida social e o diagnóstico de suas mazelas, propondo a mudança de comportamento e a re-significação de valores da sociedade (HONORÉ, 2006).

⁷ Sen (2000, p. 10) afirma que o desenvolvimento como liberdade “consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer sua condição de agente”. Ou seja, é um processo de expansão das capacidades humanas que dá oportunidade ao indivíduo e à coletividade de levar a vida que ele(s) valoriza(m), conquistando uma liberdade substantiva que evita privações e considera as habilidades elementares do ser humano como ter participação política e expressar sentimentos e pensamentos.

“eliminação de privações de liberdade que limitam escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer sua condição de agente”. Segundo o autor, este desenvolvimento visa proporcionar aos indivíduos condições de agentes de ação e de mudança em seu meio.

Neste sentido, no âmbito do desenvolvimento local⁸, se faz necessário fortalecer e direcionar a construção de um desenvolvimento a partir da dimensão endógena, como um processo de mudanças e transformações, principalmente qualitativas, a ser construído sob a ótica local. Para Buarque (1999, p. 9), desenvolvimento local é “um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”, representando “uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas”. Ou seja, este conceito transforma o território no qual a atividade é desenvolvida num grande agente de transformação, onde se trabalha evidenciando as potencialidades locais, promovendo o desenvolvimento sociocultural sustentável e melhor qualidade de vida para as populações ali inseridas.

De acordo com Milani (2005, p. 24), o desenvolvimento local pode ser considerado como “o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob ótica intersetorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local”. Este projeto de transformação social estabelece significativo grau de interdependência entre as diversas esferas que compõem a sociedade (política, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global) (MILANI, 2005).

Buarque (1999) corrobora com Milani (2005) na questão da escala do desenvolvimento. Ao tratar de desenvolvimento local não se exclui a ideia de que, ao mesmo tempo que se caracteriza como um movimento interno (local), está inserido em uma realidade mais ampla e complexa (global), a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas, caracterizando um processo de

⁸ Compreende-se o local como o socialmente construído, o “espaço onde se conformam comunidades e constroem-se as identidades territoriais” (COELHO; FONTES, 1998 citado por IRVING, 2003).

relações dinâmicas e interdependentes (BUARQUE, 1999). Ou seja, questões de contexto regionais, nacionais e internacionais muitas vezes podem interferir e alterar a dinâmica e o desenvolvimento de determinado local. No entanto, conforme aponta Buarque (1999, p. 12) ao mesmo tempo em que existe a globalização de determinado contexto, em caráter mundial, podem surgir novas iniciativas no nível local, “com ou sem integração na dinâmica internacional, que viabilizam processos diferenciados de desenvolvimento no espaço”. O termo desenvolvimento local resgata, portanto, uma proposta “humanista”, colocando os atores sociais no centro do processo ao propor um foco na ação coletiva e na sua permanente avaliação, buscando adequá-la aos desafios locais e globais.

1.1.1 Desenvolvimento Territorial Sustentável

No rol dos debates recentes acerca do desenvolvimento, merece destaque, a nova perspectiva que é representada pela abordagem territorial do desenvolvimento, a qual foi adotada neste trabalho com intuito de colaborar na compreensão da relação entre o local e o global diante das dinâmicas e premissas da noção de desenvolvimento sustentável.

Aprofundando a definição de território, Haesbaert (2006) considera em sua análise que o território pode ser compreendido a partir de uma tríplice abordagem: política, econômica e cultural. No que tange a abordagem política, o autor menciona o território controlado, através do exercício de poder, muitas vezes relacionado à área sob domínio do Estado. Sob o viés econômico, o autor indica a dimensão espacial das relações econômicas, considerando o território como fonte de recursos, bem como destaca os aspectos econômicos que configuram a relação capital-trabalho. No que tange a abordagem cultural, salienta o aspecto humano da identidade social, no qual o território é um produto das relações sociais entre os atores em relação ao seu espaço vivido.

O território para Santos (1979) configura-se pelas técnicas empregadas, pelos modos de produção, pelos objetos, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço. Ao mesmo tempo, o autor difere território de espaço, ao afirmar que o espaço é muito mais amplo, uma totalidade, englobando a configuração territorial, a paisagem e a sociedade, ou seja, o espaço corresponde às transformações sociais feitas pelos homens.

“O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1979, p.10).

De acordo com Santos (1979), há uma organização social, um arranjo do espaço, de acordo com os interesses e necessidades de cada grupo social. Este mesmo autor (2002, p. 14) define o termo “território usado” ao citá-lo como “[...] o chão somado à identidade, a qual significa o sentimento de pertencer. O território é local fundamental, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais, do exercício de vida”.

Contribuindo nesta discussão, Vieira e Cazella (2006), apontam uma dupla dimensão ao conceito de território: território dado e território construído. O primeiro faz menção aos limites político-administrativos, enquanto o segundo se refere ao território como construção social. Desta forma, o conceito de território construído ressalta a dimensão social do território. Este território passa a ser compreendido, portanto, como uma construção coletiva e institucional.

Pecqueur (2005, p. 13) define que o “desenvolvimento territorial designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”. O autor enaltece que a construção do desenvolvimento territorial acontece a partir das ações dos atores locais, mesmo que o território possua políticas públicas implementadas e que estas auxiliem no processo. Desta forma, o autor ressalta que esta mobilização dos atores pode dar espaço, por exemplo, a criação de redes entre estabelecimentos locais, bem como gerar maior cooperação entre empreendimentos situados em um mesmo território, que possuam afinidades ou interesses comuns, possibilitando aos territórios novas formas de inserção produtiva, buscando amenizar dificuldades socioeconômicas.

Conforme apresenta Sachet (2007), a abordagem territorial sugere o desenvolvimento do território baseado nas premissas da sustentabilidade, a partir de um desenvolvimento territorial caracterizado por uma construção participativa, descentralizada, reconhecendo os diferentes atores, interesses e anseios que compõem este processo.

Desta forma, na concepção do desenvolvimento territorial sustentável (DTS), o território constitui uma noção que perpassa a base de recursos físicos para objetos, atividades e processos econômicos. O território corresponde ao palco onde acontecem as transformações sociais, a partir das relações estabelecidas entre os indivíduos e o ambiente, que se modificam e se inovam constantemente (SCHNEIDER, 2004).

Carrière e Cazella (2006) indicam em seu trabalho que, mesmo que os atores locais exerçam um papel essencial na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável, é importante considerar que as instituições reguladoras podem influenciar no nível local a partir de práticas políticas, ao instituir, por exemplo, políticas de gestão e ordenamento territorial. Essas práticas podem afetar o nível local, o qual não está isento da influência de outras escalas.

Os autores (2006) afirmam ainda que para dado território alcançar a sustentabilidade, a avaliação das ações de desenvolvimento devem ser compreendidas como condição essencial para a criação e implementação de políticas, bem como para a tomada de decisões e formulação de estratégias que vislumbrem o aperfeiçoamento do projeto de desenvolvimento que se almeja. Cumpre ressaltar que a presente dissertação busca este diálogo entre a experiência do APL.Tur com o desenvolvimento territorial do Rio Sagrado, para que a partir da avaliação dos atores envolvidos no processo, se possa analisar os resultados obtidos e, ao mesmo tempo, indicar novas propostas.

Cabe destacar, portanto, que diante das diversas concepções acerca do conceito de território, constata-se que este não é uma estrutura estática, determinada por limites geográficos e administrativos. Mais do que isso, o território se define por um campo de forças, caracterizado pela singularidade de um dinamismo próprio que caracteriza cada experiência (CORIOLANO; SILVA, 2005). Portanto, cada território possui recursos específicos que não podem ser reproduzidos ou transferidos para outros locais. Ou seja, a reprodução territorial não acontece da mesma forma em todos os lugares, e as alternativas de desenvolvimento não seguem um modelo pré-definido e completo. Ao contrário, instiga que localidades diante de dificuldades, criem e/ou aperfeiçoem suas próprias estratégias de desenvolvimento.

Neste sentido, é importante se pensar o desenvolvimento sistematicamente, de forma dialógica, coletiva e participativa, gerando efeitos expressivos na promoção

da sustentabilidade. Desta forma, a participação se coloca como questão central, ressaltando a importância e necessidade do envolvimento efetivo da população local nos processos de tomada de decisão sobre questões que envolvem interesses comuns. Isto porque a sustentabilidade de um determinado território é resultado de uma construção social, na qual atores locais agem a partir de normas e princípios que regem as questões relacionadas ao desenvolvimento de localidades e regiões (BUARQUE, 1999).

A crise ambiental global é um exemplo disto. O acelerado e intenso crescimento econômico, com elevados níveis de consumo estão degradando os recursos naturais e o meio ambiente em escala mundial, uma vez que as formas insustentáveis de agressão em determinado local contribuem para a deterioração geral da natureza, forçando ao que Buarque (1999) denomina de “solidariedade entre povos”, pois os problemas atingem, seja de forma direta ou indireta, todo o planeta. Neste sentido, as dinâmicas socioeconômicas e socioambientais são interpretadas com base em uma visão de interdependência e coevolução da relação entre as dimensões da natureza e da cultura.

Assim, no processo de construção do desenvolvimento em determinado território, é fundamental compreender os aspectos socioambientais bem como o modo de vida local, realizando ações que sejam realmente significativas para determinada região. Diante deste contexto, torna-se fundamental a democracia participativa, a partir de políticas públicas que favoreçam o rompimento das tomadas de decisões de “cima para baixo” e que inclua a participação efetiva de diferentes atores e o atendimento de suas respectivas necessidades, em nível local, nacional e global.

2 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DOS RECURSOS COMUNS

Historicamente, as sociedades humanas criaram e aperfeiçoaram diferentes formas de se organizar para se apropriar e consumir os recursos naturais, bem como para lidar com os resquícios resultantes desses processos. Segundo Acsehrad (2004), à medida que a humanidade passou intensificar sua intervenção na natureza para satisfação das suas necessidades, surgiram tensões e conflitos quanto ao uso do espaço e dos recursos naturais. A "natureza" passa a ser compreendida meramente como uma variável a ser manejada, administrada. Sob uma concepção hegemônica, é compreendida como realidade externa à sociedade e às relações sociais, sendo assim equacionada apenas como recurso para a produção (ACSELRAD, 2004).

Ao mesmo tempo, no centro das discussões sobre o uso e apropriação dos elementos naturais, emerge o conceito de bens ou recursos comuns. Podem ser considerados como recursos ou bens de propriedade comum, grande parte dos recursos naturais, incluindo a biodiversidade. Fenny *et al.* (2001) aponta que esses recursos partilham de duas características fundamentais. Primeiramente, uma das características é a exclusividade (controle do acesso), na qual se estabelece um custo para impedir o acesso do usuário ao recurso. Já a segunda está relacionada com a subtração, ou seja, o uso que um indivíduo faz de determinado recurso, subtrai o total disponível para outros potenciais usuários (FENNY *et al.*, 2001; BERKES, 1999; 2008).

De acordo com Berkes (1999), alguns recursos podem ser classificados como de uso comum, ou seja, o indivíduo se utiliza de recursos que pertencem também a outros indivíduos ou a um coletivo. O uso compartilhado desta classe de recursos comuns (peixes e florestas, por exemplo), tende a torná-la vulnerável à degradação e ao esgotamento. Nesta concepção, o uso sustentável está imbricado na racionalidade da utilização dos recursos de uso comum. Isto é, a tomada de decisão em relação à apropriação destes recursos comuns reflete o grau de interesse da sociedade ou do indivíduo em garantir sua manutenção a longo prazo (BERKES, 1999).

Corroborando com esta definição, Elinor Ostrom⁹ (1990 citado por KALIKOSKI, 2007) compreende o recurso como “base comum de recursos”, ressaltando a importância da distinção entre a natureza inerente dos recursos e os regimes de direito de propriedade sob os quais são manejados. Cumpre citar que um dos dilemas imbricados nas discussões sobre sustentabilidade, os também conhecidos bens difusos ou bens comuns, foram ressaltados no clássico trabalho de Hardin (1968), que evidenciou a expressão “Tragédia dos Comuns”.

De acordo com o autor, qualquer recurso comum tenderia inexoravelmente à extinção pelo uso excessivo. Isto porque a partir do momento que o acesso aos recursos é livre, cada indivíduo decide o quanto usar de determinado recurso. Assim, se houver um controle na utilização dos recursos e se esta se der de forma moderada, haverá sustentabilidade e o mesmo continuará disponível para todos. No entanto, a grande questão está em como efetuar o controle deste uso, pois se alguns usufruírem dos recursos de forma limitada e outros não haverá um esgotamento do recurso e, conseqüentemente, aqueles que controlaram seu uso sairão perdendo. Na análise apresentada por Hardin (1968), essa problemática faz com que os indivíduos acabem usando a maior quantidade possível do recurso, levando ao seu colapso.

A análise de Hardin suscitou um grande interesse sobre a questão, principalmente pelo fato da obra ter sido publicada numa época em que a preocupação com as questões ambientais ganhavam espaço no cenário mundial, despertando também o interesse de vários autores (incluindo o próprio Hardin) que realizaram análises mais aprofundadas sobre o tema. No entanto, ainda que muito relevante, houve um consenso da comunidade acadêmica que considerou o trabalho de Hardin excessivamente simplificado e reducionista (DIETZ et. al., 2003). Assim, se nos processos relacionados aos recursos de bem comum, forem consideradas apenas duas possibilidades – livre acesso levando ao esgotamento ou controle governamental e/ou privado – ignora-se a diversidade de arranjos coletivos existentes.

Podemos considerar, portanto, que nas relações homem-natureza, o homem (pertencendo a um sistema social) tem à sua disposição um conjunto de objetos naturais e artificiais, ou seja, uma configuração territorial. Mas, ao tempo que este

⁹ OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1990. 280p.

conjunto representa uma materialidade a ser transformada pelo homem, também significa um conjunto de objetos organizados em sistemas, dotados de processos, e sendo eles mesmos caracterizados como sistemas. Assim, o homem está sempre diante de um sistema natural, modificado constantemente pelas suas ações, mas também regido por processos que escapam ao seu total controle e conhecimento (BERKES, 1999).

Para tanto, dentre os principais fatores que influenciam no impacto sobre os recursos e o sistema natural que os produz, podem ser destacados: o tipo de propriedade sobre o recurso, a forma de uso, que inclui o número de indivíduos que possuem acesso, a escala de exploração e a eficiência do controle que é feito sobre este uso (BERKES, 1999). Analisando estes impactos e suas conseqüências, com intuito de buscar alternativas mais sustentáveis para a apropriação dos recursos, diversas características dos recursos naturais devem ser consideradas neste processo: se são ou não renováveis, a escala (local ou global; número e heterogeneidade dos atores envolvidos) e o custo e credibilidade da mensuração de *pool* (estoque) e fluxos do recurso (DIETZ *et al.*, 2003).

Já no que tange as formas de apropriação e controle, Agrawal (2001) aponta um conjunto de características que mais influenciam para o sucesso destes regimes: o tipo de recurso e/ou suas características, a origem do grupo que explora o recurso, as especificidades do regime institucional que maneja estes recursos, e a relação entre os que exploram o recurso diretamente e as forças externas, como mercados, tecnologias e governo (AGRAWAL, 2001).

De acordo com Ostrom (1990 citado por KALIKOSKI, 2007), o uso de um recurso natural sob um regime de livre acesso dificulta a manutenção da sustentabilidade dos recursos e dos meios de vida das populações. A partir do momento que se estabelece um limite/proibição do uso e extração de determinado recurso, os usuários se beneficiarão com os esforços da gestão de tal recurso.

Neste contexto, a implantação de áreas protegidas desponta como importante instrumento para conservação e gestão relacionados à biodiversidade. No caso das unidades de conservação (UCs) no Brasil, considerando que os primeiros parques brasileiros tenham se estabelecidos em 1937, as últimas duas décadas têm apresentado uma explosão no número de unidades de conservação. Os parques e reservas federais, até 1989, foram estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e pela Secretaria Especial do Meio

Ambiente (SEMA), sendo que neste mesmo ano, SEMA e IBDF foram unidos para constituir o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). No entanto, só a partir de 2000 é que se estabeleceu legalmente um sistema formal e integrado para a gestão das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (RYLANDS; BRANDON, 2005).

Neste sentido, o SNUC classifica os tipos de áreas protegidas que podem ser implantadas para a proteção e conservação de ecossistemas, terrestres ou marinhos. As unidades de conservação se classificam em dois grupos: Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Unidades de Conservação de Proteção Integral, as quais apresentam características específicas de acordo com as formas de uso e apropriação dos recursos naturais e ecossistemas. As categorias de UCs variam de UCs de caráter totalmente restritivo à UCs que buscam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, por meio de sistemas de gestão participativos (KALIKOSKI, 2007; RYLANDS; BRANDON, 2005). Para as UCs de uso sustentável é obrigatória a implementação de conselhos gestores com a representação dos atores envolvidos com a apropriação e uso dos seus recursos naturais.

Assim, as UCs também introduziram em sua gestão a ideia de gestão comunitária da biodiversidade, ou a conservação baseada na comunidade, tema de importância proeminente nesta dissertação. Nos anos 1980 ocorreu uma importante mudança nas práticas de gestão de recursos naturais em determinadas regiões, embasadas na valorização do conhecimento técnico e ecológico local, despontando em 1990 por meio de diversas iniciativas de participação comunitária na elaboração, implementação, e avaliação de projetos de desenvolvimento e gestão dos recursos naturais (VIEIRA *et al.*, 2005).

De acordo com Kalikoski (2007), estudos realizados nas últimas décadas têm apontado que iniciativas de gestão comunitária locais são pontos-chaves para enfrentar o colapso dos estoques de recursos naturais, configurando-se como a abordagem mais adequada a ser levada em consideração quando da criação e implementação de UC's.

No entanto, isto não indica que todas as comunidades são conservacionistas por natureza, pois algumas não desenvolveram mecanismos de resiliência, adaptação e sustentabilidade e, ao mesmo tempo, outras tiveram seu conhecimento

ecológico extinto ou em vias de extinção. A autora ressalta ainda que de acordo com Ostrom (1990 citado por KALIKOSKI, 2007), embora organizações de larga escala configurem-se como parte necessária e importante para o alcance de um eficiente sistema de governança, tais sistemas comprovaram que sozinhos não representam uma solução suficiente.

Instituições comunitárias locais representam uma parte importante na governança dos recursos naturais e seus ecossistemas. Do mesmo modo, Berkes (1999) enfatiza os conceitos ecossistêmicos nos sistemas de conhecimento de sociedades locais ou tradicionais. Estes conceitos ou noções ecossistêmicas refletem características percebidas localmente, como a unidade natural definida em termos de um limite geográfico e as interações percebidas entre os diversos componentes do sistema. Assim, o conhecimento ecológico tradicional pode complementar o conhecimento científico, fornecendo experiências práticas derivadas da convivência nos ecossistemas e respondendo a mudanças no ecossistema, numa perspectiva que converge com as propostas de manejo adaptativo (HOLLING *et al.*, 1998).

A área de estudo desta dissertação está inserida na Área de Proteção Ambiental de Guaratuba, Unidade de Conservação Estadual criada em 1992. A APA¹⁰, de acordo com o SNUC, é classificada na categoria de uso direto dos recursos naturais, na qual são permitidas a ocupação e exploração dos recursos naturais, conforme normas específicas que assegurem a proteção da unidade.

No que se refere ao turismo desenvolvido em UCs de Uso Sustentável, na qual, no caso desta dissertação, a área de estudo está inserida, é importante mencionar que o reconhecimento e o envolvimento das populações locais na gestão de UCs devem ser baseados em uma postura dialógica, responsável e comprometida, para que haja transformação de ações isoladas em ações associadas para o desenvolvimento territorial.

Diante deste contexto, com intuito de dialogar com a perspectiva da endogenia e do empoderamento das comunidades locais, o Turismo de Base Comunitária desponta como uma alternativa para o desenvolvimento territorial e que,

¹⁰ Uma APA pode ser definida como um espaço de planejamento e gestão ambiental de extensas áreas que possuem ecossistemas de importância regional, englobando um ou mais atributos ambientais. Necessitam de um ordenamento territorial orientado para o uso sustentável dos recursos naturais, elaborado por meio de processos participativos da sociedade, que resultem na melhoria da qualidade de vida das comunidades locais (BRASIL, 2011).

quando pensado sob a ideia de um Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária, implica em organizações associativas e comunitárias, prescindindo de responsabilidade socioambiental, reconhecendo o território e valorizando o conhecimento local, bem como preservando sua dinamicidade comunitária (IRVING, 2002; CORIOLANO, 2003).

3 ARRANJOS SOCIOPRODUTIVOS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: NOVAS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Atualmente as atenções mundiais estão focadas nas questões sobre a problemática socioambiental instaurada. Diante dessa problemática, Sachs (1986) aponta a necessidade de um enfoque de planejamento que incorpore premissas de desenvolvimento mais sustentáveis, primando por relações mais harmônicas entre sociedade, economia e natureza e, ao mesmo tempo, favorecendo que ações sejam reavaliadas e novas iniciativas de desenvolvimento se projetem.

Para tanto, muitos grupos sociais vêm se destacando por novas formas de organização, em busca do fortalecimento de sua identidade, seja nos espaços sociopolíticos (associações civis e os movimentos sociais) e socioprodutivos (como as cooperativas e empreendimentos comunitários).

Conforme apontam Cassiolato e Lastres (2003), tal discussão é realizada num momento em que o sistema produtivo mundial passa por profundas e importantes transformações, emergindo uma de relevância central, que é a influência das significativas mudanças ocorridas nas duas últimas décadas sobre o próprio processo de desenvolvimento econômico. A produção industrial encontra-se organizada num contexto de produção em larga escala e de elevado grau tecnológico, acirrando ainda mais a competitividade do mercado. Assim, quando pensamos em escala local e regional, a disseminação dos sistemas ou arranjos produtivos locais se caracterizam como uma alternativa que micro e pequenas empresas (MPEs) e determinadas regiões encontraram para elevar sua capacidade competitiva no mercado.

Isto porque, conforme apontam os autores, primeiramente, reconheceu-se que o fortalecimento das chances de sobrevivência e crescimento das MPEs provém do aproveitamento das sinergias coletivas geradas pela participação em aglomerações produtivas locais, configurando-se como significativa fonte geradora de vantagens competitivas (CASSIOLATO; LASTRES, 2003). Em segundo lugar, os processos de aprendizagem coletiva, cooperação e dinâmica inovativa proporcionam maior confiança a estes conjuntos de empresas para enfrentar os desafios do mercado.

3.1 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Para o entendimento do que são Arranjos Socioprodutivos de Base Comunitária (APL.Com), é essencial compreender que sua origem se dá sob influência dos Arranjos Produtivos Locais (APL), também conhecidos como Sistemas Produtivos Locais e ou *clusters*. A ideia de Arranjos Produtivos Locais surge a partir de estudos sobre o surgimento de aglomerados eficientes e competitivos em certas localidades, como no caso dos distritos industriais *marshallianos*, localizados na região “Terceira Itália” (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Estes aglomerados são caracterizados por um processo de descentralização industrial, a partir da formação de uma rede composta essencialmente por pequenas e médias empresas. Privilegiam ainda a iniciativa local e a interação entre as empresas e instituições locais, sempre com fortes ligações com o território em que estão inseridas (SCHMITZ, 2005). Assim, conforme aponta Schmitz (2005), entende-se que essas aglomerações favorecem o alcance de ganhos de eficiência no processo produtivo, os quais não seriam alcançados individualmente, ou seja, o processo se utiliza de uma “eficiência coletiva”, conferindo aos aglomerados vantagens competitivas específicas.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), conceitua que

Arranjos Produtivos são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (SEBRAE, 2009, s/p).

O Arranjo Produtivo Local é caracterizado pela existência da aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal (SEBRAE, 2009). Assim, a formação de APLs contribui para o aumento da capacidade produtiva e competitiva dos empreendimentos, além de contribuir na redução de custos. Um exemplo seria a compra de insumos em conjunto por determinado grupo de empresas, na qual as parcerias entre estas reduzem os preços e, conseqüentemente, os custos na compra de insumos produtivos.

Cassiolato e Lastres (2003) mencionam a definição proposta pela RedeSist (Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais) de arranjos e/ou sistemas produtivos locais, definidos como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, geralmente envolvendo a participação de empresas e suas formas variadas de associação e representação. A RedeSist desenvolveu este conceito focando em um conjunto singular de atividades econômicas, o qual favorece a análise de interações e sinergias, principalmente aquelas que introduzem novos produtos e processos, destacando a importância das relações (técnicas, formais e informais) visando a aquisição, geração e difusão de conhecimentos entre os agentes envolvidos. Isto porque tais arranjos costumam apresentar fortes vínculos envolvendo agentes de um mesmo território (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Albagli e Brito (2002) definem Arranjo Produtivo Local como a aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, bem como de empresas correlatas e complementares, como fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, clientes, entre outros, em um mesmo espaço geográfico (um município, conjunto de municípios ou região), com identidade cultural local e vínculo, mesmo que incipiente, de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais e instituições públicas ou privadas de treinamento, promoção e consultoria, escolas técnicas e universidades, instituições de pesquisa, desenvolvimento e engenharia, entidades de classe e instituições de apoio empresarial e de financiamento.

Cassiolato e Szapiro (2002) indicam que tais arranjos apresentam fortes vínculos envolvendo agentes localizados no mesmo território, sendo que estas interações se referem não apenas a empresas e suas diversas formas de representação e associação, mas também a diversas outras instituições públicas e privadas.

Os APLs por possuírem sinais de identidade coletiva, devem

[...] manter ou ter a capacidade de promover uma convergência em termos de expectativas de desenvolvimento, estabelecer parcerias e compromissos para manter e especializar os investimentos de cada um dos atores no próprio território, e promover ou ser passível de uma integração econômica e social no âmbito local (SEBRAE, 2009, s/p).

Cabe apontar que para a mobilização destes arranjos, o foco central não deve estar direcionado apenas como prioridade política, mas sim como um modelo que potencializa ações de promoção por envolver os agentes coletivos, seus territórios e especificidades (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Sachs (2002, p. 36) aposta que “nos chamados sistemas (ou arranjos) produtivos locais é possível testemunhar sinergias extremamente benéficas entre os empreendimentos, que resultam exatamente de um balanço saudável entre cooperação e concorrência”. Neste mesmo contexto, o autor insiste na importância de pensar o desenvolvimento em termos territoriais, conectando horizontalmente suas dimensões verticais, que remetem às cadeias produtivas e a outros territórios, ao afirmar que

Todo desenvolvimento tem uma base eminentemente local. Embora os processos que resultam em desenvolvimento, ou na falta dele, transcendam o plano local, é no lugar que se manifesta sua presença ou ausência. É aí que se dá a participação e interação entre os atores, que se explicitam e negociam conflitos, que se forjam compromissos e sinergias. É no local que se iniciam os arranjos produtivos e se exercem os *trade-offs* entre as cinco eficiências – social, alocativa, inovativa, ecoeficiência e de pleno emprego dos recursos (SACHS, 2002, p. 41).

Para Becker e Léna (2003), a questão da territorialidade é relevante ao se discutir APLs, pois o território pode ser considerado um espaço onde sinergias entre diferentes atores são estimuladas com intuito de encontrar soluções adequadas para situações específicas. Cassiolato e Lastres (2003, p. 10) complementam esta discussão ao definirem que a territorialidade “[...] está ligada a interdependências específicas da vida econômica, não podendo ser definida meramente como localização das atividades”. Acrescentam também que a territorialidade se projeta quando “[...] sua viabilidade econômica está enraizada em ativos (incluindo práticas e relações) que não estão disponíveis em outros lugares e que não podem ser facilmente ou rapidamente criadas ou imitadas em lugares que não as têm” (CASSIOLATO; LASTRES, 2003, p. 10).

Para tanto o foco de análise deixa de centrar-se exclusivamente na empresa individual, passando a ocorrer sobre as relações entre as empresas envolvidas, bem como as relações entre estas e as demais instituições, pertencentes a um espaço geograficamente definido, privilegiando o conhecimento das características que configuram o ambiente onde estas se inserem.

Neste sentido, a criação e fortalecimento de arranjos produtivos locais devem possuir políticas que auxiliem e fortaleçam estes arranjos, adotando medidas que diminuam o tempo de maturação, gerando benefícios notáveis para todo o território (SACHS, 2002). Para tal, os instrumentos existentes de fomento devem ser organizados, sistematizados, priorizados e otimizados, gerando conseqüentemente um planejamento de ações de forma compartilhada que promova a maximização/otimização dos recursos sociais e econômicos envolvidos (SEBRAE, 2009).

Becker e Léna (2003) abordam o surgimento de pequenos empreendimentos incentivados pelas políticas de desenvolvimento sustentável, os quais são caracterizados pela ligação entre os recursos naturais e as culturas locais, formados por associações locais e pequenos projetos, com objetivo de fomentar uma nova dinâmica econômica no tecido social, beneficiando as populações regionais e promovendo a melhoria da qualidade de vida das comunidades participantes.

Os autores explicam que estes empreendimentos se diferem dos convencionais em função do tipo de sustentabilidade em questão, pelas múltiplas interações entre os atores e pela forma de valorização das singularidades dos agentes envolvidos, gerando um verdadeiro “tecido produtivo”. Estes empreendimentos têm como finalidade a proposição de uma economia alternativa, como economia popular ou solidária, com base nos valores de igualdade, solidariedade, compromisso com a preservação do meio ambiente e democracia participativa. Entretanto, os resultados destes empreendimentos não devem ser vistos apenas do ponto de vista econômico, mas sim valorizar os benefícios alcançados em outra dimensão. Estes benefícios situam-se, geralmente, na promoção da cidadania, melhorias na saúde, educação, afirmação sociocultural e garantia de qualidade de vida aos associados (BECKER; LÉNA, 2003).

3. 2 ARRANJO SOCIOPRODUTIVO E POLÍTICO DE BASE COMUNITÁRIA

Frente aos modelos de gestão organizacional e interorganizacional direcionados para o crescimento econômico de curto prazo, que negligenciam problemas socioambientais de médio e longo prazos, desponta uma metodologia de gestão socioprodutiva e sociopolítica, a qual vislumbra comunidades ou grupos sociais como protagonistas de seus modos de produção, baseados em princípios de

sustentabilidade territoriais próprios. Surge, portanto, com ênfase no associativismo comunitário, o conceito de Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Com), com intuito de enfatizar os aspectos institucionais bem como a participação e envolvimento comunitário (SAMPAIO; DALLABRIDA; PELLIN, 2005).

O Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária é um microempreendimento compartilhado no qual se vislumbra a possibilidade de superação da competitividade utilitarista econômica e se privilegiam ações no âmbito de uma rede horizontal de cooperação (SAMPAIO *et al.*, 2005). Sampaio *et al.* (2005, p. 5) afirmam ainda que para o desenvolvimento de um APL.Com, “é necessário fomentar a criação de novas organizações do tipo associativistas autogestionárias, permitindo que pessoas ou grupos excluídos da economia de mercado, possam ser integrados”. Entre os principais benefícios obtidos por meio do funcionamento de um APL.Com, destaca-se que

[...] a aglomeração de empresas e o aproveitamento das sinergias coletivas e destas com o meio ambiente pode, efetivamente, fortalecer as chances de sobrevivência e crescimento do mesmo, constituindo-se importante fonte geradora de vantagens competitivas duradouras (SAMPAIO; ALVES; ZECHNER, 2008, p. 39).

O APL.Com aposta no princípio de que pode existir solidariedade na economia entre os que se associam, para produzir, comercializar e consumir produtos, inspirados na perspectiva da economia solidária (SAMPAIO *et al.*, 2005). Sampaio *et al.* (2005), propõem que a composição de um APL.Com envolve e desencadeia um conjunto de outras microrredes, sendo que a principal microrrede não é a mais importante, mas possui a função de incubar as demais.

	Encadeamento Produtivo Vertical (à montante)	
Encadeamento Produtivo Horizontal (organização de apoio)	Microrrede Principal	Encadeamento Produtivo Horizontal (terceirização não espúria)
	Encadeamento Produtivo Vertical (à jusante)	

FIGURA 1 – MICROESTRUTURA DO APL.COM

FONTE: Baseado em Sampaio; Mundim; Dias (2004), inspirado em Sachs (2002).

Na constituição desta rede existem encadeamentos verticais, sendo que a relação principal entre fornecedor-produtor situa-se para trás (a montante), e a relação entre produtor-distribuidor para frente (a jusante); também ocorrem encadeamentos horizontais situados entre produtores terceirizados, conforme demonstra a FIGURA 1. Os encadeamentos produtivos horizontais referem-se às organizações que fornecem apoio ao arranjo. São aquelas que atuam pela chamada terceirização não espúria – o estabelecimento de relacionamentos que corroborem com os processos produtivos, afastando-se de práticas competitivas desleais – representadas à esquerda e à direita da matriz, respectivamente. As redes institucionais se estabelecem no nível local e regional, fomentando toda a cadeia vertical e horizontal (SAMPAIO; MUNDIM; DIAS, 2004; SAMPAIO, 2010).

O desafio do APL.Com é criar e manter gestão participativa corporativa sob símbolo de identidade que suscite sentimento de pertencimento e facilite a intercooperação, expandindo a identidade cooperativa no plano político-institucional e na gestão organizacional (SAMPAIO, 2010). Assim, a participação necessita ser compromissada para que dinamize cargos (além da governança e gerência), como na inovação e desenvolvimento de novos bens e serviços (como por exemplo, *ecodesigners* para peças artesanais), proporcionando novos significados ao trabalho diário.

Ainda, a motivação de empreendedores ou organizações associadas em relação ao desenvolvimento pessoal, isto é, um equilíbrio entre trabalho produtivo - em função de responsabilidade que leva ao reconhecimento profissional, inclusive ao *status* social, afastado de valores consumistas; e reprodutivo – doméstico e comunitário; pertencimento a um grupo, a uma comunidade, a um projeto compartilhado; e, sobretudo, a um compromisso social, como acontece no Sudoeste da Microbacia do Rio Sagrado (SAMPAIO *et al.*, 2010).

Complexificando a problemática que trata de arranjos produtivos locais, surgem experiências em curso qualificadas como participativas e associativas, nas quais ainda predomina o reconhecimento do entorno territorial e se valoriza o conhecimento tradicional-comunitário, caracterizado pela capacidade de gerar demandas e propostas que não se distanciam nem se desvinculam das nuances e peculiaridades do cotidiano, a partir do olhar das próprias pessoas. Assim, quando se trata de arranjo socioprodutivo, se está privilegiando grupos organizados ou articulados, chamados de empreendimentos compartilhados, e que sobrevivem sob

a égide da economia de mercado; entretanto, preservam sua dinamicidade comunitária (SAMPAIO, 2010).

Neste sentido, uma das experiências que merece destaque é a de cooperativismo de Mondragón. Com início em 1956, estabeleceu a primeira cooperativa industrial em Mondragón, município da província Guipúzcoa, País Basco, na Espanha. Este movimento cooperativo é um dos mais fortes exemplos de corporação cooperativa multissetorial do mundo. Constituído por cerca de 100 empresas de trabalho associado, compreende um grupo industrial (metalúrgicas, empresas de bens de consumo), de distribuição (hipermercados, agências de viagem), de conhecimento (universidade, institutos de pesquisa) e financeiro (banco, seguridade social), além de outros desdobramentos (SAMPAIO; AZKARRAGA; ALTUNA, 2009).

Com intuito de aperfeiçoar a tecnologia social do APL.Com, a experiência de Mondragón remete a alguns aprendizados: *holding* cooperativa que auxilia iniciativas de desenvolvimento de novos socioempreendimentos e presta serviços técnico, jurídico ou financeiro; congresso associativo que discute, de tempo em tempo, a visão institucional da experiência; banco de microcrédito, bem como sistema de assistência e previsão social próprio; empreendimentos que se estruturam como sistema setorial (artesanato ou turismo comunitário) ou por laços territoriais (microbacia ou comunidades), por encadeamentos verticais e horizontais; fundos intercooperativos com finalidade principal de garantir divisão homogênea e solidária dos benefícios na realização de projetos individuais e coletivos dos socioempreendimentos; parcerias com instituições de ensino (convênios com escolas e universidades), pesquisa, desenvolvimento e inovação (universidades) (SAMPAIO *et al.*, 2010).

Diante destes aprendizados, o desafio do APL.Com é criar e manter gestão participativa sob signo de identidade, que gere sentimento de pertencimento e facilite a intercooperação, se expandindo à identidade cooperativa no plano político-institucional (SAMPAIO, 2010). Neste sentido, a experiência de APL.Tur do Rio Sagrado, tema de estudo deste trabalho de pesquisa, baseado na proposta de Turismo de Base Comunitária, pode ser considerada como uma estratégia que fomenta comunidades locais a protagonizarem seus modos de vida próprios e a definirem os rumos do seu processo de desenvolvimento, tornando-se uma alternativa possível à sociedade de consumo menos hegemônica que se almeja.

3.3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: FAVORECENDO EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS

Inúmeros microempreendimentos familiares, cooperativos e comunitários enriquecem a oferta turística nos âmbitos local, nacional e internacional, ao oferecerem ao mercado “um turismo com selo próprio”, a partir de uma combinação de atributos singulares e originais (MALDONADO, 2009, p. 25).

Dentre estas novas formas de organização turística, surgem os termos Turismo Comunitário, Turismo de Base Local, Ecoturismo Comunitário, Turismo Comunitário e Solidário, e Turismo de Base Comunitária (TBC). Esta ampla representatividade de conceitos é utilizada cada qual por diversos autores, de acordo com suas perspectivas teóricas, apresentando forte interrelação de princípios e premissas que buscam definir esta nova forma de turismo. Neste trabalho serão abordados os conceitos de Turismo Comunitário ou de Base Comunitária, entendidos aqui com o mesmo significado conceitual, o qual é compreendido como alternativa socioeconômica para comunidades que, por um lado, possuem desvantagens socioeconômicas, mas por outro, preocupam-se com a conservação dos aspectos culturais que as compõem, bem como com a biodiversidade.

Sampaio (2005, p. 113) define Turismo Comunitário como

[...] uma estratégia de comunicação social que possibilita que experiências de planejamento para o desenvolvimento de base comunitária em curso, na qual a população autóctone se torna a principal protagonista, resgatando ou conservando seus modos de vida que lhe são próprios, possam ser vivenciadas através da atividade turística.

O Turismo Comunitário pode ser definido como uma estratégia de comunicação social que possibilita que estas comunidades tradicionais que vivem em espaços rurais, conservem modos de vida próprios, manifestados em suas atividades produtivas agrícolas, bem como mediante seu artesanato local. Nesta realidade a população local torna-se a principal protagonista, resgatando ou conservando seus modos de vida que lhe são próprios, que podem ser vivenciados por meio da atividade turística (SAMPAIO, 2005). Espera-se que proporcione às famílias residentes oportunidades de desenvolvimento, conservando as particularidades e o dinamismo comunitário.

Turismo comunitário para Luzia Neide Coriolano (2003) é

[...] aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar que passaram a ser os articuladores e os construtores da cadeia produtiva, aonde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida; levar todos a se sentirem capazes de contribuir, e organizar as estratégias do desenvolvimento do turismo (CORIOLANO, 2003 p. 41).

Explicando ainda este novo modelo de turismo, Coriolano (2006) enfatiza que o TBC é caracterizado pela forma de associação em que as comunidades se organizam, por meio de arranjos produtivos locais, gerenciando suas terras e as atividades econômicas associadas ao turismo. Ainda, pode-se citar o Turismo Comunitário como aquele "socialmente responsável", ou seja, de base comunitária, pois é o resultado de um processo de conscientização da comunidade, onde a união, a cooperação e o espírito de comunidade são apresentados pelos moradores como elementos fundamentais para a construção deste modelo "diferenciado" de turismo (IRVING, 2002).

Para Maldonado (2005),

Entende-se por turismo comunitário toda forma de organização empresarial apoiada pela propriedade e auto-gestão do patrimônio da comunidade, de acordo com as práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pelos serviços de turismo, a fim de promover encontros culturais de qualidade com os visitantes (MALDONADO, 2005, p. 5, tradução nossa).

As comunidades são agentes fundamentais para a prática do turismo. Coriolano enfatiza o conceito de comunidade, ao citar que a comunidade é “um grupo social residente em um pequeno espaço geográfico cuja integração das pessoas entre si, e destas com o lugar, cria uma identidade tão forte que tanto os habitantes como o lugar se identificam como comunidade” (CORIOLANO, 2006, p. 201).

As comunidades identificadas como tradicionais se definem por critérios, mesmo que possuam alguma descaracterização. Os critérios podem ser “geográficos - como um território isolado; culturais - compartilhando costumes, usos e tradições, e feixes de hábitos; ou por funções socioeconômicas – variando por modos de produção e distribuição” (SAMPAIO; ZECHNER; HENRÍQUEZ; 2008, p. 6). Nestas comunidades os empreendimentos são geridos pelos próprios moradores, organizados muitas vezes por cooperativas ou associações. Desta forma, o TBC é

realizado de forma integrada às demais atividades econômicas, fortalecendo a geração de emprego e renda, pois contribui na comercialização de seus produtos e serviços, como artesanato, hospedagem e culinária.

Do ponto de vista cultural, o TBC significa aprendizagem, conhecimento, encontro de pessoas. Ele representa os valores, signos e símbolos que favorecem as relações interpessoais e de hospitalidade entre turistas e visitados. Oferece um espaço de encontro e convivencialidade¹¹, expressando sua essência nas trocas e intercâmbios culturais.

Turismo comunitário porque requer o envolvimento de todos, considera os direitos e deveres individuais e coletivos e elabora um processo de planejamento participativo, desde as tomadas de decisões até a execução das atividades turísticas. É realizado na escala humana. Desenvolve a gestão participativa, na qual a maioria dos atores social de uma comunidade se envolve de forma direta e/ou indireta com as atividades desenvolvidas neste lugar, tendo em vista a melhoria da comunidade e de cada um dos participantes, além de levar em conta a cultura local, a valorização do patrimônio cultural, os desejos e as necessidades das pessoas da comunidade (CORIOLANO, 2003, p. 41).

Maldonado (2009), fala da importância de se pensar no patrimônio comunitário como fonte de atração e instrumento de desenvolvimento, ao definir que:

O patrimônio comunitário é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Através disso, se expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza (MALDONADO, 2009, p. 29).

Portanto, o Turismo Comunitário possibilita o contato do turista com o patrimônio comunitário e o modo de vida das comunidades locais. Oportuniza ainda, que visitantes sensíveis as questões socioambientais - estudantes, professores, pesquisadores e simpatizantes – entrem em contato com assuntos relacionados à preservação da natureza (sistemas ecológicos) e, ao mesmo tempo, a conservação de modos de vida tradicionais (sistemas sociais) (SAMPAIO; ZECHNER; HENRÍQUEZ, 2008).

¹¹ Conceito adaptado de Illich (1976). O autor trata em sua obra sobre o predomínio da instrumentalização (o oposto da convivencialidade) nos campos da educação e da saúde. Illich define convivencialidade como o inverso da produtividade industrial: “a passagem da produtividade para a convivencialidade é a passagem da repetição da carência para a espontaneidade” (ILLICH, 1976, p. 25).

Se contrapondo ao turismo convencional, Coriolano (2006) enfatiza que a idéia do TBC é mais do que visitar atrações turísticas; busca-se oferecer aos visitantes a oportunidade de experimentarem a vida local da comunidade como ela realmente é, fortalecendo a relação entre visitantes e residentes, promovendo um processo de intercâmbio cultural, trocas de experiências, conhecimentos e saberes.

Complementando este pensamento, Sampaio (2005) destaca que

Turismo comunitário não se limita apenas à observação ou, ainda, à convivência com as populações autóctones, mas consiste também no envolvimento com os próprios projetos comunitários. O turismo comunitário se aproxima de uma experimentação alternativa ao modo de vida consumista (SAMPAIO, 2005, p. 29).

A partir deste modo de organização comunitária, Coriolano (2003, p. 191) afirma que “[...] o turista é atraído pela simplicidade, pelas belezas naturais, calma e a rusticidade do lugar”. A autora acrescenta ainda que uma das principais características do turismo comunitário é a criação de comunicação entre visitantes e visitados, havendo interação e respeito mútuo entre turista e morador; as relações são humanizadas, pessoais e singulares, ao contrário do turismo convencional, onde as relações são impessoais, distantes ou nem chegam a existir (CORIOLANO, 2003).

O turismo de base local, que busca a sustentabilidade socioespacial, prioriza os valores socioculturais e descobre formas inteligentes de participação na cadeia produtiva do turismo, com produtos diferenciados, e com uma nova visão do lugar e de turismo; um turismo que não é só do consumo, mas de troca de experiências, de laços de amizade e de valorização cultural (CORIOLANO, 2006, p. 201).

O turismo é considerado em âmbito global como uma atividade econômica, que gera crescimento, oportunidades de emprego e incremento de renda e divisas. Contudo, o Turismo Comunitário surge como alternativa ao estilo convencional de turismo de massa, oportunizando a descoberta de experiências com outros modos de vida, resistindo à hegemonia da sociedade de mercado, prezando pela relação harmônica entre turista e comunidade receptora, no qual ambos são considerados agentes de ação socioeconômico e ambiental, repensando as bases de um novo estilo de desenvolvimento (SAMPAIO, 2005).

O desenvolvimento do turismo em comunidades foi abordado pela autora Simone Rocha em sua dissertação de mestrado, a qual destacou a importância do diálogo na consolidação de um turismo que atenda as necessidades locais na

Prainha do Canto Verde, município de Beberibe (CE). A autora aponta que o exercício de princípios cooperativos e colaborativos, bem como a indicação dos interesses políticos e sociais dos residentes, favorecem a afirmação da identidade comunitária no processo de desenvolvimento da atividade turística (ROCHA, 2003).

O estudo de Rocha (2003) corrobora com esta discussão, ao apresentar o que a autora designa de “ecoturismo comunitário”, no qual fatores culturais e elementos do ambiente se expressam na relação entre visitantes e residentes. A autora destaca em seu trabalho a dimensão social da atividade turística. Esta dimensão, uma vez pensada diante dos contextos de desigualdades sociais existentes em diversas regiões do país, apresenta o exercício de solidariedade como uma conduta da comunidade, que se sobrepõe à perspectiva de geração de trabalho e renda. Ou seja, ao mesmo tempo em que não anula os aspectos econômicos, privilegia os aspectos culturais e éticos, incorporando nesta atividade os elementos que julgam fundamentais para valorizar sua identidade (ROCHA, 2003).

Desta forma, a autora aponta uma perspectiva que afirma o sentido de comunidade, na qual o ecoturismo comunitário é vivido por meio de relações de diálogo, por meio de uma constante relação de trocas entre os visitantes e anfitriões, destacando que “não é negada a possibilidade de interferência entre as culturas, mas que ela aconteça em equidade na afirmação de identidades” (ROCHA, 2003, p. 79).

Colaborando nesta discussão, Coriolano (2006) aponta que o TBC visualiza o morador local como principal ator da comunidade, e que a atividade turística é desenvolvida de forma socialmente responsável, optando-se pela gestão participativa com a conservação dos patrimônios cultural e natural, caracterizando assim, o Turismo de Base Comunitária.

Assim, é importante observar que não existe um modelo de planejamento da atividade turística que possa ser adotado como único e perfeito, que atenda as necessidades de todos os contextos comunitários existentes. No entanto, a partir do momento em que se vislumbram experiências sobre iniciativas de turismo em comunidades que buscam enfrentar suas dificuldades socioeconômicas diante da economia de mercado e ao mesmo tempo, firmar sua identidade local, é importante compartilhar os aprendizados que estas oferecem para se pensar em novas formas e alternativas de desenvolvimento.

Muitas experiências em curso de TBC trazem importantes aprendizados e reflexões. A Prainha do Canto Verde¹² é um exemplo de sucesso no caso de empoderamento comunitário¹³, e possui diversos trabalhos e pesquisas que relatam a luta da comunidade pelo direito à terra e manutenção de sua identidade, frente a especulação imobiliária no litoral cearense. Suas ações chamaram a atenção “da sociedade civil, da imprensa e dos governos sobre as ações da pesca predatória da lagosta, da especulação imobiliária e do turismo predatório, [...] sendo um marco para história de luta de todas as comunidades pesqueiras do litoral cearense” (MENDONÇA, 2003, p. 83). A coragem e a cooperação entre os moradores para lutar contra agentes imobiliários com forte poder político e econômico e garantir os seus direitos sobre suas terras, consagrou uma importante conquista histórica para comunidade local e um exemplo para diversas comunidades pesqueiras do país.

O livro *Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras* (2011) traz a descrição de 50 projetos apoiados pelo Ministério do Turismo por meio do edital 01/2008. Este edital atraiu cerca de quinhentas propostas de todo o Brasil, das quais 50 foram selecionadas por uma banca formada por representantes do Ministério do Turismo, por professores e pesquisadores de algumas universidades brasileiras e por consultores especialistas no tema. Dentre elas está a experiência de TBC do Rio Sagrado, em Morretes (PR).

Frente a todas as potencialidades apresentadas acima, são inúmeras as vantagens socioeconômicas, culturais e ambientais que o Turismo de Base Comunitária pode proporcionar a todos os agentes envolvidos. Acredita-se, portanto, que na comunidade envolvida, a atividade turística se caracteriza como um fator que contribuirá para a melhoria do nível e da qualidade de vida da população, bem como para a prosperidade dos empreendimentos e economia local.

Ainda neste contexto, o Turismo Comunitário aparece como potencializador da conservação dos aspectos culturais da comunidade local, valorizando e resgatando a autenticidade cultural. Segundo Max-Neef (2008), o elemento fundamental para a vitalidade das comunidades é a diversidade. Logo, o turismo comunitário pode ser visto como o “meio” para alcançar a conservação da diversidade dos modos de vida das comunidades e das identidades locais.

¹² Dois trabalhos importantes que tratam sobre a experiência de luta e coragem da comunidade da Prainha do Canto Verde (CE) são os de Mendonça (2003) e Rocha (2003).

¹³ Ver mais na obra *Empowerment for Sustainable Tourism Development*, de Trevor Sofield, Professor de turismo da Universidade da Tasmânia.

No contexto da atividade turística, a cadeia produtiva pode ser caracterizada por um arranjo, envolvendo diversos agentes e fatores que devem trabalhar de forma integrada em busca do equilíbrio entre cooperação e concorrência. Neste sentido, a denominação de Arranjo Socioprodutivo de Turismo de Base Comunitária (APL.Tur) surge com intuito de enfatizar os aspectos institucionais bem como a participação e envolvimento comunitário (ZAMIGNAN; SAMPAIO; MANTOVANELI JR., 2011).

Esta dinâmica de se pensar o turismo como um arranjo socioprodutivo pode viabilizar, portanto, a prática de atividades turísticas, interconectando os conceitos de arranjos socioprodutivos com as premissas do Turismo Comunitário, nos quais microempreendimentos compartilhados vislumbram a possibilidade de superação da competitividade utilitarista econômica e privilegiam ações no âmbito de uma rede horizontal de cooperação, valorizando sua identidade local (SAMPAIO *et al.*, 2005). Pensando desta forma, Sachs (2002, p. 37), observa que “a forma pela qual se darão os encadeamentos produtivos nas diferentes modalidades de turismo determinará, em última instância, quem será beneficiado”.

No APL.Tur, a participação comunitária é que garante a qualidade das ações desenvolvidas e sobretudo sua continuidade. Para a implementação de um APL.Tur, é necessário fomentar o fortalecimento das organizações, permitindo que pessoas ou grupos excluídos da economia de mercado, possam ser integrados. O APL.Tur é capaz de agregar valor aos pequenos empreendimentos e, assim, aumentar as possibilidades de sobrevivência diante de uma economia de mercado.

Além disso, este modelo socioeconômico busca fomentar a criação de trabalho e renda próximos ao local de residência, diminuir o êxodo rural, promover o desenvolvimento territorial e fortalecer a ação comunitária, que, uma vez organizada, pode usar esta capacidade acumulada na forma de capital social, para alcançar outros objetivos que lhe interessam.

A experiência do APL.Tur no Rio Sagrado, ao propiciar o fortalecimento do Turismo de Base Comunitária, que embora tenha como eixo norteador integrar vivências, serviços de hospedagem e de alimentação, oportuniza a conservação do modo de vida das comunidades do Rio Sagrado. O APL.Tur, busca também qualificar os membros comunitários que desenvolvem atividades, com o intuito de aumentar a autoestima da comunidade bem como melhorar a qualidade percebida do destino turístico Rio Sagrado. Como parte das atividades de planejamento

estratégico participativo, o envolvimento dos membros da comunidade é fundamental para que se fortaleça o processo participativo comunitário nas atividades e planejamento do projeto.

Neste limiar, por se considerar de fundamental importância a participação da comunidade nos processos de elaboração e avaliação das atividades desenvolvidas, esta dissertação busca avaliar a interpretação dos moradores sobre o APL.Tur, pois se faz necessário identificar quais foram as efetivas contribuições e mudanças proporcionadas nestes cinco anos da iniciativa de Arranjo Socioprodutivo de Turismo de Base Comunitária no território do Rio Sagrado.

4 CAMINHOS DA PESQUISA: ENFOQUE AOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa teve abordagem qualitativa, por buscar, segundo Minayo (1994), respostas para questões muito particulares de uma realidade social que não podem ser conhecidas e aprofundadas somente pela experimentação e quantificação. Sob esta abordagem, a referida pesquisa foi desenvolvida com base em um Estudo de Caso, uma vez que buscou compreender um fenômeno social complexo no contexto da vida real (YIN, 2010). O Estudo de Caso selecionado foi a região Sudoeste da Microbacia do Rio Sagrado, em Morretes (PR), com foco no Arranjo Socioprodutivo de Turismo de Base Comunitária.

Como primeira etapa metodológica de caráter exploratório, foi realizada pesquisa documental e bibliográfica, relacionada às discussões sobre os temas centrais de reflexão deste trabalho, dentre eles desenvolvimento territorial, gestão participativa, arranjos socioprodutivos e Turismo de Base Comunitária. Conforme esclarece Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, que possibilita uma ampla abrangência sobre os fenômenos em estudo, permitindo uma comparação e discussão das informações obtidas, ampliando as perspectivas de análise.

Neste caso, para a análise de contexto sobre a região estudada, foram analisados documentos, relatórios e trabalhos acadêmicos¹⁴ realizados na área de estudo até o presente momento, sobretudo pelo Núcleo de Políticas Públicas (NPP) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Regional de Blumenau (FURB) e do Núcleo de Ecosocioeconomia¹⁵

¹⁴ É importante mencionar, que o presente estudo valeu-se de substratos da pesquisa-ação participativa que vem sendo desenvolvida no âmbito da Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento (NPP/PPGDR/FURB e NEcos/MADE/UFPR).

¹⁵ A ecosocioeconomia das organizações está imbricada na discussão sobre o ecodesenvolvimento, sendo que privilegia “os estudos que possibilitam a viabilidade macro (interorganizacional) e microeconômica (organizacional) de grupos organizados ou quase organizados articulados, chamados de empreendimentos compartilhados, de modo que possam ampliar as oportunidades de trabalho e renda de agrupações urbanas e rurais excluídas da economia de mercado” (SAMPAIO, 2010, p. 13)

(NEcos) do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A segunda etapa concentrou-se na escolha e elaboração dos instrumentos de pesquisa, bem como a seleção dos principais atores locais a serem entrevistados. Para levantamento dos dados, utilizou-se um roteiro para entrevista semi-estruturada (Apêndice A), que atende principalmente finalidades exploratórias, utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. A entrevista semi-estruturada é utilizada quando o pesquisador deseja obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão (MINAYO, 1996). Para Manzini (1991, p. 154), a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual se constrói um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Segundo o autor, esta forma de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Neste sentido, a partir de uma matriz de categorias operativas, o roteiro de entrevista foi elaborado a partir de dois núcleos temáticos, que nortearam as perguntas aplicadas aos entrevistados, todos eles participantes do arranjo, avaliando os aspectos indicados em consonância com a avaliação que os atores fazem do projeto do APL.Tur:

a) Aspectos Socioeconômicos e políticos:

- Renda; Organização do trabalho; Associativismo; Participação Comunitária; Relações com instituições de apoio; Turismo de Base Comunitária; Educação e qualificação profissional.

b) Aspectos Socioambientais:

- Uso e manejo dos recursos naturais; APA de Guaratuba; Práticas comunitárias; Conservação da biodiversidade.

Assim, o recurso da entrevista foi considerado, principalmente, para abordar as categorias descritas acima de acordo com as impressões dos atores locais do Rio Sagrado. O roteiro específico elaborado para aplicação a campo se encontra no Apêndice A.

Como terceira etapa metodológica, as entrevistas com atores locais foram realizadas no período de campo, entre 26 de novembro a 11 de dezembro de 2011. Com relação aos atores entrevistados da localidade, foram selecionados para a entrevista 10 moradores fixos da região Sudoeste da Microbacia do Rio Sagrado, que tenham participado do processo de construção e desenvolvimento do projeto, tanto de forma direta quanto indireta, pois se considera que estes atores são os protagonistas das atividades implementadas no território, constituindo importante fonte de informações para o estudo. A seleção destes entrevistados, a princípio, considerou um perfil diversificado (jovens, adultos e idosos), favorecendo a coleta de dados sob diferentes interpretações e avaliações a respeito do APL.Tur, a partir do relato de experiências e resultados singulares de cada entrevistado. O perfil resumido dos entrevistados está apresentado no Apêndice B¹⁶.

Complementando a pesquisa, a observação de campo também foi realizada pela pesquisadora, que participou do dia a dia do grupo em foco. O uso deste recurso exerceu importante papel para o estudo por permitir que temas mais complexos, bem como aspectos subjetivos fossem explorados e interpretados aos poucos, e não apenas em uma entrevista (MINAYO, 1994). A observação de campo se consolidou por meio do convívio diário com os moradores da comunidade, como por exemplo, em conversas informais, na participação durante as refeições diárias, ao se reunir com a família para assistir televisão, ao participar de uma celebração evangélica, fatos os quais contribuíram para o exercício do convívio e da inclusão na rotina deste grupo social, e que alimentaram um diário de campo. Este diário foi escrito durante o período em campo para registrar observações e informações pertinentes para possíveis reflexões sobre o estudo, bem como registro fotográfico sobre o contexto local, que serviram como fonte de dados complementares e relevantes para a pesquisa.

Além disso, a aproximação com a comunidade iniciada em 2009, no período de graduação, também contribuiu para o estudo, dado a relevância do aspecto confiança na relação entre pesquisador e comunidade de estudo. A participação em projetos que foram desenvolvidos na localidade neste período, os quais perpassam de alguma forma pelos temas a serem tratados neste estudo, permitiu um amplo

¹⁶ Cabe ressaltar que os entrevistados solicitaram a não divulgação de seus nomes completos na presente dissertação. Nesse sentido, cada entrevistado será identificado pelas iniciais do nome e sobrenome.

período de convívio com a comunidade, fortalecendo a aproximação com a realidade local, auxiliando na confiabilidade das informações.

A quinta etapa metodológica, a partir do levantamento de dados em campo, consistiu na sistematização e análise dos dados. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, de forma a analisar os relatos dos entrevistados, destacando expressões e depoimentos chaves relevantes para a compreensão e interpretação dos principais temas levantados pelos entrevistados (MINAYO, 1994).

Neste sentido, após análise e interpretação das informações, são apresentados os resultados obtidos nas entrevistas realizadas, a partir de um diálogo com base no referencial teórico selecionado, com intuito de contextualizar as informações obtidas pela pesquisa.

5 RIQUEZA NATURAL X POBREZA SOCIAL: O LITORAL PARANAENSE EM FOCO

O litoral do Paraná, com destaque para Guaraqueçaba e Paranaguá, foi a primeira região do território paranaense a ser colonizada por europeus, impulsionados pela exploração de ouro. Porém, posteriormente, com a ocupação do território direcionada para o interior do Estado, o litoral tornou-se uma das regiões menos povoadas e desenvolvidas economicamente de todo o Paraná (PIERRI, 2003). Com exceção de Paranaguá, que concentrou as atividades portuárias e tem hoje papel estratégico para entrada e saída de mercadorias do Estado, Pierri (2003) aponta que a região do litoral apresenta sérios problemas socioeconômicos. Isso porque, as populações dos outros municípios sempre estiveram à margem deste processo econômico, o que desencadeou graus distintos de desenvolvimento com fortes desigualdades sociais.

Este quadro nos remete ao trabalho de Pierri (2003)¹⁷ sobre o litoral paranaense e justifica o título deste capítulo: o litoral do Paraná ao mesmo tempo que apresenta sérios problemas socioeconômicos que se revelam num panorama de “pobreza social”, por outro lado, apresenta uma natureza que se traduz num quadro de “riqueza natural”.

De acordo com Andriguetto Filho e Marchioro (2002), é importante refletir sobre os paradoxos que este contexto nos apresenta: a região, ainda que possua grande potencial econômico e uma diversidade de atividades econômicas, é considerada uma das regiões mais pobres do Estado, apresentando um quadro de subdesenvolvimento que não corresponde aos potenciais regionais; e ao mesmo tempo em que possui os remanescentes florestais mais conservados do País, providos de meios legais para sua proteção, são fatídicos os crescentes níveis de degradação e de conflitos no uso e ocupação destas áreas de conservação. Os autores apontam que a região “é marcada por uma série de problemas de gestão do desenvolvimento e da conservação, com graves conflitos fundiários, conflitos entre

¹⁷ O artigo traz uma ampla discussão a partir de informações socioeconômicas recentes, analisadas por grupos de municípios, visando compreender os elementos mais específicos que operam na reprodução da pobreza e dos impactos ambientais no litoral paranaense. PIERRI, N. E. O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 8, p. 25-41, jul /dez. 2003. Editora UFPR.

atividades econômicas, e entre práticas humanas e proteção ambiental” (ANDRIGUETTO FILHO; MARCHIORO, 2002, p. 159).

O litoral paranaense é dividido atualmente em sete municípios: Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná (IAP, 2011). Estes municípios localizam-se próximos a capital do estado, Curitiba, sendo que Antonina é o mais próximo a 63 km de Curitiba, e o mais distante é Guaraqueçaba, a 158 km. Localizados no entorno da Baía de Paranaguá, de acordo com Pierri (2003), os sete municípios que compõem o litoral podem ser distribuídos em três grupos: os portuários (Paranaguá e Antonina), os rurais (Morretes e Guaraqueçaba) e os praiano-turísticos (Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba).

As principais atividades econômicas associadas ao litoral são o turismo, a agricultura, a pecuária e a pesca. O Porto de Paranaguá, um dos maiores do Brasil, destaca-se na atividade portuária na região por ser o maior exportador de grãos da América do Sul. De acordo com dados disponíveis de 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) do litoral paranaense totaliza cerca de R\$ 3,3 bilhões, tendo como setor mais representativo do PIB o de serviços (portos, comércio, turismo), seguido da indústria e da agropecuária. No que tange os dois primeiros setores, nota-se uma distribuição bastante desigual da atividade econômica da região, concentrando no município de Paranaguá cerca de 87% (R\$ 1,87 bilhão) do PIB de serviços e 90% (R\$ 987 milhões) do PIB industrial (IPARDES, 2007a). Ao mesmo tempo, a agropecuária, ainda que com menor representação, está bem distribuída entre municípios. Do total de R\$ 68 milhões que representam o PIB deste setor, aproximadamente 27% vem de Paranaguá, 24% de Guaraqueçaba, 23% de Morretes, 16% de Antonina e 10% de Pontal do Paraná.

De modo geral, no litoral observam-se problemas de contaminação das águas de rios e estuários por esgotos domésticos, resultando em problemas para a balneabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros e daqueles oriundos da maricultura. Os pontos de maior contaminação são aqueles próximos dos grandes centros urbanos como a margem sul do Complexo Estuarino de Paranaguá. As análises de qualidade de água e balneabilidade realizadas pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) indicam que todos os rios monitorados na região apresentam contaminação por coliformes acima do limite permitido. Dentre os rios analisados na região, os Rios Nhundiaquara e Marumbi de Morretes, que deságuam na Baía de

Antonina, apresentaram problemas de contaminação dos rios decorrente do lançamento de esgoto doméstico sem tratamento (IAP, 2006).

No que tange a distribuição populacional, esta se apresenta de forma muito desigual, apresentando densidades bem diferentes entre os municípios da região. De acordo com dados do IBGE (2010), a população total da região é de 265.392 habitantes sendo Paranaguá o município mais populoso, com 140.469 habitantes e Guaraqueçaba o município que apresenta menor contingente populacional, com 7.871 habitantes.

A região apresenta um padrão de concentração demográfica nos centros urbanos e grandes extensões territoriais com pouca ou nenhuma ocupação, o que reflete na presença de grandes remanescentes de vegetação e coincide, em alguns casos, com a existência de unidades de conservação. Em virtude da presença de remanescentes significativos de Floresta Atlântica e da diversidade de ambientes existentes, a região possui interesse especial para a conservação da biodiversidade, tanto terrestre quanto marinha (IAP, 2006).

O litoral norte do Paraná está integralmente inserido no Bioma Mata Atlântica e possui a maior área contínua de Floresta Pluvial Atlântica ainda preservada, de alto valor ambiental pela grande biodiversidade, e que é parte da Reserva da Biosfera de Mata Atlântica tombada pela Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (PIERRI *et al.*, 2006). Possui 72,82% de sua área coberta por remanescentes de vegetação¹⁸, sendo que Antonina possui 70.012 ha (79% da área original), Guaraqueçaba 162.110 ha (80% da área original), Morretes 49.131 ha (72% da área original), Paranaguá 40.078 ha (48% da área original), Guaratuba 106.211 ha (80% da área original), Matinhos 8.591 ha (73% da área original) e Pontal do Paraná 15.173 ha (75% da área original) (SOS Mata Atlântica/INPE, 2009).

Outra característica relevante desta região é a presença de iniciativas Federais e Estaduais na implementação das Unidades de Conservação. O litoral tem 82% de sua área voltada para a conservação, por meio de unidades de conservação federais e estaduais, sendo as maiores a APA de Guaraqueçaba e a APA de Guaratuba (PIERRI *et al.* 2006). No caso específico, a área de estudo desta

¹⁸ No estado do Paraná como um todo os remanescentes de vegetação cobrem apenas 10,53% da área original (SOS Mata Atlântica/INPE, 2009).

pesquisa é pertencente à APA de Guaratuba, uma unidade de conservação estadual criada em 1992.

Entretanto, de acordo com Ferreira *et al.* (2001), muitas das ações e políticas de conservação desenvolvidas no âmbito nacional, por agentes externos as comunidade locais, principalmente por órgãos públicos de meio ambiente, foram formuladas em gabinetes fechados, sem o envolvimento das populações locais neste processo de criação e implementação, ocasionando diversos conflitos. Este contexto traz a questão da institucionalização da conservação, que determina na maioria dos casos, uma racionalidade burocrática regulada pelo Estado, a qual acabou se tornando um obstáculo para a maior parte das populações que residem nas áreas de conservação, na medida em que restringe o uso dos recursos naturais necessários à produção e à complementação de suas atividades para a própria subsistência (FERREIRA *et al.*, 2001).

No caso do litoral, o interesse político de conservar foi desenvolvido, em grande proporção, sob áreas de Floresta Atlântica economicamente marginalizadas, seja pela dificuldade de acesso e/ou por não despertar interesse econômico-produtivo. Assim, a decisão formal de instituir as UCs se fez mais fácil por considerar não estar resguardando recursos a fortes grupos econômicos. No entanto, essa situação redobrou as dificuldades de alcançar ou manter condições de sustentabilidade socioeconômica para a população inserida dentro ou no entorno das UCs (PIERRI *et al.*, 2006).

Conforme afirmam os autores,

Este fato faz com que a conservação e seus agentes apareçam como responsáveis pela pobreza e falta de oportunidades, pelo atraso e pela emigração existentes nessas áreas, sem lembrar que as restrições de uso impostas vieram muitas vezes apenas reforçar os limites já existentes para o desenvolvimento, e não tanto criá-los, como muitas vezes se interpreta. O mercado criou antes, e continua reproduzindo, grande parte da insustentabilidade social dessas regiões (PIERRI *et al.*, 2006, p. 150-151).

De modo geral, muitos problemas na região surgem a partir de conflitos de uso e apropriação dos recursos naturais e problemas ambientais (destaque para o desmatamento, a poluição, a degradação decorrente da ocupação desordenada do espaço, entre outros). Problemas como a erosão costeira e a poluição das águas, decorrem principalmente de uma ocupação inadequada e desordenada dos espaços

costeiros e da deficiência das políticas de saneamento e de controle desta ocupação e das atividades poluidoras – principalmente por indústrias e portos (IAP, 2006).

As limitações impostas pela presença de unidades de conservação no litoral configuram-se como os principais conflitos existentes na região. Somado a esta questão, existe o confronto entre a legislação de gestão das unidades de conservação, da pesca e dos recursos florestais, com as atividades econômicas das populações locais, principalmente aquelas voltadas para o extrativismo e a agricultura de subsistência. Assim, conforme aponta Pierri *et al.* (2006), não pode ser levado em conta somente as questões da criação, localização, extensão e definição do regime das UCs. É necessário exercer o objetivo de proteção, mas também de cuidar da sustentabilidade da população humana que as habita. No entanto, não se ignora o fato de que as UCs ao mesmo tempo, mantém o espaço das populações inseridas nas unidades de conservação, frente a expansão do uso agropecuário e de extração madeireira.

O Estado do Paraná possui 68 Unidades de Conservação (UCs) Estaduais, totalizando uma área conservada de 1.205.632,0862 ha, das quais 45 são unidades de conservação de Proteção Integral e 23 unidades de conservação de Uso Sustentável. Já o litoral do Paraná apresenta um total de 31 unidades de conservação e/ou áreas protegidas, distribuídos em unidades federais (4) e estaduais (27) (IAP, 2011).

Dentre estas unidades destaca-se a Área de Proteção Ambiental de Guaratuba, que engloba parte da área de estudo deste trabalho. A APA de Guaratuba, Unidade de Conservação Estadual de Uso Sustentável instituída pelo Decreto Estadual nº 1.234 de 27/03/92, possui cerca de 200 mil hectares, representando aproximadamente 1% do território paranaense. Sua extensão abrange os municípios de Guaratuba (65,61% da APA), São José dos Pinhais (11,25%), Tijucas do Sul (9,24%), Morretes (6,43%), Paranaguá (5,69%) e Matinhos (1,78%), situada nas unidades fisiográficas: Planície Litorânea, Serra do Mar e Primeiro Planalto. Localiza-se geograficamente entre as coordenadas de latitudes 25°32'41"S e 26°00'29"S e longitudes 49°08'22"W e 48°32'18"W (SILVEIRA *et al.*, 2005). Os limites da APA de Guaratuba configuram entorno em interface com o perímetro urbano de Guaratuba e Matinhos, com áreas rurais do município de Morretes, ainda no litoral do Paraná, e com Tijucas do Sul e São José dos Pinhais, pertencentes à Região Metropolitana de Curitiba.

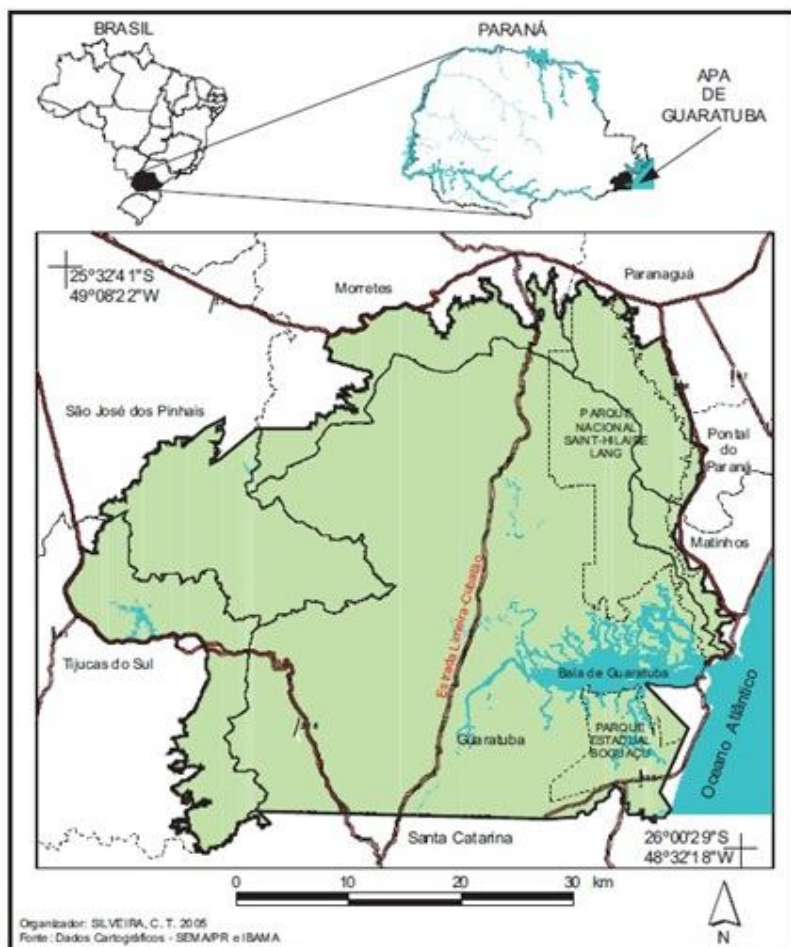


FIGURA 2 – MAPA DA APA DE GUARATUBA
 FONTE: SILVEIRA *et al.* (2005)

A APA de Guaratuba possui um Conselho Gestor que tem como finalidade, conforme informa o Regimento Interno, “promover o gerenciamento participativo e integrado para a implantação das diretrizes das políticas nacional, estadual e municipal do meio ambiente” na Unidade. Este Conselho é presidido pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), órgão responsável pela gestão da APA, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – Lei Federal nº 9985, de 18 de julho de 2000. Compõem também o Conselho Gestor, órgãos e entidades da administração pública estadual e dos municípios abrangidos pela APA, bem como entidades da sociedade civil organizada (CONSELHO GESTOR, 2011).

O Plano de Manejo (2006) da APA de Guaratuba, concluído em 2006, é o principal instrumento de planejamento da unidade que visa orientar a gestão

participativa de modo a assegurar a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes.

De acordo com informações do Plano de Manejo, o relevo da APA é caracterizado por um mosaico de ambientes que abrange desde o relevo acidentado da Serra do Mar, com suas as escarpas marcadas por abruptos paredões rochosos e drenagens em vales profundos e estreitos. No que tange a fauna e flora, a APA está inserida na região fitogeográfica denominada “Mata Atlântica” ou “Floresta Atlântica”. O bioma Mata Atlântica ocupa inteiramente três estados: Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina e 98% do Paraná, além de porções de outras 11 unidades da federação (IBGE, 2007). Esta região está no ranking dos 34 *hotspots*¹⁹ mundiais de biodiversidade. No entanto, cumpre destacar que a Mata Atlântica é provavelmente o ecossistema mais devastado e ameaçado do planeta, podendo-se atribuir a este fator a alta pressão antrópica que é exercida sobre este (GALINDO-LEAL; CÂMARA, 2005).

Segundo o mapeamento da Floresta Atlântica, a extensão da Floresta Ombrófila Densa é bastante expressiva, destacando-se a Formação Sub-Montana (64.756 ha), seguida pela Formação Montana (41.070 ha) e Alto Montana (1.309 ha), sendo que a cobertura da Floresta Ombrófila Densa Aluvial conservada é bastante significativa (65,6 %, 5.112 ha) (SEMA, 1996).

Apesar dos poucos estudos sobre a fauna na região, a APA de Guaratuba abriga fauna diversificada, com significativa riqueza de espécies, sendo que na planície litorânea da APA ocorrem cerca de 60 espécies de mamíferos (constatados e prováveis na região), sendo cinco endêmicas da Floresta Atlântica e 11 consideradas ameaçadas de extinção no Paraná. Estudos registram 322 espécies de aves, destas 71 (22%) são endêmicas da Floresta Atlântica, e 10 (3%) encontram-se ameaçadas de extinção (SEMA, 1996).

Quanto aos aspectos socioeconômicos, conforme relato anterior sobre o panorama do litoral paranaense, o perfil produtivo da região na qual se encontra a APA revela uma economia fortemente movimentada pelo porto de Paranaguá, pela comercialização da banana, (e mais recentemente do gengibre), pesca e pelo

¹⁹ MYERS *et al.* (2000), por meio de pesquisas sobre biodiversidade e ações prioritárias conservacionistas, estabelecem como orientação o conceito de *hotspots*: regiões com maiores concentrações em riqueza de espécies e níveis elevados de pressão e destruição de hábitat, nas quais ações de proteção destas áreas poderiam assegurar maior riqueza de espécies por unidade área.

comércio e serviços voltados para o turismo, cuja sazonalidade é o traço marcante. Os sistemas agrícolas na APA são heterogêneos, sendo que a agricultura tradicional (atividade extrativista, agrícola e de criação de animais de produção) coexiste com a agricultura comercial ou moderna (prestação de serviços de turismo e lazer, diaristas, assalariados mensalistas em chácaras; pequeno comércio de beira de estrada, etc.), em meio a um quadro de complexidades sociais – pobreza das populações locais, falta de infraestrutura, e ambientais – degradação e apropriação desigual dos recursos naturais (PLANO DE MANEJO, 2006).

Dados importantes do Plano de Manejo apontam os municípios de Morretes e Tijucas do Sul com percentual abaixo da média entre os municípios que compõem a APA, no que tange ao atendimento domiciliar com abastecimento d'água, atendimento de esgotamento sanitário e de coleta de lixo.

Dentre os principais objetivos do Plano de Manejo (2006), destaca-se o Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba, classificadas de acordo com “Roteiro Metodológico para a Gestão de Área de Proteção Ambiental”, do IBAMA (2000). O zoneamento divide o território em 32 zonas, sendo Zonas de Proteção Ambiental (5); Zonas de Conservação Ambiental (11); Zonas de Uso Agropecuário (2); Zonas de Usos Especiais (2); Áreas de Proteção Especial (11). No que tange a zona em que a área de estudo deste trabalho encontra-se, também denominada Zona de Conservação C6 – Sagrado-Sambaqui, o Plano de Manejo (2006) infere as seguintes indicações de uso:

Permitido: Habitação unifamiliares, coletivas e multifamiliares; Comércio de pequeno porte; Serviços vicinais de bairro e setoriais; Agropecuária familiar; Agroindústria de pequeno porte; Atividades turísticas e de recreação de baixo impacto ambiental; Sistemas agroflorestais com espécies nativas.

Permissíveis: (a partir de consulta e aprovação do Conselho Gestor) Indústria de pequeno porte não poluente; Comércio de médio porte; Sistemas agroflorestais com espécies exóticas não invasoras; Mineração; Agropecuária comercial; Infraestrutura turística de baixo impacto ambiental.

Proibido: Indústrias poluidoras; Reflorestamento com espécies exóticas; Atividades esportivas de alto impacto (*rally* por exemplo); Infraestrutura turística de alto impacto ambiental; Sistemas agroflorestais com espécies invasoras.

Convém ressaltar que as ameaças mais significativas a estes ambientes são representadas pela expansão do uso agropecuário, a extração da madeira ou de

outros produtos florestais, a implantação de obras de infraestrutura e a expansão urbana. No que tange as ações prioritárias para a preservação da biodiversidade, o Plano de Manejo da APA indica programas ambientais que visam à conservação da flora e da fauna, de modo a servir de suporte ao plano de gestão da APA de Guaratuba, compatibilizados com as estratégias de conservação propostas (PLANO DE MANEJO, 2006).

5.1 O RURAL DO LITORAL: CONHECENDO O SUDOESTE DA MICROBACIA DO RIO SAGRADO

Este capítulo descreve alguns aspectos gerais do modo de vida na região Sudoeste da Microbacia do Rio Sagrado - composta por quatro comunidades rurais: Rio Sagrado de Cima; Canhembora, Brejumirim e Candonga – fundamentado, principalmente, em seu diagnóstico ecossocioeconômico de 2007²⁰, nos dados levantados durante a pesquisa de campo, bem como em informações de estudos realizados anteriormente na comunidade.

A área de estudo concentra-se no Sudoeste da Microbacia Hidrográfica do Rio Sagrado, pertencente ao município de Morretes, Paraná. O município de Morretes situa-se aproximadamente a 65 km de Curitiba (PR) e a 45 km do Porto de Paranaguá (PR). O acesso ao município se dá, normalmente, por dois caminhos: ferroviário ou rodoviário. O acesso pela Estrada de Ferro, uma obra arquitetônica que corta a toda a serra, transpondo mais de 14 túneis, pertence ao trecho Curitiba – Morretes – Paranaguá. Se o viajante preferir ir de carro ou ônibus, pode optar pela Estrada da Graciosa, uma estrada secular e de suma importância histórica. Há também a possibilidade de ir até Morretes pela BR-277, uma rodovia nacional dupla e rápida. Tratando-se do acesso específico à Microbacia do Rio Sagrado, todo o percurso da estrada que dá acesso às comunidades não é pavimentado.

Conforme diagnóstico ecossocioeconômico, a população é constituída aproximadamente por 520 famílias, sendo 270 famílias residentes, predominantemente pequenos proprietários rurais, que vêm desenvolvendo a pluriatividade (múltiplas formas de trabalho realizado fora da propriedade rural), e

²⁰ No que diz respeito ao diagnóstico da comunidade da região Sudoeste da Microbacia do Rio Sagrado, pode-se afirmar que o mesmo foi atingido a partir de uma amostra que reflete a realidade observada pela pesquisadora, embora a aplicação dos questionários não ter contemplado todos os residentes das comunidades, de modo a caracterizar uma pesquisa censitária.

250 famílias não-residentes, ou seja, proprietários de chácaras ou sítios de lazer (KELLER, 2008; ZECHNER, 2007).



FIGURA 3 – MAPA DE DELIMITAÇÃO DAS COMUNIDADES NA APA DE GUARATUBA
FONTE: Souza *et al.* (2012)

O diagnóstico ecossocioeconômico realizado em 2007 entrevistou 150 famílias cujos membros totalizaram 482 pessoas, sendo 243 do sexo feminino (51%) e 239 do sexo masculino (49%) (KELLER, 2008). O diagnóstico traz dados importantes a serem considerados na busca de soluções e alternativas para as demandas locais destas comunidades. Daí a importância de se conhecer o modo de vida destas comunidades, suas dificuldades e anseios, para que se contribua, de forma participativa, na resolução das verdadeiras demandas da população, com ações para a melhoria da qualidade de vida da localidade.

Baseado em Keller (2008) e em observações a campo realizadas, a infraestrutura básica e serviços oferecidos pelas comunidades é caracterizada a seguir.

Todo o percurso das estradas que dão acesso as comunidades não é pavimentado (terra). A estrada principal (Estrada das Canavieiras) é transitável. Contudo, o excesso de chuvas na região, bem como a falta de manutenção das estradas dificulta muitas vezes o tráfego. As ruas transversais também se encontram nas mesmas condições, e em algumas não é indicada a passagem de veículos.

Como apresenta Keller (2008), o padrão de distribuição das habitações é de tipo “disperso” e as mesmas, muitas delas propriedades rurais, estão distantes umas das outras, distribuídas ao longo de estradas secundárias, cuja consequência é traduzida em pouca participação e coesão social. Contudo, é possível perceber o envolvimento de pessoas com características sensíveis, solidárias e empreendedoras, as quais se mostram favoráveis e interessadas em construir parcerias com outros membros da comunidade, na busca de superar os desafios impostos no dia a dia.

Quanto à organização sociopolítica, as comunidades estão organizadas em duas associações, a Associação de Moradores do Rio Sagrado (AMORISA) fundada em 2003 e a Associação Comunitária Candonga criada em 1998. A primeira associação tem entre outras finalidades, a gestão do abastecimento da água.



FIGURA 4 – COZINHA COMUNITÁRIA CANDONGA E BIBLIOTECA COMUNITÁRIA
FONTE: A autora (2011)

A segunda associação tem como finalidade principal a agroindustrialização de produtos *in natura* em sua sede (na qual está instalada a Cozinha Comunitária e

uma biblioteca – FIGURA 4) e desenvolve ações com o intuito de atuar na defesa dos interesses das famílias associadas. As comunidades contam também com o barracão São Francisco de Assis, vinculado à igreja católica, onde se realiza a principal festa da comunidade intitulada Festa de São Francisco.

Cabe destacar que em 2009, foram criadas outras duas organizações de base comunitária: o Grupo de Artesãos do Rio Sagrado (ARTRISA) e o grupo de adolescentes Força Jovem. O primeiro grupo trabalha com confecção artesanal artigos de decoração da fibra de bananeira. Já a Força Jovem surgiu na primeira etapa de oficinas do Programa de Honra em Estudos e Práticas em Ecosocioeconomia²¹ - que contou com a participação de um total de 158 jovens das comunidades do Rio Sagrado e do entorno -, desencadeou a criação do grupo, que objetivamente atua na recepção de visitantes do Turismo Comunitário, auxilia na organização de Feiras de Troca e tem participação ativa no monitoramento participativo de indicadores socioambientais participativos. O fato das comunidades do Rio Sagrado estarem localizadas em uma zona rural, e por não existir muitas oportunidades de emprego, faz com que muitos moradores, principalmente jovens, procurem outras cidades para estudar e trabalhar.

Assim, a criação da Força Jovem vem ao encontro da possibilidade de se criar um espaço propício para oxigenar o interesse dos jovens pela sua comunidade. É importante levar em consideração que os membros do grupo passam a ser protagonistas locais (sujeitos) envolvidos com as transformações em seu território, discutindo a trajetória passada e futura do Rio Sagrado, bem como os problemas e demandas comunitárias, fomentando a participação ativa e política dos adolescentes no processo de desenvolvimento da comunidade.

Quanto ao fornecimento de energia, a companhia que fornece e realiza a manutenção da iluminação pública é a COPEL (Companhia Paranaense de

²¹ Os Programas de Honra surgiram nos Estados Unidos na década de 1920 nos Estados Unidos, idealizados inicialmente pelo Professor Frank Aydelotte. Após reavaliações do modelo americano de caráter disciplinar, esta prática pedagógica encontra lugar para se difundir em alguns países da América Latina, como Chile e Brasil. No Brasil, a educação de honra foi realizada através do Programa de Honra em Estudos e Práticas em Ecosocioeconomia, que encontrou possibilidades de prática em função do financiamento do Edital n. 23/2008 – Interveniência Universitária, lançado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em parceria com outros órgãos federais, coordenados pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) e pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Setor Litoral e MADE. Trata-se de uma experiência pioneira em termos nacionais, com objetivo de promover um novo tipo de formação para os estudantes universitários, culminando em uma visão holística sensível a temas ambientais e sociais, sendo direcionado para aqueles que assumirão papéis futuros de liderança em instituições públicas ou privadas, ou mesmo informalmente nas comunidades que residem (SAMPAIO; SKEWES; CONWAY, 2009).

Energia), sendo que a maioria das residências também é atendida por este serviço. No entanto, algumas vias secundárias e travessas passam longos períodos sem reparos, resultando na falta de iluminação das estradas, o que gera insegurança, pois a maioria da população transita a pé no local. É importante ressaltar que o acesso à energia elétrica propicia aos moradores o contato com meios de comunicação, como rádio e televisão, que desempenham papel fundamental na integração social da região.

Outro meio de comunicação utilizado pelos moradores é a telefonia móvel. Eles optam por este serviço pela facilidade de manutenção da linha, que é de baixo custo. No entanto, existe grande dificuldade na captação de sinal desse tipo de telefonia em diversos locais, o que muitas vezes, acaba interferindo e prejudicando na comunicação entre os próprios moradores. Algumas famílias estão instalando antenas particulares de celular, sendo que poucas possuem o telefone fixo como meio de comunicação, devido aos custos mensais para manutenção da linha. Quanto ao serviço de telefonia pública, há telefones públicos (orelhão) na estrada principal (Estrada Canavieiras) em oito pontos, porém a maioria se encontra sem funcionamento e manutenção.

O sistema de tratamento e abastecimento de água é fornecido pela AMORISA para diversas residências, embora muitas famílias utilizam a “rede da serra” (abastece as residências localizadas na serra, com tratamento) e alguns moradores fazem captação da água diretamente no rio ou de nascentes. Por não haver sistema de esgoto, a maioria da população possui sistema de fossa com filtro e sumidouro. A coleta de lixo se dá através da coleta do lixo regular, toda segunda-feira, e por meio da coleta seletiva, que acontece todas as terças-feiras.

Na localidade existem duas pousadas, alguns bares, pequenas mercearias (cuja venda restringe-se a produtos de primeira necessidade), uma pequena loja de roupas, um salão de beleza, uma de materiais de construção e uma chácara que vende plantas ornamentais. Há também uma Cozinha Comunitária (Associação Comunitária Candonga) e uma chácara que vende o sorvete Sabor da Serra. Não há farmácia, açougue, agência de correio, banco, supermercado, sendo que os moradores necessitam se deslocar ao centro de Morretes ou para outros municípios para ter acesso à estes serviços.

Quanto ao transporte, existem três horários de funcionamento de ônibus que sai do Rio Sagrado em direção ao centro da cidade de Morretes, sendo eles às

06:20h, 12:30h, 16:30h. Aos finais de semana (sábados e domingos) os horários do Rio Sagrado para o centro são 08:30h, 11:30h e 16:30h. Atualmente, devido aos problemas nas estradas causados pelas chuvas de março de 2011, o acesso a comunidade apresenta problemas para veículos de grande porte.

Cabe destacar que em 2010, a comunidade já havia enfrentado uma forte enxurrada. Conforme relato informado por moradores locais durante a pesquisa de campo, a precipitação de um grande volume de chuva em poucos minutos, provocou uma forte enxurrada alagando estradas e casas e, conseqüentemente, o transbordamento do Rio Sagrado.



FIGURA 5 – ENXURRADA DE 2010 NA COMUNIDADE CANDONGA
FONTE: A Comunidade (2011)

As figuras acima apresentam a enxurrada ocorrida em janeiro 2010 com transbordamento do Rio Sagrado e o alagamento da Estrada das Canavieiras. Já, em março de 2011, fortes chuvas atingiram as cidades de Paranaguá e Morretes, que decretaram estado de emergência por conta dos estragos causados pela chuva.

As comunidades do Sudoeste da Microbacia do Rio Sagrado também foram atingidas neste ano de 2011. A ponte de acesso a Escola Rural Canhembora foi levada pelo rio e os moradores locais construíram uma ponte provisória para a passagem de pessoas e veículos, pois a prefeitura do município, mesmo com inúmeros chamados, não construiu uma nova ponte até o momento em que se esteve a campo. De acordo com informações dos próprios moradores, a situação do Rio Sagrado foi crítica, pois as comunidades ficaram sem acesso a água potável, o acesso principal à BR 277 foi prejudicado pela forte chuva, com as quedas das pontes de acesso, deixando as comunidades isoladas, sem o abastecimento de

energia elétrica e sem disponibilidade do serviço de telefonia móvel por cerca de uma semana.



FIGURA 6 – DANOS CAUSADOS PELAS CHUVAS DE 2011 NA ESCOLA CANHEMBORA
FONTE: A comunidade (2011)

Somente após a construção de uma passagem de improviso (FIGURA 6) é que o acesso às comunidades pode ser feito, porém apenas de motocicleta, bicicleta ou a pé, pois a estrutura não suportava a passagem de automóveis.

Conforme relato de um morador da comunidade durante o período de campo, “O rio desceu com muita força, arrancou algumas pontes, incluindo a primeira ponte de acesso ao Rio Sagrado. Algumas casas foram inundadas, muita lama nas estradas, alguns desabrigados, desmoronamentos [...]”, no entanto, “graças a Deus até onde sabemos não houve vítimas” (R. O., Pesquisa de campo, 2011).

De acordo com informações de outra moradora que trabalha como professora na comunidade, “[...] No Candonga foi terrível. A ponte de acesso ao povoado caiu, e a comunidade se juntou e fizeram uma "gambiarra", passando só carro baixo, a ponte que dá acesso a escola que dou aula também caiu” (A. O., Pesquisa de campo, 2011). Ainda sobre os prejuízos nas escolas da comunidade, a moradora relata que

[...] Hoje conseguimos ir no povoado passando com dificuldade na ponte. Na Escola do Candonga entrou meio metro de água e a professora Mara perdeu vários materiais e trabalhos dos alunos, inclusive tem uns 20 cm de barro dentro da sala. No Canhembora, só entrou água até a área de serviço. Pudemos verificar que perdeu-se grande parte da merenda, principalmente as carnes da geladeira. Uma calamidade. (A. O., Pesquisa de campo, 2011).

Cabe aqui ressaltar que por causa das fortes chuvas que atingiram a localidade em março de 2011, até o período da pesquisa de campo (outubro/novembro de 2011), as comunidades do Rio Sagrado ainda conviviam com pontes caídas ou precariamente trafegáveis, demonstrando a ausência do poder público no atendimento das necessidades das comunidades atingidas.



FIGURA 7 – CONDIÇÕES DAS PONTES DE ACESSO NA COMUNIDADE

FONTE: A autora (2011)

Conforme FIGURA 7 acima, as condições das estruturas das pontes geram muita insegurança por parte dos moradores e apresentam riscos, tanto para veículos de menor porte como para ônibus e caminhões que circulam no local. Esta questão também interferiu no serviço de transporte, diminuindo os horários de ônibus que ligam a comunidade até o centro de Morretes. Antes das chuvas do ano passado, eram operados cinco horários, e atualmente são apenas três, o que gerou insatisfação por parte dos moradores que dependem deste transporte diariamente. Neste sentido, o fato acontecido acabou limitando também a realização dos trabalhos de campo nas comunidades, atrasando o cronograma previamente estabelecido.

No que se refere à religião, existem os que praticam a religião evangélica (39% dos residentes), que se dividem em duas Igrejas: Assembléia de Deus e Igreja Evangélica Cristo para Todos. Embora haja apenas uma Igreja Católica na localidade, chamada São Francisco de Assis, a maioria dos residentes (47%) é católico. Há também 4% dos respondentes que praticam a religião Adventista e 10%

que participam de outras religiões, como Mórmons, Batista, Espírita, entre outras (KELLER, 2008).

Para o atendimento a saúde na localidade, há um Posto de Saúde que oferece atendimento médico e de dentista, com auxiliar de enfermagem que permanece no Posto durante todo o dia. Há também agentes comunitárias de saúde, que visitam as residências para acompanhar gestantes, crianças e idosos, cadastram todas as famílias da sua área de abrangência, e, em alguns dias da semana, realizam atendimentos no Posto, como medir pressão e pesar as crianças.



FIGURA 8 – POSTO DE SAÚDE DA COMUNIDADE

FONTE: A autora (2011)

Quanto às iniciativas de educação, existem duas escolas na comunidade. Na Escola Rural Municipal do Candonga há uma sala de aula na qual se oferecem a 1ª e a 2ª série do primeiro grau nos períodos matutino e vespertino. Já na Escola Rural Municipal do Canhembora, há duas salas de aulas: uma estudando a pré-escola nos dois períodos diurnos e a outra sala estudando a 4ª série pela manhã e 3ª série pela tarde. As séries de 5ª à 8ª e as do segundo grau não são oferecidas nas comunidades, fazendo com que os jovens se desloquem até a comunidade rural vizinha Marta, para estudar na Escola Profª. Desauda Bosco da Costa Pinto, ou na Escola Estadual Rocha Pombo, localizada no centro de Morretes. De acordo com dados do diagnóstico, o nível de escolaridade indica que 58% possuem o primeiro grau incompleto, enquanto o primeiro grau completo foi concluído por apenas 9,3% e o 2º grau por apenas 11% da população. Apenas 3,32% possui nível superior completo e 0,41% Pós-Graduação, dados estes que demonstram um baixo nível de escolaridade na localidade (KELLER, 2008).

Neste limiar, é importante destacar também, o projeto conhecido como Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento²², apresentado a seguir.

5.1.1 Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento (ZEE)

O projeto guarda-chuva da Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento – “ Conservando modos de vida de comunidades tradicionais e preservando a biodiversidade na região sudoeste da Microbacia do Rio Sagrado”, teve início em 2006, valendo-se da sinergia com o Instituto LaGOE: Laboratório de Gestão de Organizações que promovem o Ecodesenvolvimento, que naquela época possuía sede em Curitiba, mas atualmente está sediada em Matinhos (PR). O projeto contou com a parceria com a Universidade Regional de Blumenau (FURB), juntamente com a Associação Comunitária Candonga e a Associação de Moradores do Rio Sagrado (AMORISA). A aproximação com estas comunidades se deu no início de 2006, a partir da Associação Comunitária Candonga e da AMORISA, além de outros arranjos institucionais que as comunidades participavam ou possuíam vínculos, tais como: Grupo Sabiá da Mata pertencendo a Rede Ecovida de Agroecologia (RS, SC e PR), Câmara Técnica de Agroecologia de Morretes, Conselho Gestor da APA de Guaratuba, Comitê Estadual do Paraná da ReBio (Reserva da Biosfera) de Floresta Atlântica, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (Emater), e as Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, e de Turismo de Morretes.

E com estas inspirações, o projeto teve como primeira ação concreta o “Projeto-Piloto Montanha do Beija-Flor Dourado”, no qual se realizou um diagnóstico participativo parcial, pelo qual se pode conhecer profundamente a realidade ecossocioeconômica dos residentes da localidade, bem como a comunidade pode apontar seus problemas (dificuldades) e possíveis soluções, que culminaram na proposta e comprometimento do desenvolvimento de um Arranjo Socioproductivo em

²² O enfoque de uma Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento fundamenta-se em experimentações epistemológicas de caráter sistêmico, nas quais se reconhecem os esforços de elucidação das crenças, valores, saberes e atitudes dos sujeitos sociais, ao mesmo tempo em que se distancia da aversão que se tem pela subjetividade e a dimensão tácita do conhecimento; conta com a participação de equipes multidisciplinares e a construção de pesquisas interdisciplinares na tentativa de complexificar o entendimento de fenômenos contextualizados na conexão entre sistemas culturais e ecológicos, embasadas na pesquisa-ação comunitária, a qual busca relevar tanto conhecimento tradicional como científico (VIEIRA, 2003; SAMPAIO, 2010).

torno do Turismo Comunitário, cujo conceito vem sendo construído a partir das próprias experiências comunitárias e do avanço do arranjo instituído.

É um projeto de fôlego, um projeto guarda-chuva que possui dois desdobramentos principais, que estão vinculados um ao outro. Primeiramente, o Diagnóstico Participativo Comunitário, conjugando conhecimento científico e sabedoria local na identificação de problemas ecossocioeconômicos e de suas soluções, relacionados aos processos em curso de desenvolvimento comunitário. Já o segundo desdobramento do projeto consiste no conjunto de esforços para viabilizar ou, melhor, conservar os modos de vida locais das comunidades da Microbacia do Rio Sagrado e, ao mesmo tempo, a biodiversidade da Microbacia a partir de quatro macro objetivos, que são apresentados a seguir:

- (a) Construir um diagnóstico participativo local ecossocioeconômico da Microbacia do Rio Sagrado, conjugando conhecimento científico e sabedoria tradicional na identificação de problemas, bem como de suas soluções; (b) Fomentar um conjunto de iniciativas que podem ser compreendidas como um processo de ensino e aprendizagem emancipatório de homens e mulheres que complementa a educação formal para promover um desenvolvimento territorial sustentável; (c) Reconstruir uma memória social e cultural sobre antigas e novas formas de intercâmbio e de tecnologias apropriadas que permitam viabilizar modos de vida mais tradicionais, gerando e potencializando espaços territoriais que possibilitem, com base em critérios e valores éticos, a satisfação de necessidades humanas fundamentais; e (d) Fomentar a criação de um arranjo socioprodutivo e político de base comunitária, com responsabilidade socioambiental, a partir da extração, produção, distribuição e comercialização de bens (artesanato, ervas naturais, adubo e produtos orgânicos, derivados de produtos in natura - banana, aipim, cana e maracujá -, bem como da agroindustrialização - compotas, salgados, sorvetes e sucos) e da oferta de serviços de turismo comunitário, sustentável e solidário (SAMPAIO *et al.*, 2006; ZECHNER *et al.*, 2009).

O grupo de pesquisas do Projeto trabalha há mais de cinco anos com temática do Ecodesenvolvimento, tanto no nível de pesquisas teóricas quanto nas práticas existentes que são convergentes com a proposta. Com relação às práticas existentes, é importante ressaltar que não só se tem feito o levantamento e acompanhamento do desenrolar de experiências com viés ecodesenvolvimentistas, senão que integrantes da equipe participaram ativamente na construção de algumas

destas experiências, a exemplo do Fórum de Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera (SAMAPAIÓ *et al.*, 2004), envolvendo os municípios de Garopaba e Imbituba em Santa Catarina, encampado pelo Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Tal qual sugerem muitos autores que abordam a temática do ecodesenvolvimento, a atividade turística tem sido foco central em grande parte destas experiências, tanto pela dinâmica natural de deslocamento urbano para espaços de natureza abundante (em geral, característica dos territórios onde estas experiências estão em curso), quanto pelo poder de resgate e/ou manutenção cultural, conservação ambiental, interação e educação – todos os pressupostos ecodesenvolvimentistas - que a atividade turística traz em seu bojo quando corretamente planejada. Da mesma forma, o território e a população onde o presente projeto está em curso, tem características peculiares que sugerem práticas de ecodesenvolvimento: é uma Microbacia que está inserida em uma Área de Proteção Ambiental, rica em biodiversidade, sendo que a população apresenta certo grau de associativismo.

Dentre os diversos resultados obtidos nestes cinco anos de ações desenvolvidas nas comunidades, se destacam os seguintes projetos:

- Edital Ministério do Turismo MTur nº 001/2008 – Projeto de apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária, intitulado: Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária na conservação de modos de vidas de comunidades tradicionais e preservação da biodiversidade nas comunidades de Rio Sagrado, Morretes (PR): Interconectando Turismo Comunitário com redes de Comércio Justo. Ano 2009/2010.

- Edital ProExt Ministério da Cultura/FAUF, intitulado Encontros comunitários de trocas: resgate de antigas formas de escambos, para enfrentar os novos desafios ecossocioeconômicos do século XXI. Objetivo: Feiras de trocas como alternativas de práticas de intercâmbio que aproximam as pessoas por meio da troca de bens, serviços e saberes, bem como uma maneira de se buscar práticas mais solidárias.– Ano 2009.

- Edital n. 23/2008 – Interveniência Universitária, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com a proposta do Programa de Honra em Estudos e Práticas em Ecossocioeconomia, com objetivo maior de aproximar a universidade da realidade social e ambiental regional, e da mesma

forma aproximar a comunidade da universidade, admitindo a importância da conexão entre conhecimentos tradicionais e científicos na busca por soluções integrais para problemas cotidianos – inerentes à própria sociedade complexa em que se vive. Cabe apontar que os dois anos de execução o Programa contemplou a soma de 158 atores envolvidos. Ano 2009/2010.

- Obtenção de uma Unidade do Telecentro-BR em 2010, em parceria com a Prefeitura Municipal de Morretes (PR), a qual encontra-se em fase de construção.

- Foram também realizadas parcerias com a Universidade Regional de Blumenau (FURB) desde 2006, principalmente a partir do Programa de Extensão: Diagnóstico socioambiental participativo da Microbacia do Rio Sagrado, Morretes/PR, zona de educação para o ecodesenvolvimento, um recorte geográfico da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba, ReBio de Floresta Atlântica. E com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Setor Litoral, que também se tornou parceira a partir de 2009 no desenvolvimento de projetos com a comunidade.

Contribuindo para o fomento do APL.Tur, diversas ações de promoção desta iniciativa foram realizadas. Em 2006, passaram pelo local organizadores e palestrantes do Seminário Internacional de Turismo, realizado em Curitiba em 2006, coordenado pela Universidade Positivo (UNICENP) e a UFPR. A iniciativa foi viabilizada a partir da coordenação do Comitê Científico do evento; do apoio da BWT, operadora de turismo controladora da Companhia de Trem Serra Verde Express que ofertou o traslado Curitiba e Morretes; e do Instituto LaGOE, responsável pelo monitoramento da visita técnica realizada na localidade.

Os serviços e bens oriundos do APL.Tur²³ das comunidades da Microbacia do Rio Sagrado foram divulgados também no IV Salão de Turismo, ocorrido em São Paulo em 2009, em espaço destinado às experiências de Turismo Comunitário, patrocinados pelo Ministério do Turismo. Essas experiências estão descritas a partir de um livro²⁴ de domínio público, com divulgação nacional, organizado pelo Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social COPPE (UFRJ) que tem a função de coordenação geral de Projetos de Estruturação do Turismo em áreas

²³ A experiência ainda está descrita na *homepage* do Desafio Changemakers, em inglês, no site <http://geotourism.changemakers.com/en-us/node/24964>, e, em espanhol e português, no site <http://geotourism.changemakers.com/es/node/24397>, que é patrocinado pela Ashoka e a Revista *National Geographic*, cujo objetivo é ajudar no desenvolvimento de idéias de agentes de transformação social.

²⁴ BARTHOLO, R.; SANZOLO D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Letra e Imagem, 2009.

priorizadas do Ministério do Turismo, como é o caso do Rio Sagrado (BARTHOLO, SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

Ainda, destacam-se os trabalhos de conclusão de cursos e dissertações realizadas na comunidade, as quais desenvolveram importantes resultados em diferentes temáticas, dentre elas: - Estudo do perfil da demanda turística do Rio Sagrado; - Aproximação com experiências de comércio justo nacionais e internacionais; - Análise socioambiental participativa e análise dos fatores físico-naturais da Microbacia Hidrográfica do Rio Sagrado; - Levantamento da flora e anurofauna como indicadores de qualidade ambiental da localidade; - Tecnologias apropriadas como ferramenta para promover o Turismo Comunitário; - Análise do custo ambiental de socioempreendimentos; - Resgate da gastronomia local, entre outros.

Cabe destacar também a publicação do livro intitulado “Turismo Comunitário, Sustentável e Solidário: da crítica às ideias e das ideias à prática”, que surge como resultado do projeto financiado pelo Edital do MTur/2008, e que foi lançado no dia 12 de março deste ano, na Universidade Regional de Blumenau (FURB), contendo capítulos sobre os trabalhos e estudos desenvolvidos durante o projeto.

A seguir são apresentadas as características da proposta do Arranjo Socioprodutivo de Turismo de Base Comunitária (APL.Tur).

5.1.2 Organização do Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Tur)

A experiência em curso busca fomentar o Arranjo Socioprodutivo de Turismo de Base Comunitária a partir da produção, distribuição e comercialização de bens (produtos oriundos da cozinha comunitária, artesanato, etc) e serviços de Turismo Comunitário (hospedaria, vivências). Atualmente, compõem o arranjo a Cozinha Comunitária, a ARTRISA, a Hospedaria Montanha Beija-flor Dourado, o Engenho de Farinha e o Artesanato com Cipó-imbé.

Os socioempreendimentos (nem sempre juridicamente formalizados) localizados na região e que atualmente compõem o APL.Tur, tem como integrantes, na sua maioria, mulheres da comunidade, com papel fundamental no planejamento e implementação de ações. O projeto promove o engajamento e a capacitação de lideranças locais, visando a formação e solidificação de APL.Tur, desencadeado

pelos pequenos produtores rurais e artesãos organizados em associações e/ou de produção individual.

As experiências turísticas se adequam com a definição de Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária quando membros da comunidade se articulam para a realização de vivências. É a associação (arranjo) de grupos ou indivíduos, organizados ou articulados, que coletivamente (socioprodutivo) se organizam para oferecer aos visitantes aquilo que possuem de mais simples e verdadeiro: a forma como vivem o seu dia a dia, o modo de vida local. Isso se dá no território do Rio Sagrado. Estes socioprodutores agregam valor aos seus bens e serviços, incorporando, além do aspecto econômico, aspectos culturais, ambientais e sociais às suas atividades. Nestas vivências, o turista tem a oportunidade do “encontro” com o modo de vida do morador local, favorecendo o intercâmbio cultural, as trocas de experiências, conhecimentos e saberes.

A seguir são descritos os grupos produtivos. Atualmente, compõem o APL.Tur do Rio Sagrado, a Cozinha Comunitária, a ARTRISA, a Hospedaria Montanha Beijaflor Dourado, o Engenho de Farinha e o Artesanato com cipó-imbé.

- Cozinha Comunitária Candonga: A Cozinha Comunitária Candonga, que surge a partir da Associação de Moradores do Candonga, com o objetivo de melhorar as condições de renda dos moradores da localidade, foi fundada em 09 de junho de 1998, com intuito de defender os interesse sociais, culturais e econômicos de suas famílias associadas.

A organização conta com vinte e duas famílias associadas (número informado durante a pesquisa de campo), as quais trabalham na produção, beneficiamento, transformação, industrialização e comercialização de produtos agrícolas. Vale ressaltar que as atividades dos membros na Cozinha Comunitária acontecem durante os horários de folga de seus compromissos de trabalho, sendo que apenas uma família associada tem como principal fonte de renda os produtos (derivados de banana) que industrializa na Cozinha Comunitária, sendo esta a que mais utiliza tais instalações. Alguns insumos são oriundos da própria localidade, como é o caso das frutas e verduras, fato que diminui os custos. De acordo com o estatuto, cada associado que utiliza a Cozinha Comunitária deveria deixar 5% da produção (ou o valor correspondente em vendas) para a Cozinha, como forma de contribuir na arrecadação financeira. No entanto, atualmente, um dos problemas que

a administração da Cozinha enfrenta é a inadimplência dos associados, que se encontram com seus compromissos financeiros associativos em atraso. Isso dificulta a manutenção e os investimentos nas instalações devido ao baixo fluxo de caixa.

Os principais produtos são bala de banana, geléia de frutas (como banana, laranja, abacaxi, morango e mamão), conservas (como abobrinha, cebola, pepinos, tomate, pimenta, e pimentão), bolachas e biscoitos caseiros, pães doces e salgados, bolos, salgadinhos, tapioca, biju, croquetes de mandioca, berereca, cuzcuz dentre outros (tipo rosca de polvilho). São nove mulheres que participam diretamente das atividades da cozinha, envolvendo vinte pessoas indiretamente.



FIGURA 9 – AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DA BANANA NA COZINHA COMUNITÁRIA

FONTE: A autora (2011)

A comercialização destes produtos é feita na própria comunidade, por moradores locais e de forma sazonal, em festas e feiras na localidade e no centro de Morretes. Quanto à margem de lucro e formação do preço de venda, ainda não é possível elaborar este preço, pois a produção, ainda incipiente e algumas vezes em processo de teste dificulta a elaboração do mesmo. Atualmente, a fixação do preço ocorre aleatoriamente, sem uma margem comum ou pré-estabelecida.

Contudo, os produtores estão cientes da necessidade de se trabalhar neste ponto, principalmente para que seja possível utilizar o rótulo da cozinha comunitária (desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR, em 2009) nos produtos fabricados, se inserindo adequadamente no mercado ao se enquadrar nas normas de armazenamento e comercialização exigidas pelos órgãos competentes, agregando valor ao seus produtos.

- **ARTRISA:** A Associação dos Artesãos do Rio Sagrado foi fundada em junho de 2009, com intuito de associar os artesãos da localidade, que anteriormente trabalhavam de forma individual. Assim, o grupo realiza a confecção artesanal de artigos de decoração, tendo como matéria-prima principal a fibra de bananeira. Conta com cinco artesãos que trabalhavam diretamente nas atividades artesanais, beneficiando indiretamente dezoito pessoas da comunidade.



FIGURA 10 – EXTRAÇÃO E ARTESANATO DA FIBRA DA BANANEIRA

FONTE: Alves (2008)

Dentre os principais produtos produzidos pelo grupo, estão: chapéus, luminárias, revisteiros, cestas, porta painéis, bombonieres e artigos de decoração em geral. O público alvo concentra-se nos moradores locais e turistas que visitam a comunidade, sendo que participam também de feiras no centro de Morretes. No entanto, atualmente a produção do artesanato com fibra de bananeira encontra-se paralisada, devido às dificuldades de secagem da fibra, ocasionadas pela umidade, gerando “bolor”, mofo nas fibras. De acordo com os artesãos, a falta de uma estufa para secagem da fibra é uma das questões da paralisação, sendo que os artesãos afirmaram não possuir condições financeiras para adquirir a estufa no momento.

- **Hospedaria Montanha Beija-Flor Dourado:** A hospedaria²⁵ iniciou suas atividades em 2006, um espaço que oferece hospedagem simples e confortável com alimentação caseira e natural, bem como realiza vivências no meio da Floresta Atlântica em parceria com as comunidades residentes, contando com a participação

²⁵ Ver mais no site: <http://www.myspace.com/montanhabejiaflordourado>.

de estudantes universitários (graduação e pós-graduação), pesquisadores e visitantes simpatizantes em temas relacionados à preservação da natureza e conservação de modos de vida tradicionais, vinculados a projetos de desenvolvimento sustentável comunitário. A Hospedaria (alojamento e alimentação) e Espaço de Convivencialidade possui como estrutura de hospedagem: (A) alojamentos conjugados masculino (quatro beliches) para oito homens e feminino (quatro beliches) para oito mulheres.



FIGURA 11 – HOSPEDARIA MONTANHA BEIJA-FLOR DOURADO

FONTE: Blog Montanha Beija-flor Dourado (2011)

Cada alojamento contém banheiro coletivo com dois chuveiros a gás; na sede da hospedaria há uma suíte com duas camas de solteiro reversíveis para casal, dois quartos (um maior e outro menor) com cama de solteiro; um quarto coletivo para alojamento de até oito pessoas, totalizando vinte e oito vagas; alimentação completa (café da manhã, almoço e jantar) com destaque para uma comida caseira e natural; espaço de convivencialidade: espaço para vivências temáticas e de bem estar corporal e espiritual, como terapias alternativas e roda de música ao redor de fogueira. Três pessoas estão envolvidas diretamente nas atividades da pousada, sendo que são beneficiados indiretamente dez pessoas da comunidade. O custo da diária, incluindo hospedagem e alimentação atualmente é de R\$120,00. Existe também a possibilidade de hospedagem domiciliar, onde o visitante acomoda-se na casa de um integrante da comunidade, com intuito de aproximar-se da cultura e os modos de vida da comunidade.

- **Engenho de farinha:** A produção artesanal de farinha de mandioca é feita em um antigo engenho localizado na propriedade de Cristina. A produção é caracterizada pela rusticidade do engenho, que possui mais de 100 anos. É um empreendimento individual que participa das ações do APL.Tur do Rio Sagrado através da realização de vivências. No entanto, não é formalizado, embora houvesse planos de expansão que foram abandonados com o falecimento do ajudante no engenho. Trata-se de um engenho cuja produção se faz geralmente com duas pessoas, pois o trabalho individual é pesado. Como beneficiados indiretos, somam-se cinco pessoas. Os insumos (margarina, ovos, sal e açúcar) são adquiridos na cidade de Morretes e a mandioca (principal matéria-prima) é extraída, na maioria das vezes, do plantio da propriedade. As sobras da produção são dadas aos animais (galinhas) ou depositados para compostagem.



FIGURA 12 – ENGENHO DE FARINHA

FONTE: A autora (2011)

As vantagens de seus produtos estão tanto na qualidade quanto no preço. Quanto à margem de lucro e formação do preço de venda, a fixação do preço ocorre aleatoriamente, sem uma margem comum. Farinha de mandioca: tanto a concorrência quanto a proprietária cobram R\$ 4,00 a unidade. Já a berereca custa R\$ 3,50 na concorrência, e R\$ 2,00 é o valor cobrado pela proprietária. Produtos comercializados: - Farinha de mandioca (biju); - Salgados e croquetes de mandioca; - Geléia de frutas, como banana, laranja, abacaxi, morango e mamão (a fabricação de geléias encontra-se em fase inicial) – cabe ressaltar aqui que utiliza do mesmo engenho para a fabricação artesanal do café, que é vendido moído. Os clientes são pessoas da localidade e turistas que visitam o engenho. Um dos principais

problemas apresentados pela proprietária é a dificuldade de transportar a matéria-prima e a sua produção, tanto pela distância entre as residências, quanto por não possuir veículo para transporte.

- **Artesanato com Cipó-imbé:** é fruto do trabalho de Rosi e seu marido Rogério, que começaram a trabalhar com cipó-mbé, extraíndo o cipó da mata próxima a casa onde moram, passando desde então a confeccionar o artesanato. O processo produtivo do artesanato a partir do cipó-imbé pode ser descrito da seguinte forma: retirada do cipó 'maduro' (entre dez a doze varões de uma 'moita'), retira-se a casca de cada varão com auxílio de uma faca; raspagem da tinta (verde ou amarela) e deixar secar no sol por aproximadamente cinco horas em dia ensolarado e dois dias, em dias nublados.

Durante as vivências, o turista pode acompanhar o feitiço do artesanato a partir do cipó já seco. Assim, cada varão de cipó é dividido em duas ou três partes (fios mais estreitos), os quais são passados em uma 'passadeira' utilizada para dar acabamento nos mesmos. O fio é, então, cortado de acordo com o artesanato que se pretende confeccionar.



FIGURA 13 – ARTESANATO E VIVÊNCIA COM O CIPÓ-IMBÉ

FONTE: A autora (2011)

A vivência acontece, na maioria das vezes, na varanda da casa dos artesãos, na qual o visitante tem oportunidade de visualizar o feitiço do artesanato bem como o modo de vida dos produtores, e participar da vivência confeccionando seu próprio artesanato. Diversos produtos podem ser confeccionados a partir do cipó-imbé, tais como porta pratos, leque, chape, galinha (cesta de ovos), porta

revista, porta lâmpada, porta vaso, porta vinho/ champanhe, porta guardanapos, bolsa, cesta oval, cesta redonda, cesta com alça, cesta com tampa, cesta para páscoa, fruteira, lixeira, *bomboniere*, jogo americano, casa para passarinhos, coelho de páscoa, passarinhos, cobre bolo, entre outros, conforme apresenta a FIGURA 13 anterior.

Os produtos oriundos do arranjo são comercializados principalmente na comunidade local e para moradores do entorno. De forma sazonal, tem-se como público alvo grupos de turistas que visitam a localidade e participam das vivências, bem como participantes de eventos locais, como festas e feiras realizadas na própria comunidade e também nas realizadas pelo município de Morretes.

O território do Rio Sagrado atrai visitantes, principalmente interessados em conhecer a organização comunitária e a biodiversidade local. O perfil da demanda é composto principalmente por estudantes universitários (graduação e pós-graduação), pesquisadores e visitantes simpatizantes com temas relacionados à conservação da natureza e de modos de vida tradicionais, vinculados a projetos de desenvolvimento territorial e comunitário sob a perspectiva da sustentabilidade. Os visitantes são na sua maioria, dos estados de Santa Catarina e Paraná, contando também com visitantes de outros países, dentre eles, Chile e Estados Unidos (ZAMIGNAN, 2009).

De acordo com dados obtidos no diagnóstico ecossocioeconômico (KELLER, 2008), apenas 14% das famílias residentes desempenham atividades relacionadas ao Turismo, embora a localidade possua grande potencial para ampliar a recepção de turistas, especialmente aqueles interessados em suas belezas naturais (rios, cachoeiras, fauna e flora). Desta porcentagem, 57,1% trata-se de Comércio de Alimentos (bares e pequenos mercados), 23,8% cujo tipo de atividade é hospedagem e 19,1% são outras atividades, tais como venda de artesanato, plantas ornamentais, entre outros.

Uma das vivências em que grande parte da comunidade tem se visto envolvida é a Feira de Trocas, que na atualidade está caminhando para o quarto ano – embora atualmente seja realizada com periodicidade irregular – tendo como principais participantes os próprios moradores da comunidade e visitantes.

As Feiras de Troca podem ser entendidas como espaços propícios para novas (e velhas) formas de relacionamento para a troca de bens (coisas materiais, como artesanato, geléias, livros, roupas, etc.), serviços (técnicos, profissionais, como

cabeleireira, costura) e saberes (transmissão e intercâmbio de conhecimento). O grande diferencial desta proposta é caracterizado pela “não utilização do dinheiro” para intermediar a troca, ou seja, as pessoas podem trocar de acordo com suas necessidades e desejos, sem atribuir valor monetário aos objetos e serviços.

A idéia das Feiras de Trocas na comunidade do Rio Sagrado surgiu no âmbito da disciplina de Planejamento Ambiental em Empresas de Turismo e Lazer, no curso de Turismo e Lazer da Universidade Regional de Blumenau - FURB. A partir desta proposta, com o apoio de dois estudantes chilenos da Universidad Austral de Chile (UACH), e de um mestrando em Engenharia Ambiental da FURB, a proposta foi adaptada para a comunidade e discutidas nas reuniões das Associações (ZECNHER, 2007).

Zecnher (2007) relata que, inicialmente, este evento foi chamado de Encontro Comunitário de Trocas do Rio Sagrado. Contudo, passado algum tempo, os moradores passaram a chamá-lo de Feira de Trocas. A primeira feira aconteceu em março de 2007, na sede da AMORISA, contando com a participação de mais de 70 participantes.

Em um primeiro momento utilizou-se a moeda social como dinâmica das trocas, denominada “Sagrado”, porém com o decorrer do tempo optou-se pela troca direta e assim ocorre até hoje. As características singulares desta experiência a tornam um momento esperado por todos da comunidade e ainda proporcionam um espaço cultural e de lazer para os moradores da comunidade.



FIGURA 14 – FEIRA DE TROCAS SOLIDÁRIAS

FONTE: A autora (2011)

Em conjunto com as outras atividades que compõe o Turismo Comunitário, desta forma, observou-se que nestas feiras, a presença de visitantes torna a experiência ainda mais diversa, pois usualmente, os turistas oriundos da cidade trazem consigo objetos distintos do meio rural, os quais chamam atenção dos moradores locais. Ao mesmo tempo, os visitantes sentem-se agraciados ao trocarem seus objetos por produtos artesanais, como compotas e geléias (ZECHNER, 2007).

Portanto, estas feiras compõem e incrementam a oferta turística local, oportunizando que os turistas troquem seus objetos por produtos artesanais e outros típicos do espaço rural. As feiras de trocas contam com a participação média de 30 pessoas, entre moradores locais e visitantes. Atualmente as Feiras de Trocas foram assumidas pelo grupo de jovens da própria comunidade, mas conforme citado anteriormente, tem periodicidade irregular.

No que se refere à oferta turística do arranjo, encontram-se pousadas, alguns bares, pequenos mercados (cuja venda restringe-se a produtos de primeira necessidade), uma pequena loja de roupas, um salão de beleza, uma de materiais de construção e uma chácara que vende plantas ornamentais. Há também uma chácara que vende o sorvete Sabor da Serra. Os produtos artesanais podem ser adquiridos diretamente com os produtores da comunidade; através da Hospedaria Montanha Beija-Flor Dourado, a qual expõe diversos produtos artesanais para os hóspedes; e ainda, há a possibilidade de compra dos produtos comercializados pela Cozinha Comunitária.

Na localidade encontram-se apenas alguns bares, mas não há restaurantes. Um espaço que oferece serviço de alimentação completa (café da manhã, almoço e jantar) é a Hospedaria Montanha Beija-Flor Dourado. No entanto, só atende com agendamento prévio. A Cozinha Comunitária também oferece almoço, que deve ser pré-agendado, bem como comercializa compotas e conservas de frutas típicas do território, bala de banana, bolachas e o *chips* de mandioca e de banana. A partir da vivência no Engenho da Farinha, pode-se também acompanhar o processo de produção artesanal da farinha e almoçar na propriedade da moradora. Quando os visitantes se hospedam na casa de moradores locais, nestas ocasiões, tem a oportunidade de conhecer alguns pratos típicos²⁶ do Rio Sagrado. O cardápio é

²⁶ Dentre eles: a Berereca (prato a base de mandioca assada); o "Beiju" ou Biju (farinha de mandioca); o Barreado (carne bovina cozida e esfiada, servida com arroz, banana e laranja) entre outros.

elaborado de acordo com os alimentos disponíveis na estação. Às vezes, para integrar alguns pratos, podem ser utilizados alguns alimentos industrializados, que são comprados em Morretes.

Os passeios e vivências são organizados pelos integrantes do arranjo. A hospedaria Montanha Beija-Flor Dourado muitas vezes organiza e agenda os grupos de visita, pois trabalha integrada com os residentes que oferecem as vivências e produtos no local. Outra possibilidade é o agendamento na Cozinha Comunitária.

Desta forma, a iniciativa do APL.Tur se configurou como uma iniciativa alternativa para o desenvolvimento territorial do Rio Sagrado. No entanto, por ainda não ter sido realizado um estudo aprofundado sobre o olhar da população local, considerada protagonista neste processo, esta dissertação interpreta a seguir, a avaliação dos agentes envolvidos sobre o desenvolvimento das atividades do APL.Tur.

6 O OLHAR DA COMUNIDADE LOCAL: A AVALIAÇÃO DA INICIATIVA DO ARRANJO SOCIOPRODUTIVO DO RIO SAGRADO

Mediante leitura dos diferentes olhares dos entrevistados, surge a possibilidade de se compreender a avaliação que os moradores envolvidos nesta iniciativa fazem em relação a experiência do Arranjo Socioprodutivo de Turismo de Base Comunitária (APL.Tur) no Rio Sagrado. Ao ouvir os atores locais, foi possível conhecer suas avaliações e pretensões sobre a iniciativa que está sendo desenvolvida na localidade.

Neste sentido, para a avaliação do APL.Tur sob a ótica local, são discutidos a seguir os resultados da pesquisa, com base em dois temas centrais de análise: a) Aspectos socioeconômicos e políticos (Renda; Associativismo e participação comunitária; Relações com Instituições de apoio; Turismo de Base Comunitária; Educação e qualificação profissional); e b) Aspectos socioambientais (Uso e manejo dos recursos naturais; APA de Guaratuba; Práticas comunitárias; Conservação da biodiversidade).

6.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICOS EM FOCO

Estruturada por duas associações (AMORISA e Associação Comunitária Candonga – sede da Cozinha Comunitária), a representação comunitária do território do Rio Sagrado já existia antes do início da proposta do arranjo. Estas associações tem com intuito buscar alternativas para melhorar a qualidade de vida dos moradores do território, bem como lutar e defender seus interesses. Desde a criação das Associações, seus membros buscam por novas oportunidades de desenvolvimento e qualidade de vida para as famílias do Rio Sagrado. No entanto, segundo as entrevistas realizadas, os moradores reconhecem que a partir de 2006 – ocasião na qual iniciaram as atividades no contexto da Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento – diversos benefícios foram conquistados para a população local.

A partir de esforços para constituir a iniciativa de um arranjo na localidade, socioempreendimentos e iniciativas individuais começaram a se organizar para oferecer determinados bens e serviços. É importante destacar que alguns destes já

desenvolviam suas atividades anteriormente a formação do arranjo e que outros, passaram a se inserir no grupo de forma gradual e, algumas vezes, de forma sazonal. As declarações a seguir descrevem como aconteceu o processo de participação dos atores locais na iniciativa.

Eu participei logo do começo, desde as primeiras reuniões na Cozinha. Eu trabalhava mais com mandioca, mais na roça, com os meus produtos. Aí nessas reuniões a gente ia conversando sobre o que que podia ser feito pra melhorar a vida da gente aqui né? E essa ideia do projeto foi bem legal. [...] O pessoal da universidade que ajudou a gente a começar (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

Eu era sócia da Cozinha Comunitária. Tinha as reuniões na cozinha e eu participava. A gente teve umas reunião com o pessoal lá de Blumenau, que trouxeram essa ideia do turismo pra cá né... eu já trabalhava com o artesanato, então eu achei que ia ser muito bom participar disso. A gente tava precisando de coisa nova na comunidade, sabe? Tava muito parado e eu não tava vendendo muito artesanato mais. Aí eu comecei a participar, com o grupo que foi feito lá na Cozinha. Isso foi em 2006 pra 2007 que começou (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

O pessoal da universidade trouxe as ideias, a gente analisava e fazia o que precisava pra dar andamento. Porque a gente achava isso importante pra comunidade sabe. E a gente que no fundo cuidava das atividades que aconteciam aqui (Pesquisa de campo, M. P., 2011).

De acordo com os depoimentos acima, a introdução da iniciativa de um arranjo socioproductivo foi bem aceita por algumas pessoas da comunidade, as quais se identificaram com a proposta e passaram a participar das reuniões e encontros.

O arranjo configura redes de organizações socioproductivas locais, qualificadas como associativas, comunitárias ou de socioempreendedorismo individual, que precedem a responsabilidade socioambiental. Desta forma, a ideia de se conjugar os socioempreendimentos com as iniciativas individuais sob a perspectiva de Arranjo Socioproductivo foi bem recebida pelos moradores locais, conforme avaliação realizada pelos atores envolvidos em suas atividades. Isto porque, desde a gênese do processo, houve a preocupação por parte do grupo de pesquisadores de inserir a comunidade em todas as etapas de organização e planejamento das atividades do arranjo, favorecendo o amadurecimento político da comunidade. Para tanto, conforme depoimento de alguns moradores, o Arranjo, que também é citado nas entrevistas como “projeto”, proporcionou que os moradores se unissem para tratar de objetivos que lhes são comuns:

Esse projeto que começou aqui na comunidade, é como se fosse um arranjo entre as pessoas sabe? Eu acho essa ideia de arranjo bem importante. É como se a gente pensasse em um vaso de flor. Se o vaso tem uma flor só, ele fica sem graça, não chama a atenção! Mas quando você vai colocando mais uma flor, e outra e outra, ele vai ficando mais bonito, mais forte. E é assim que eu vejo o nosso arranjo aqui. Começou assim com uma, duas pessoas, e quando foi chegando mais gente, nós conseguimos criar um grupo bacana de trabalhar, que queria crescer. Isso pra mim significa o nosso arranjo (Pesquisa de campo, R. S., 2011).

Esse projeto a gente fala que é um grande arranjo porque tem um grupo de pessoas que se juntaram pra fazer as coisas. Se fosse sozinho, a gente não ia conseguir nada do que conseguiu até hoje! (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

Desde o início do projeto, a participação e envolvimento da comunidade aconteceram de forma discreta, sendo que poucos foram os moradores que se engajaram diretamente nas atividades. No entanto, a noção de arranjo descrita pelos entrevistados sugere uma reflexão sobre a importância da união e cooperação dos atores envolvidos na organização das atividades propostas pela iniciativa. Esta questão corrobora com o que Putnam (1996) aborda como grau de cooperação e de empreendedorismo de um território. Ou seja, um grupo de atores sociais e suas respectivas representatividades, se mobilizam em busca de desenvolver ou criar atividades que atendam as demandas de desenvolvimento do território em que se encontram inseridos.

A partir do momento que uma comunidade não possui determinados insumos para desenvolver seus projetos, ela cria, reinventa os recursos que possui, adaptando-os de acordo com suas necessidades. A ideia de arranjo compartilha a prerrogativa de que quando não se possui determinado recurso, se substitui por outro que também possa agregar valor. O APL.Tur demonstra esta capacidade que alguns indivíduos possuem, quando unidos, de substituir ou criar novas oportunidades a partir da sua criatividade, representando sua capacidade de adaptação frente aos impasses e dificuldades que lhes são impostos.

Ao mesmo tempo, a questão da participação da comunidade foi bastante discutida pelos entrevistados durante a pesquisa, sendo que a maioria identificou este fator como uma das dificuldades para o progresso do APL.Tur na localidade.

O pessoal aqui não participa muito por achar que não tem um lugar pra ocupar sabe? Por achar que não tem o que mostrar. A gente sempre tem o que mostrar e aprender com os outros, então eu acho que tem várias coisas que poderiam dar certo aqui (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

Dentre as justificativas que os moradores apresentam para a baixa participação, a que aparece com mais freqüência é a falta de interesse em participar das associações e atividades, por não verem benefícios imediatos.

A comunidade não participa mais porque o pessoal quer uma coisa que de dinheiro rápido. E ali no projeto tinha que ser com o tempo, fazendo as coisas devagar pra conseguir (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

Eu acho que a comunidade aqui podia se organizar mais pra resolver os problemas que tem aqui sabe. Tem que deixar de pensar só no individual e querer fazer as coisas juntos (Pesquisa de campo, R. S., 2011).

Porque assim, são exatamente as pessoas que tinham interesse em fazer alguma coisa que não no arranjo. E daí os outros você não conseguia convencer, porque não tinha interesse. A gente tinha um interesse em comum, de participar. Eu acho que cada um sabe o que pode e quer fazer. Eu por mim acharia bom se mais gente participasse. Mas isso vai das pessoas né, que sabem aproveitar as oportunidade (Pesquisa de campo, J. S., 2011).

Alguns entrevistados apontam a distância entre as residências como fator para a baixa participação. Na localidade, pelo padrão de distribuição das habitações na localidade serem do tipo “disperso”, na qual muitas das propriedades rurais estão distribuídas ao longo de estradas secundárias, acaba influenciando na baixa participação. A questão da comunicação também aparece como um problema, pois o acesso ao serviço de telefonia pública apresenta problemas freqüentes.

[...] pra avisar o pessoal das reuniões, de alguma atividade, é muito difícil sabe. Uma vez o celular não tem sinal, outra o pessoal que você quer falar também tá sem sinal. As casas ficam longe aqui uma das outra, é difícil se comunicar, sabe. Acho que isso faz o pessoal participar pouco. E os orelhão a maioria das vezes não funcionam, não é fácil [...] (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

Durante o período de campo, foi possível observar que a distância a ser percorrida para participar das atividades, muitas vezes realizadas a pé, acaba desmotivando alguns moradores. Outra questão apontada é a freqüência da ocorrência de chuvas na região, característica comum da Floresta Atlântica. Um dos entrevistados complementa esta questão ao citar que “[...] ninguém gosta de caminhar em estrada de terra na chuva, então o deslocamento ele não é dos mais

fáceis aqui. São poucos que tem carro, então acho que isso faz com que as pessoas as vezes não participem” (Pesquisa de campo, A. S., 2011).

Muitos são os fatores que dificultam a implementação e continuidade do Arranjo. O APL.Tur enfrenta uma série de outros elementos, que não estão no bojo do Arranjo propriamente dito, mas que influenciam no desenvolvimento das atividades. Estes elementos, que também podem ser chamados de fatores externos ou externalidades, atuam como condicionantes territoriais que podem se manifestar sobre o território de forma positiva, restritiva e negativa (LEMOS, 2003). Na análise, os depoimentos são bastante significativos porque mostram não só situações do próprio funcionamento do Arranjo como o baixo índice de participação das pessoas, mas também elementos que fogem do controle da comunidade, como a distância entre as residências, a dificuldade de comunicação, o excesso de chuvas. Externalidades estas, que surgem como condicionantes do Arranjo e que influenciam no desempenho das atividades realizadas. Por isso a necessidade de se considerar a influência destas relações para minimizar as fragilidades que o APL.Tur enfrenta.

Durante a entrevista também foi possível observar um descontentamento a respeito da situação atual Associação Comunitária Candonga. Alguns membros da comunidade desistiram de ser associados em virtude da Diretoria atual, principalmente por desentendimentos com membros da associação. Da mesma forma, há relatos descontentes sobre o andamento e organização das atividades da Cozinha Comunitária, que acreditam não estar funcionando de maneira adequada (falta de organização, descontinuidade de alguns projetos implementados no território, poucas reuniões e concessão de privilégios à alguns residentes). Neste sentido, muitos dos entrevistados indicaram a falta de uma liderança para tomar a frente das atividades e motivar o pessoal a participar, conforme os depoimentos a seguir.

Aqui é assim, se tem uma liderança que vá e cobre do pessoal aí o pessoal colabora sabe. Mas se tu para, nada mais funciona (Pesquisa de campo, J. S., 2011).

[...] eu acho que tem esse problema de liderança aqui. Você tem que tá tipo assim, o tempo todo pressionando pra eles participar porque senão eles é muito acomodado, muito preguiçoso. Então tu vê que nem agora, tanto que a AMORISA e na Cozinha tão meio parada sabe. A feira de trocas também. Eu acho que é uma fase assim sabe. Mas que precisa voltar alguém forte pra puxar, que aí as coisa funciona (Pesquisa de campo, I. I., 2011).

Existem diversos conflitos que permeiam o contexto da escolha e trabalho de lideranças comunitárias. No entanto, sabe-se que estas desempenham papel fundamental no compromisso de lutar pelos interesses e questões comunitárias. Desta forma, é importante se pensar no fortalecimento de lideranças para empreender as ações previstas na localidade.

Todavia, apesar deste quadro, pode-se dizer que a comunidade apresenta grau de associativismo e cooperação por parte de alguns moradores para o desenvolvimento do arranjo territorial. Isto porque alguns indivíduos demonstram possuir características socioempreendedoras. São membros da comunidade que buscam superar dificuldades em busca de desenvolvimento socioeconômico e, para tanto, acabam estabelecendo parcerias com outros membros da comunidade neste processo.

Eu acho que não adianta fazer um projeto se o pessoal não se envolve. Então o grupo que começou com esse projeto aqui levou a sério isso porque viu que era importante pra nós desenvolver mais a comunidade né. Eu digo desenvolver pra melhor, melhorar as coisas aqui. Se a gente não se mexesse, o que que ia acontecer com a nossa comunidade? A gente precisava fazer uma coisa boa aqui. E essa coisa do turismo que a comunidade faz aqui, isso foi muito bom pra nós (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

No APL.Tur, a participação comunitária garante a qualidade das ações desenvolvidas e sobretudo sua continuidade. Assim, os integrantes do APL.Tur se mostram engajados e com interesse em expor suas opiniões, pois passaram a compreender que a participação traz benefícios para todos. A questão da gestão comunitária, da participação democrática de todos os socioempreendedores nas atividades do Arranjo, mesmo com momentos de dificuldades, demonstra uma relação de cooperação e solidariedade entre estes moradores na organização das atividades, garantindo oportunidade de participação para todos os integrantes.

[...] sempre que tinha as vivências, quem tava a disposição, que podia fazer, participava. Se a vivência era na cozinha, a gente pegava e deixava uma parte na cozinha, e o resto dividia com quem participava, a gente colaborava entre nós. Porque assim, cada uma fazia uma coisa, tinha uma parte pra cada um, então a gente dividia (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

Apesar de cada um de nos ter um tipo de coisa pra fazer, que nem uma faz o artesanato, a outra o pão... Então cada uma fazia uma coisa diferente da outra, mas quando dava, a gente sempre tava se ajudando, colaborando entre nós (Pesquisa de campo, R. S., 2011).

Conforme a proposta do APL.Tur, os socioempreendimentos se caracterizam por buscar constantemente formas de intercâmbio comercial baseados na solidariedade, estabelecendo uma relação mais direta e solidária entre produtores e consumidores, que seja ao mesmo tempo, um mecanismo para promover o desenvolvimento integral em nível econômico, social e político.

Por meio do empoderamento social, as ações individuais e coletivas dentro do APL.Tur proporcionam o desenvolvimento comunitário por meio da organização dos socioempreendimentos turísticos e de instituições parceiras, prezando pela solidariedade e a cooperação entre os atores envolvidos (IRVING, 2002). Este contexto parece estimular o envolvimento dos moradores do território do Rio Sagrado no processo. Estes moradores se reconhecem com diferentes papéis e inserções, com base na noção de divisão de tarefas e troca de experiências, como ilustrado em alguns depoimentos.

A gente conversava pra dividir quem ia fazer o que. A gente não ficava separado, nunca ninguém atrapalhou o outro. A gente combinava conforme o tempo que a gente tinha. As vezes eu fazia, e na próxima era outra que fazia. Que nem uma vez uma colega fez e eu não fiz. E outra eu fiz e ela não fez... a gente fazia uma troca né. Tipo assim, quando não tinha horário, ou tava com pouco tempo e não tinha como fazer com todos, tinha essa troca. É importante separar um pouco né, seria ruim se fosse só eu ou só outra pessoa participando, porque daí uma prejudicaria a outra. Mas assim é bom [...] (Pesquisa de campo, L. B., 2011).

O pessoal sempre colaborava uns com os outros né. Olha, aqui a gente sempre teve o grupinho né, de umas oito, dez pessoas que era mais envolvidas com o projeto. Esse grupo tava sempre mais a frente das coisas que aconteciam aqui né, a gente colaborava entre nós, sempre. Então quando não era um era o outro. Ah, hoje as atividade vão ser com o pessoal de uma escola, aí a gente decidia quem podia ir, vai fulano e fulano. Sempre tinha essa troca pra todo mundo participar né? Do grupo que trabalhou sempre teve essa troca. Desde o começo a gente tava junto. Teve um que outro que saiu, que foi morar em outro lugar. Mas a gente sempre deu um jeito de continuar. Foi um grupo que ficou, que não aumentou muito mas também não diminuiu, ele ia se mantendo (Pesquisa de campo, S. S., 2011).

Estes relatos exemplificam como se estrutura a organização sociopolítica do APL.Tur. Os empreendimentos socioprodutivos locais são qualificados como associativos e/ou de socioempreendedorismo individual, articulados, que funcionam sob uma lógica comunitária. Os membros deste Arranjo compartilham da expectativa de melhoria da qualidade de vida local, por meio de práticas que prezam pela

colaboração e a vivência de princípios solidários. Diante das dificuldades, os membros encontraram no Arranjo Socioprodutivo uma alternativa de desenvolvimento territorial, no qual se sentem a vontade para participar.

No entanto, para Inoue (2007), para que uma participação efetiva da população local possa ocorrer no processo é necessário que a mesma esteja motivada a participar e possa acreditar em suas próprias aspirações e a lutar pelas suas realizações. Isto porque se compreende que, só por meio do fortalecimento das relações de confiança e reciprocidade entre os atores do território é que se pode construir, de forma horizontal e participativa, um plano que englobe múltiplos interesses e soluções viáveis para problemas locais.

Ao mesmo tempo, as afirmações dos relatos apontam para o que já foi discutido anteriormente, em que, conforme afirmam Becker e Léna (2003), a questão da territorialidade é relevante ao se discutir os arranjos, pois o território pode ser considerado um espaço onde sinergias entre diferentes atores são estimuladas com intuito de encontrar soluções adequadas para situações específicas. Desta forma, existe um objetivo maior expresso na cooperação entre os atores do APL.Tur, que se organizam na busca de melhores condições de desenvolvimento para sua família e comunidade.

Em relação ao potencial do APL.Tur para geração de renda é interessante ressaltar que, para os moradores locais, o Arranjo é interpretado como alternativa para o desenvolvimento das atividades produtivas tradicionais, a partir da possibilidade de incremento da renda familiar, conforme os depoimentos a seguir:

Pra nós melhorou a renda, isso ajudou bastante. A gente teve novas oportunidades pra melhorar a nossa vida (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

Ah, tinha coisas que eu não fazia antes e que a gente depois que começou fazer, deu melhoria pra nossa vida. Que nem de renda foi bom, as pessoas vêm aqui, compram as coisas, ajuda bastante! (Pesquisa de campo, A. S., 2011).

Depois que eu comecei a participar do projeto minha renda melhorou, era tão bom, ajudava bastante. Com o dinheiro das vivências eu consegui terminar essa casa, me ajudou muito a terminar isso (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

Minha renda melhorou porque daí o pessoal vinha, eu fazia mais artesanato, vendia mais né. E daí eu me empolgava mais também pra trabalhar (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

É, em vista do que era antes a minha venda, antes não tinha quase nada... ficou bem melhor depois que comecei a participar do projeto. Ajudou a

entrar um pouco mais de dinheiro, que já ajuda a gente (Pesquisa de campo, R. S., 2011).

A partir destes relatos, pode-se perceber que o incremento de renda proporcionado pela atividade do APL.Tur pode representar ainda um incentivo para que a população local permaneça na zona rural, uma vez que a consolidação de alternativas produtivas locais significa também, para estes atores, a garantia de trabalho.

No entanto, alguns entrevistados apontaram a questão da sazonalidade das atividades produtivas que enfrentam na dinâmica comunitária. A pluriatividade é incentivada pelo Arranjo, mas no caso, existe a sazonalidade que interfere na periodicidade das atividades. Isto porque muitos moradores além de trabalhar com produção artesanal do cipó-imbé e da fibra da bananeira e com a produção de farinha, prestam serviços temporários em residências e chácaras da localidade, recebendo diárias que variam de acordo com a atividade (serviço de roçagem, diarista, carpinteiro, jardinagem, entre outros). Outros moradores são assalariados urbanos, atuam como professores e agentes de saúde. Em alguns casos, são aposentados. Esta sazonalidade caracteriza uma instabilidade financeira para as famílias dos entrevistados.

Minha média de renda tá entre uns 700 reais, mas por não ser uma coisa certa por mês, tem períodos que vende mais do que outro. E a gente já é acostumado com isso aqui, porque no mato você tem que levar assim. Tem mês que vende mais e outro menos, sabe. Aí tu tem que levar tudo mais ou menos, fazer do jeito que dá. Mas eu acho isso normal, tem esses períodos de alta e de baixa. Um mês tu ganha mais, outro tu ganha menos, aqui é sempre incerto (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

Outro depoimento corrobora com essa informação, ao apontar a dificuldade de manutenção da renda familiar.

É que é bem assim: eu vendia pro pessoal que vinha pra cá, a turma que vinha... aí as vezes eu levava na loja em Morretes, porque eu entrei na associação de artesãos de Morretes, aí também vendia. Só que era assim: tinha meses que eu ia lá e tinha 40 reais, tinha mês que tinha 20 reais... aí tinha que pagar sempre todos mês a mensalidade aí nem sempre compensava [...] (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

Para tanto, a pluriatividade se caracteriza como uma estratégia de reprodução social e econômica das famílias rurais, na qual outras atividades são

desenvolvidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica (SCHNEIDER, 2003), conforme relatos a seguir:

Hoje minha renda principal tá sendo como diarista nas chácaras por enquanto, até eu voltar a produzir a farinha, porque eu continuo a plantar aqui, aí quando eu formar minha roça de novo vou poder trabalhar de novo com os produtos da mandioca (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

No que tange a organização do trabalho, muitos dos moradores possuem seu tempo específico para produção e/ou para se dedicar as atividades produtivas. Cabe ressaltar que as condições de trabalho são descritas como difíceis, pois muitos trabalham artesanalmente, o que exige maior esforço na atividade.

Como o meu ganho é pouco eu tenho que ir levando devagar. Como a minha produção é artesanal, e eu não vendo pras bancas, mercados, o meu negócio é com vizinhos, com quem encomenda mais aqui no lugar. Vende super bem aqui, se eu quisesse fazer pra todo mês, eu vendo. Mas o trabalho é cansativo, precisa de mais uma pessoa pra me ajudar porque é muito pesado o serviço, eu sozinha não consigo. Porque o meu engenho é antigo, aí exige mais esforço. Se fosse pra cidade, eu ia vender muito mais, porque não existe mais isso da farinha artesanal né, então onde tem alguém que sabe fazer, eles querem. Só que por ser pesado e não ter outro jeito de fazer é aquele jeito artesanal sempre (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

A questão do tempo é um dos fatores que aparece em destaque quando se fala do modo de produção – que incluem as relações de produção bem como os materiais – dos moradores. Isto porque a maioria considera importante ter o seu tempo de trabalho para dedicar-se à produção. No entanto, consideram que o tempo dedicado à família e ao descanso é fundamental.

Eu trabalho conforme o tempo livre que eu tenho, se tenho encomenda. Então eu que faço o meu tempo (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

Eu trabalho só aqui no material de construção. A minha jornada é complicada. Porque o cliente é que manda né? Você viu, o pessoal chega aqui qualquer horário, morando aqui na casa é complicado. As vezes começa as 6 e termina só as dez da noite (Pesquisa de campo, I. I., 2011).

Ah tá, se eu aumentar minha produção, aonde vão ficar as minhas duas filhas e minha mulher? Vou passar menos tempo com elas, não vou ter tempo pra família. Então eu tento acertar o trabalho conforme a necessidade da minha família (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

Isto porque a comunidade local tem em seu dinamismo comunitário, um “ritmo” diferente, relacionado à distribuição do tempo entre às atividades produtivas

e sociais tradicionais. Ficou aparente que no que se refere ao tempo dedicado para produção e trabalho no APL.Tur, os integrantes seguem um ritmo e um sistema de trabalho de acordo com suas possibilidades:

Eu acho que o negocio não é só o serviço, querer ganhar, ganhar, ganhar.. daqui a pouco tá todo quebrado e no final não fez nada! Porque o dinheiro... eu sou uma pessoa que levo as coisas mais tranquilas, pra eu ter meu tempo pra eu descansar, pra daí no outro dia eu começar de novo, eu sou assim sabe. Não dá pra pensar só no dinheiro, é a minha paz de espírito, é eu tá bem, eu me sentir feliz, com vontade de continuar, de trabalhar né? (Pesquisa de campo, S. S., 2011).

Que nem o pessoal que trabalha numa firma direto, tem dias que não tem condições de tá lá, mas tu é obrigado a tá lá. E nós aqui, a gente pode fazer as coisas conforme o nosso tempo, a nossa disposição. Eu acho assim, que cada um tem que ter o seu tempo, tá descansado, mais leve um pouco pra poder trabalhar. O meu ritmo é esse. Não é o dinheiro. Só que pra muita gente, tudo é o dinheiro. Lógico que a gente precisa, mas a coisa de mais também não leva a felicidade, não vale a pena (Pesquisa de campo, M. C., 2011).

Assim pode-se considerar que o modo de produção que caracteriza o APL.Tur é de pequena produção mercantil, isto é, ainda que produzam mercadoria para venda, são comunidades que garantem sua sobrevivência por meio da pequena agricultura, do extrativismo, sendo o trabalho assalariado ocasional.

Outro fator que merece destaque é de que, nos processos de tomada de decisão sobre produção de bens e de encomendas, os integrantes do Arranjo participam apontando suas condições e demandas. Isso se afirma pelo fato de que o grupo reconhece não ter e, ou, não desejar condições de assumir grandes encomendas em um curto período de tempo, questão esta que se confirma no depoimento dos moradores.

[...] se fosse pra nos entregar produtos pra um outro lugar grande, nós não temo as coisas. Nos não temo produto pra nós pegar uma rede grande, não tem condições. E eu nem gostaria de fazer pra essas rede grande aí. Não porque é muita quebração de cabeça, você vai virar só em desespero. Não vai ter vida. Então deveria ser uma coisa simples que a gente conseguisse atender né? Tem que ter a noção da coisa, que não é bem assim, uma coisa que vai te exigir até o último, e daí pra você dar conta, não vai agüentar. Eu sou daquela de ganhar menos e ter mais tranquilidade (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

Diante de um mercado competitivo, a economia comunitária apresenta características particulares, como produção em pequena escala, divisão do trabalho restrita, acesso limitado aos meios de transporte e comunicação, e, muitas vezes,

precisa realizar alguns esforços para compreender as demandas por parte da economia tradicional (DIEGUES, 1994). Diante deste quadro, os relatos acima indicam que, nesta experiência de APL.Tur, pode-se considerar que a dinâmica da economia local se sobressai diante das condições impostas pela economia de mercado competitiva e excludente, preservando sua dinamicidade comunitária.

A dinâmica da comunidade se sobressai diante das condições impostas pelo mercado formal, a partir do momento que relações de trocas simbólicas, não mediadas por preço ou valor de mercado, sustentam as relações entre produtor e consumidor. Isto porque muitas vezes, não existe a “venda” de produtos, mas sim a troca por outro bem que tenha utilidade naquele momento.

Singer (1999) contribui neste sentido, ao afirmar que reconhece como grande vantagem oferecida pela economia solidária, comunitária, a possibilidade de cooperação, a partir do fato de que ela permite e oportuniza aos interessados que participem das discussões e negociações e opinem sobre questões de seus interesses. Ao mesmo tempo, a economia comunitária é social, pois não só produz e distribui bens e serviços materiais, mas também gera e possibilita outras relações sociais, de solidariedade, outras relações com a natureza, outros modos de (re) produção, outras alternativas de vida em sociedade, que se contrapõem ao paradigma capitalista hegemônico.

Segundo Sachs (2002, p. 27), a economia solidária, “[...] não se rege pelos princípios da economia capitalista – as cooperativas, empresas autogeridas por trabalhadores, atividades de organizações não-governamentais sem fins lucrativos. É o chamado terceiro setor”. O autor afirma ainda que os partidários da economia solidária veem nela uma contribuição importante na busca de um capitalismo reformado, social e ambientalmente mais solidário.

A economia solidária não surge como mera reação espontânea ao desemprego e exclusão social, ela pressupõe uma espécie de revolução cultural, a rejeição dos valores liberais e individualistas, que veem no darwinismo social a forma motriz indispensável do progresso (SACHS, 2002, p. 81).

Para tanto, esta economia solidária e comunitária se contrapõe às imposições do mercado livre, à criação de monopólios, sendo caracterizada por um sistema de princípios e práticas que se dão na e pela sociedade e pelas instituições,

que associam para gerir o processo de produção, de distribuição, de circulação e de consumo, garantindo a oportunidade de reprodução social para toda comunidade.

No entanto, dentre as dificuldades que permeiam o processo de desenvolvimento do APL.Tur, a questão da comercialização dos produtos surge como um grande impasse para o fomento do arranjo, conforme os moradores relatam a seguir:

Porque que nem pra produzir, tem custo, a gente tem que colocar um dinheiro né? Porque já teve vez que fiz a encomenda e a pessoa não foi buscar, e aí como faz? Tinha que ser uma coisa mais certa. Porque o pessoal fala: ah, é barato, é tudo aí do mato, do lugar. Mas não é assim não. Hoje em dia precisa de um certo cuidado pra tudo [...] E se não vende? Então não pode dar errado, tem que dar certo (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

O difícil pra nos conseguir as coisas é a falta de união das pessoas. Mas esse pessoal, esse nosso grupo que se uniu no projeto, esse grupo trabalha. A falta é onde nos vender, onde nos comercializá (Pesquisa de campo, R. S., 2011)

Os moradores sabem da dificuldade de produção e comercialização dos produtos oriundos do APL.Tur, pois dependem, na maioria das vezes, da visita de turistas na comunidade para que possam comercializar seus produtos. Outro ponto destacado é a falta de parcerias com produtores e comerciantes do próprio município de Morretes, o que poderia amenizar os problemas com a sazonalidade das vendas.

[...] isso é da gente se organizar né? Que nem aí na BR, era da gente colocar uma banca com produtos só do lugar, só daqui né? Mas o que acontece: tem produto de Minas Gerais, tem produto lá de Porto Alegre, tem produto lá do outro lado e o nosso não tem. Tu vai achar duas, três coisinhas daqui, o resto é tudo de fora. Isso não tá certo né? (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

Conforme o depoimento acima, a valorização dos produtos locais pelo comércio da região poderia fomentar o Arranjo, a partir de estratégias que levem em consideração a identidade local do produto, por exemplo, a criação de um selo de procedência. No âmbito das atividades desenvolvidas pela TECPAR junto à comunidade, um dos objetivos contemplados foi o desenvolvimento de um selo para as embalagens dos produtos agroindustrializados e de artesanato elaborados pelo APL.Tur do Rio Sagrado, conforme modelo a seguir.



FIGURA 15 – MODELOS DE RÓTULO PARA OS PRODUTOS DO APL.TUR

FONTE: A comunidade (2011)

Estes rótulos contêm informações a cerca dos produtos produzidos pela Cozinha Comunitária, como informações nutricionais, datas de produção e vencimento, ingredientes utilizados, local de fabricação, entre outros. Mesmo assim, com a formatação destes selos, os socioempreendedores afirmam encontrar dificuldades para a abertura de novos canais de comercialização.

O grande problema que a gente tem mesmo é a questão das vendas. Precisaria de uma parceria com outros municípios pra distribuir os produtos daqui. Os cursos davam essas dicas pra gente né, só que na prática fica um pouco difícil (Pesquisa de campo, I. I., 2011).

Neste sentido, conforme próprio relato acima, a criação de parcerias com cooperativas e associações da região, desponta como uma alternativa para melhorar a divulgação e inserção dos produtos do Rio Sagrado no Litoral Paranaense. Uma das parcerias que está em andamento para este ano, é a inserção do APL.Tur na Motirõ Sociedade Cooperativa²⁷, a partir de uma rede de esforços para o desenvolvimento de projetos para ampliar e diversificar canais de comercialização de produtos e serviços de comunidades rurais da região do litoral do Paraná.

A falta de articulação entre políticas públicas elaboradas ou executadas por instituições governamentais ou mesmo, por arranjos institucionais que dizem respeito a comunidades distanciadas da sede de seus municípios, acabam prejudicando a promoção do desenvolvimento do território do Rio Sagrado. Sabe-se

²⁷ Criada em 2009, a Motirõ Sociedade Cooperativa surge através da necessidade constatada por estudantes e professores da UFPR Litoral, da realização de atividades voltadas ao desenvolvimento do Litoral do Estado do Paraná. Tem como objetivo planejar e organizar o ambiente urbano e rural, de modo a otimizar a interação ser humano-ambiente, desenvolvendo atividades de elaboração, execução e monitoramento de projetos, atuando sobre questões que concernem a fatores socioeconômicos e ambientais.

que as instituições bem como suas articulações são fundamentais para o desenvolvimento territorial, por isso a importância de discuti-las no contexto do APL.Tur do Rio Sagrado.

Além da dificuldade de organização comunitária e a ausência de políticas públicas no Rio Sagrado, outros fatores limitantes para o desenvolvimento do APL.Tur são mencionados pelos moradores da localidade e estão relacionados a seguir:

- Dificuldade de implementação e continuidade dos projetos assumidos pelas associações locais;
- Carência de infraestrutura básica (saúde, educação, transporte entre outros);
- Dificuldade de acesso e estradas em boas condições de uso;
- Ineficiência do envolvimento comunitário com o grupo responsável pelo projeto no território;
- Ausência do poder público na localidade;
- Sazonalidade da demanda pelos serviços e dificuldade de comercialização dos bens e serviços.

Assim, os principais obstáculos apontados para a operacionalização do APL.Tur são relacionados à carência de infraestrutura básica bem como a mobilização e organização comunitária deficientes. A limitação de políticas públicas para a localidade constitui também outra dificuldade a ser superada. Estes obstáculos tornam-se difíceis de serem ultrapassados, se for considerado que o apoio do poder público é ainda incipiente.

Sob a ótica local, o estabelecimento de parcerias entre diferentes setores da sociedade civil é entendido como estratégia fundamental em apoio às populações locais para o desenvolvimento territorial. Sobre esta iniciativa, Rabinovici (2008) reafirma que a articulação entre diversos atores sociais (ONGs, Organizações da Sociedade Civil, Academia, Poder Público, Empresariado e Cooperação Internacional) potencializa o diálogo, na relação entre o local e o global, proporcionando uma visão abrangente do objeto, a partir de diversas visões e inserções institucionais.

Desta forma, no que tange a questão institucional do Arranjo, os entrelaçamentos existentes entre o APL.Tur e as organizações de apoio revelam importantes vínculos para a organização e desenvolvimento do mesmo. Desde a

gênese da iniciativa, buscou-se constituir uma rede de parcerias institucionais que fomentassem as iniciativas comunitárias do Rio Sagrado. A dimensão institucional do APL.Tur assume importante relevância devido ao suporte político que propicia. Assim, os encadeamentos sociopolíticos relacionados à interação entre as distintas organizações que atuam no APL.Tur tornam-se fundamentais na medida em que contribuem para a continuidade do Arranjo, bem como servem de base para o alcance de outras dimensões fundamentais (socioeconômicas, culturais, ambientais). Esta questão merece destaque pela atuação de instituições de apoio e incentivo as propostas do APL.Tur.

O bom do projeto que tinha aqui das universidade é que eles traziam assuntos conforme nós precisava, o que interessava, o que a gente achava que era importante. Aí a gente sempre tava aprendendo coisas boas pra gente, pro lugar. Tem uns que trazem cursos bons pra gente. Eu participei de um sobre geléias. E depois eu comecei a fazer pra vender. Vendi que é uma beleza. Eu acho importante ter esses cursos aqui, pra gente aprender (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

A presença de um suporte institucional, marcado por organizações reconhecidas, como universidades e ONGs entre outras, contribui para o fortalecimento do APL.Tur por oferecer benefícios, como a realização de oficinas e cursos, e o estímulo para a realização de novas parcerias. Assim, uma rede de esforços se constituiu como peça chave para que muitas das ações do Arranjo pudessem se concretizar no território. Um eixo importante é o acesso dos atores envolvidos a educação e qualificação profissional.

Eu participei das oficinas, ajudei a fazer os trabalho quando eu podia. A partir de quando começou o projeto aqui na comunidade é que veio mais cursos pra cá, mais oficinas. Antes tinha uma coisa e outra, mas não era muito forte. Aí a gente precisava de ajuda na cozinha e isso ajudou bastante sabe. Os cursos são muito importante pra comunidade sabe? Que nem o rótulo pros produtos, a gente criou até slogan pros produtos pra ajudar na divulgação dos produtos aqui do Rio Sagrado. Pra quem trabalhou ali foi 10 (Pesquisa de campo, I. I., 2011).

Isso foi bom pra qualificação das pessoas que tavam no projeto. Trouxe benefícios pra quem participou. Teve uma oficina que tinha nutricionista que ensinava a calcular os dados pra por nos rótulo das geléias, foi muito bom pra quem fabricava. Melhorou o produto do pessoal [...] (Pesquisa de campo, L. B., 2011).

Conforme aponta Putnam (1996), as instituições, uma vez consolidadas em determinadas regiões podem aproximar a participação da(s) comunidade(s), nas

idéias ou nos projetos de desenvolvimento, viabilizando e/ou fortalecendo as decisões em torno das demandas de desenvolvimento territorial. Desta forma, algumas instituições são identificadas pelos moradores do Rio Sagrado como parceiros deste processo, como por exemplo, a Universidade Regional de Blumenau (FURB), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), Aliança Empreendedora, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) entre outros. Alguns destes já possuem uma relação estreita com a iniciativa, por terem participado de projetos conjuntos, o que tende a facilitar a sua articulação com os atores locais para a realização de iniciativas e parcerias futuras. No entanto, se considera importante a aproximação com outras instituições que atuam na região.

Um ponto destacado por A. S. (Pesquisa de campo, 2011) foi a troca de conhecimentos entre as instituições e a comunidade local. Isso porque todas as iniciativas de educação foram pensadas a partir de temas que contemplassem a realidade do território, a partir de suas necessidades. Ao mesmo tempo, conciliam a troca de saberes, possibilitando visualizar a relação entre conhecimento teórico e prático, conforme relato de um dos entrevistados.

Eu gostei de participar das oficinas, porque a gente aprende coisas novas né, melhora o que a gente já faz. Eles dão ideias pra gente no trabalho e eles também aprendem com a gente, porque cada pessoa faz de um jeito [...] (Pesquisa de campo, A. S., 2011).

Neste sentido, é importante enfatizar que o processo de qualificação dos moradores que participam do APL.Tur do Rio Sagrado tende a envolver a participação de agentes externos. Deve-se, portanto, considerar uma mescla entre os conhecimentos tradicionais e científicos, priorizando a valorização do saber local e das práticas e representações sociais para se compreender a dinâmica territorial. Assim, é importante salientar a integração da população local com a equipe técnica, em um processo conjunto de fortalecimento da capacidade participativa de planejamento e implementação de projetos.

No caso do TBC, pode-se afirmar que se constitui em um elemento importante para o Arranjo do Rio Sagrado, pois coaduna com as perspectivas da sustentabilidade e entende que para que se estabeleçam relações mais equilibradas

no que tange os objetivos sociais, econômicos e ambientais, o envolvimento e participação da comunidade local representam um ponto crucial neste processo.

No caso do território Rio Sagrado, o desenvolvimento do turismo no âmbito de um Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária encontra condições favoráveis neste sentido, na medida em que se vale de sinergias pré-existentes. Ou seja, a atividade turística no bojo do APL.Tur se desenvolve de maneira integrada as demais atividades produtivas da localidade do Rio Sagrado. Assim, algumas destas atividades, como a agricultura e confecção de artesanato, constituem-se como atrativos do Turismo Comunitário, reforçando e valorizando o modo de vida local, conforme relatos a seguir:

Cada propriedade do jeito que é, simples como é, entendeu? E receber o pessoal na casa, pra eles ver o que a gente produz, o que a gente faz. Sempre é uma troca boa que acontece. Quando o pessoal vem pra cá eles vê coisas que não tem no dia a dia deles, que é diferente pra eles. Eu acho muito interessante isso, essa troca (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

O visitante quando vinha pra cá ele conhece mais como a gente vive. Porque eles iam entrando na casa de quem recebia, ia fazendo um contato, ia conhecendo a pessoa, começava a fazer uma amizade, e daí vinha um contato mais pessoal. Aí acontece da pessoa dar mais valor pro jeito que a gente vive, pro nosso trabalho. E tanto que tem vários visitante que apoiavam a gente, pra gente levar em frente essa iniciativa (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

Os depoimentos coadunam com a proposta do TBC, que desponta como uma nova forma de se fazer turismo, com foco na valorização da ética, da identidade e, principalmente, das vivências. Estas vivências consistem em viver intensamente a experiência. Ou seja, o TBC transforma o território no qual a atividade é desenvolvida num grande espaço de transformação, onde se trabalha evidenciando as potencialidades locais, promovendo o desenvolvimento sociocultural sustentável e buscando uma melhor qualidade de vida para a comunidade que ali reside (CORIOLANO, 2003).

Desta forma, remete ao processo de empoderamento comunitário que o TBC pode desenvolver nas comunidades, atendendo às necessidades de desenvolvimento do indivíduo, das instituições locais e da comunidade por meio do exercício da liberdade, da autonomia e da sustentabilidade (IRVING, 2002).

Depois que a pessoa participa da vivência, eles dão mais valor né, porque muitos não tem noção de como que é. Que nem tipo aqui, tinha gente que

viu a farinha e achavam que não era daquele jeito, que era bem fácil, aí chegava na hora de fazer o processo, e eu ia vender, eles acabavam comprando aquilo e me pagando até mais, dando valor pra uma coisa que eles viam como fazia. Isso é importante pra mim e pra eles, ganha os dois lados. E mais que o financeiro, é o conhecimento das coisas, a troca que a gente tem (Pesquisa de campo, J. S. 2011).

Tem uns que tem vontade de levar alguma coisa tipo, não é levar a coisa assim, que nem a mandioca, a farinha [...] Eles aprendem, acabam aprendendo a dar mais valor pras coisas sabe? Coisas que jamais essas pessoas dão valor onde moram, elas saem daqui dando valor, elas saem aproveitando tudo... entendeu? Pra elas isso tinha o maior valor, nossa, era precioso. Eu digo assim, a natureza, a comida, tudo (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

De maneira geral, o Turismo Comunitário é o principal vetor que move o Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária do Rio Sagrado, pois é durante a vinda dos visitantes que ocorrem as vivências nos socioempreendimentos anteriormente mencionados, bem como são comercializados os produtos.

Embora existam outras formas de comercialização dos mesmos, como em feiras no centro de Morretes ou em municípios vizinhos, os atores afirmam que a venda por meio do Turismo Comunitário apresenta algumas vantagens, a saber: não há despesas para se deslocar até o centro ou para outras cidades; a realização das vivências permite que o visitante conheça todo o processo necessário para confeccionar cada artefato, o que muitas vezes estimula as vendas e favorece a valorização do trabalho do produtor; e ainda, a possibilidade de ficar próximo da família.

E o bom é que muitas vivências acontecem na nossa propriedade né, na casa de cada um dos que participam, isso facilita muito. E o pessoal que vem pra cá pode conhecer como a gente vive. Teve alguns que se hospedaram na minha casa por um tempo, foi uma experiência muito legal de trocas, de conhecimento (Pesquisa de campo, I. I., 2011).

As vivências que tem aqui é ensinar o que a gente sabe fazer, no meu caso é ensinar o artesanato, ensinar o processo de como se faz o artesanato. [...] os visitantes conhecem onde eu moro, porque a vivência na maioria das vezes acontece aqui em casa, aí eles perguntam há quanto tempo eu faço o artesanato, a maioria se interessa em querer saber como a gente faz o trabalho. Eu acho que é importante eles conhecerem a minha casa, onde eu trabalho porque daí eles dão mais valor pro artesanato. Na maioria dos lugares eles não dão muito valor... Mas quando eles conhecem como eu faço o artesanato eles dão mais valor, com certeza. Eles compram uma peça e acham até barato às vezes, porque sem conhecer o trabalho eles acham caro, e quando eles conhecem o trabalho eles acham barato. Daí é sinal que dão valor né! (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

Um importante fator apontado pelos entrevistados é que as vivências possibilitam que o visitante valorize o trabalho e o modo de vida local. As vivências permitem uma aproximação entre o visitante com a comunidade, enaltecem o sentido de respeito e as trocas de experiências, que podem ser evidenciadas ao possibilitar o contato direto com os moradores locais. Isto é, as relações sociais são marcadas pela solidariedade e retribuição entre os moradores locais e os visitantes, por meio da troca de aprendizados e saberes.

[...] as vivência, são coisas que o visitante leva e que são importantes. Eles aprendem com a gente, engraçado isso né? Eu nunca imaginei ficar falando do meu engenho pros outros, e receber gente na minha casa querendo saber como funciona, como eu vivo. Isso é uma experiência maravilhosa (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

Neste sentido, o turismo comunitário que acontece no APL.Tur favorece relações entre visitantes e visitados, havendo interação e respeito mútuo entre turista e morador; as relações são humanizadas, pessoais e singulares, ao contrário do turismo convencional, onde as relações são impessoais, distantes ou nem chegam a existir (CORIOLANO, 2003). Ao mesmo tempo, como uma das premissas principais, evidencia-se que o TBC favorece a valorização e conservação do modo de vida dos atores envolvidos.

Ao mesmo tempo, os moradores relatam algumas preocupações. Uma das maiores preocupações está relacionada com o fluxo de visitantes de fim de semana, que permanecem apenas um dia na comunidade. A presença destes visitantes no Rio Sagrado está relacionada, segundo a visão e experiência de seus moradores, com problemas ligados ao lixo e o desrespeito a natureza, além de representarem pouco retorno financeiro aos socioempreendedores locais:

O turista vem pra cá, a maioria, pra ter mais contato com a natureza, com o verde, com a tranquilidade aqui do lugar. Porque tem uma diferença sabe. Tem uns que vem pra cá, uns baderneiros que vêm pras cachoeiras final de semana, que sujam tudo, deixam lixo por onde passam. Esses a gente não faz nem questão de que venham pra cá. Mas que nem o pessoal que vem pra fazer estudos, um tipo de turismo de pesquisa aqui, são um pessoal mais respeitoso, que cuida da natureza, que conversa com a gente, que colabora com a comunidade. Esse é o tipo de turismo que a gente quer aqui [...] (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

Isto demonstra que a comunidade sabe o turismo que quer desenvolver no território do Rio Sagrado. E a troca de saberes e experiências, a cooperação e o

favorecimento das relações interpessoais são apresentados pelos moradores como elementos fundamentais para as possíveis razões que possibilitaram a construção de um modelo “diferenciado” de turismo do Rio Sagrado.

A comunidade tem a natureza, várias opções de cachoeira, tem essas vivências que não é todo lugar que tem, isso é legal. Acho que não tem lugar por aí que faça isso, que tenha isso que a gente tem aqui, é único! (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

Uma vez uma visitante chilena ela me disse que não tem dinheiro que pague isso que ela viveu aqui. O que ela passou, o que ela viveu, o que ela viu, não existe em outro lugar, ela falou pra mim. Então pra essas pessoas que vêm pra cá é bem gratificante né... e eu acho que a gente tem que ficar feliz por isso, porque quando a gente vê que o que a gente faz é interessante, importante pra outra pessoa, a gente se sente mais motivado a continuar. Quando tem a valorização do nosso trabalho sabe, a gente quer fazer mais (Pesquisa de campo, L. B., 2011).

A valorização do território onde vivem, exposta nos depoimentos acima, demonstra o sentido de pertencimento dos moradores locais em relação ao território do Rio Sagrado. Conforme aponta Maldonado (2009), parte da identidade de um grupo é representada por seu patrimônio, este o qual expressa sua origem, seu estilo de vida, seu desenvolvimento e sua transformação, isto é, sua cultura, sua tradição e sua memória. Neste caso, o patrimônio é a identidade cultural da comunidade, e é um dos elementos que podem gerar desenvolvimento em um território, favorecendo o equilíbrio e a coesão social.

Dentre as iniciativas que surgiram no âmbito do TBC, as Feiras de Trocas foram descritas pelos moradores como uma das experiências mais significativas. Isto porque estes espaços são representados por um encontro de pessoas que trocam bens e serviços através de um sistema de compensação, muitas vezes por escambo, ou também por meio de uma moeda fictícia estabelecida pelo grupo. A natureza dos bens e das atividades trocadas é diversa: artefatos e objetos usados, produtos artesanais, roupas, produtos orgânicos, bem como saberes e serviços, a partir de aulas e cursos (arte, costura), entre outros.

Na feira de troca eu troquei bastante artesanato. [...] eu acho mais interessante a troca do sem valor né. Eu acho assim interessante porque a pessoa às vezes não tá precisando daquilo, às vezes a pessoa põe no lixo pra levar, e às vezes sendo que em casa tem gente que não tem as coisas. Então o que não me serve pode servir pra outra pessoa [...] (Pesquisa de campo, A. S., 2011).

Porque daí nos fizemos as Feiras de Trocas que foi espetacular. Essa ideia das feira trouxe coisa boa pra comunidade. Eu até hoje continuo trocando sabia? E várias pessoas que ainda continua trocando. Eu troco material de construção, por galinha, por porco, várias coisas. Continuo trocando até hoje! E isso o pessoal pegou o jeito. E na minha família a gente já fazia, desde que eu nasci. E aqui a gente continua né, já é um hábito das pessoas trocar. Eu digo pro pessoal: não deixa guardado, vamo trocá (Pesquisa de campo, I. I., 2011).



FIGURA 16 – FEIRA DE TROCAS SOLIDÁRIAS DO RIO SAGRADO

FONTE: A autora (2009)

Em todo caso, vale ressaltar o sentido desta experiência, que busca fomentar uma dinâmica a favor da valorização das relações sociais, através da criação e fortalecimento de vínculos entre as pessoas envolvidas (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Desta forma, pode-se compreender a economia solidária como um meio potencializador de algumas formas de organização e de relação social, em que a produção e o consumo de bens e serviços podem acontecer de maneira inovadora e singular, questionando alguns princípios econômicos clássicos como, por exemplo, a formação e atribuição de preços aos bens e serviços.

Complementando esta reflexão, no contexto do Projeto Ministério do Turismo na comunidade, houve a aproximação com experiências de comércio justo e TBC de outras localidades. No período de 13 a 23 de novembro de 2009, onze moradores do Rio Sagrado (sendo que 8 dos entrevistados nesta pesquisa participaram da viagem) envolvidos com a atividade turística na localidade de Rio Sagrado e três pesquisadores da Universidade Regional de Blumenau (FURB) fizeram uma viagem para o Chile.



FIGURA 17 – MORADORES DO RIO SAGRADO DURANTE VIAGEM AO CHILE

FONTE: A comunidade (2011)

A escolha de experiências e localidades visitadas aconteceram principalmente por uma aproximação²⁸ prévia com estas experiências, quando foram detectados particularidades similares aos desafios enfrentados em Rio Sagrado, ou outros fatores considerados importantes para o aprendizado da comunidade que atua com o Turismo Comunitário na mesma localidade.

Dentre as atividades realizadas, a comunidade vivenciou a organização do espaço e da feira promovida pela *Estación Trueke*²⁹, que é organizada e articulada por uma equipe interdisciplinar, que trabalha conjuntamente com as comunidades de Valdivia. A feira, neste contexto, se converte em um grande evento que tem diversos atrativos: música, dança, filmes, teatro, fóruns e claro, muitas pessoas trocando bens e saberes. Conforme relato de um entrevistado, esta oportunidade de conhecer a experiência da feira de trocas chilena possibilitou, além de conhecer novos lugares e culturas, um espaço de diálogo para a troca de experiências entre brasileiros e chilenos.

E o mais interessante é que a gente não fica com essa ideia de: ah, o teu objeto não vale nada, e eu não vou trocar com você. Não é assim. A pessoa veio e me fez uma proposta eu procurei dentro do que eu tinha, satisfazer aquela pessoa né? Porque pra mim o que foi importante é que eu queria que eles ficassem com alguma coisa de mim, e que eles guardassem essa lembrança. Não por dinheiro. Mas pela troca com as pessoas né. Aí é pra você ver como esse trabalho foi importante pra nós aqui, pra gente dar mais valor pras pessoas, e não só pros objetos. E esse foi o projeto que eu mais trabalhei, que eu mais gostei de todos que acontecem (Pesquisa de campo, I. I., 2011).

²⁸ A partir de 2005 houve uma aproximação entre a Universidade Regional de Blumenau (FURB) com o estudantes do Centro de Estudos Ambientais (CEAM) e o Programa de Honra em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PHMA), ambos da Universidade Austral de Chile (UACH).

²⁹ Ver mais em: <http://truekevaldivia.cl/red-trueke-sur/>.

Um dos principais resultados da Missão de Trabalho ao Chile refere-se à oportunidade que os membros comunitários do Rio Sagrado tiveram de conhecer localidades e iniciativas similares as que acontecem na localidade onde vivem com suas famílias.

Ah, eu gostei da viagem! Assim, a gente começou a dar mais valor no que tem aqui na comunidade, porque lá era bem humilde também e eles não reclamavam de nada. Eu achei até que lá a vida deles é mais difícil que a nossa, mas eram felizes do jeito que tava. Eu gostei porque a gente conheceu outro lugar né. E também porque eu vi que a gente tem tudo pra dar certo aqui na comunidade (Pesquisa de campo, S. S., 2011).

De acordo com os participantes, o aprendizado aconteceu a partir da forma com que as experiências chilenas visitadas protagonizavam seus destinos e até que ponto o turismo responsável pode ser um aliado para o desenvolvimento territorial. De acordo com os entrevistados, a viagem proporcionou o conhecimento de experiências exitosas, mesmo ainda que em andamento e estruturação, e trouxeram um espaço de reflexão sobre as possibilidades de empoderamento comunitário, por meio da coletividade e da solidariedade, na condução do destino que os moradores idealizam para o território do Rio Sagrado.

Atualmente as feiras de trocas não estão acontecendo na comunidade devido a problemas com disponibilidade do local para organização, mas, de acordo com uma liderança da comunidade, a previsão é de retomar as feiras a partir de abril deste ano, sendo uma edição por mês.

Outro aspecto ressaltado pelos moradores foi por considerar o Rio Sagrado como um lugar especial de se viver.

A comunidade aqui tem a natureza, várias opções de cachoeira, tem essas vivências que não é todo lugar que tem, isso é legal. Acho que não tem lugar por aí que faça isso, que tenha isso que a gente tem aqui (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

Eu acho que a amizade, o contato com as pessoas assim, é muito gostoso. Porque nada melhor do que ter pessoas boas pra gente conviver né? E querer se ajudar também. A tranquilidade que tem aqui, a natureza. Porque aqui, você tendo um cantinho e querendo plantar, você colhe né? Não é todo mundo que tem um lugar bom assim pra viver (Pesquisa de campo, I. I., 2011).

Ao mesmo, os entrevistados demonstraram que a participação no APL.Tur proporcionou crescimento pessoal. Muitos dos depoimentos apontam para a questão

do acesso a educação e a qualificação, sendo que alguns dos membros retomaram os estudos com intuito de dar continuidade aos benefícios conquistados até o momento.

Ah, abriu a minha mente né, porque antes disso eu não queria estudar, eu nem gostava. Eu tinha um sonho sabe, um dia eu vou voltar a estudar, mas eu não tinha assim condição, eu tinha dificuldade pra ir até o colégio. Aí quando saiu o supletivo ali na Marta [escola municipal], onde eu to, em setembro de 2009, daí quando foi em abril de 2010 eu entrei e to terminando agora né. Isso me incentivou a estudar mais né, me qualificar, eu quero estudar muito, quem sabe até dar aula um dia, dar curso, se eu conseguisse eu queria isso (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

Tinha uma pessoa do grupo que sempre me dizia: ah, eu não tenho condições de participar de uma diretoria, da organização... e eu perguntava o por que né? E ela me dizia porque não tinha estudo. Mas eu sempre disse: sempre tem uma tarefa pra cada pessoa. Você com a sabedoria que tem e a ajuda dos outro vai aprendendo e alguma coisa você vai poder fazer. E daí foi que ela entrou na cozinha, no conselho fiscal, e foi indo. Hoje ela tá terminando o supletivo, isso é muito bom né? Por isso que eu digo, as pessoas precisam só de um incentivo, de uma oportunidade pra crescer na vida né? Pra se dar mais valor, pra querer melhorar. E eu acho que por as pessoa participar desse projeto, isso aconteceu (Pesquisa de campo, I. I., 2011).

O que eu mais gostei, que foi mais importante pra mim no projeto, foi o contato sabe, aprender a conviver com as outras pessoas, isso é uma coisa muito importante. Você percebe a dificuldade que a gente tem às vezes de se relacionar um com o outro e de compartilhar as coisas né? Aí essa experiência fez com que o pessoal se aproximasse mais, pensasse em coisas pra comunidade, pra todo mundo né? Hoje em dia tem tanta gente que não pensa no outro, em querer se ajudar. Acho que nós aqui, mesmo que um grupo pequeno, a gente conseguiu crescer junto (Pesquisa de campo, R. S., 2011).

A qualificação dos membros comunitários favorece, portanto, que estes se sintam mais seguros para participar da gestão e planejamento das atividades desenvolvidas no APL. Tur. Ao mesmo tempo, o sentido de solidariedade que se estabelece nas relações de produção, a partir da solidariedade interna na comunidade, com a organização de empreendimentos coletivos, suscita também a solidariedade entre as experiências, com a organização de redes de iniciativas que se ajudam mutuamente, bem como a partir das trocas de conhecimentos e saberes.

Da mesma forma, de acordo com os moradores, outro benefício proporcionado por esta experiência foi a motivação e o aumento da autoestima dos atores envolvidos na iniciativa.

Muita gente teve crescimento pessoal né, pra ter o seu próprio negócio. Todas cresceram, as pessoas voltaram a fazer suas coisas, a ter vontade

de trabalhar. A gente vê a autoestima, muitas mulheres ficaram mais motivadas a trabalhar (Pesquisa de campo, L. B., 2011).

Dentre as principais mudanças apontadas pelos atores, o acesso à educação, à novas oportunidades, o crescimento e a valorização pessoal são os mais citados na pesquisa.

Olha, na verdade, eu tive mais vontade de viver, de lutar, de tentar outras coisas, sabe? De crescer, de progredir. Pra mim foi muito importante participar desse projeto, pra minha família toda, as minhas meninas tiveram a oportunidade de participar dos cursos, de conhecer coisas novas, e isso não tem preço. Porque, bem dizer, a gente tava isolado aqui, porque não tinha contato com as pessoas, e depois disso, eu conheci tanta coisa nova. E agora que eu voltei a estudar, to fazendo cursinho de informática, quem sabe eu me forme e faça um técnico em gestão em turismo, eu quero muito isso! A melhor coisa que eu fiz foi voltar a estudar! Eu sei que eu quero aproveitar, quero viver mais e fazer o que eu gosto, esse é o meu propósito! (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

[...] a gente não tinha contato com ninguém, eu pra mim foi muito bom. Eu recebia pessoas em casa, eu aprendia coisas que eu não tinha contato antes. Com o pessoal que vinha de fora. Antes eu não fazia isso, receber um grupo aqui e ficar falando do que eu faço né. Isso me ajudou pra eu me comunicar melhor com os outros. Tudo foi bom, um grande aprendizado, só acrescentou mais pra minha vida (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

Portanto, para os participantes, o que mais valeu, em primeira instância, foi o desenvolvimento de uma identidade, de uma convivência, da possibilidade de ter experiências fora da sua realidade, através das atividades educacionais. A vontade de fazer um curso, de participar de oficinas, de querer crescer e aprender coisas novas, são aspectos destacados com maior ênfase pelos entrevistados.

O sentimento de reconhecimento, de que “as pessoas vêm aqui pra me ver” ou “eu não preciso sair daqui para ser querido, ouvido, reconhecido” (Pesquisa de campo, 2011), está muito marcado nos depoimentos. A valorização do modo de vida local acontece e a partir deste reconhecimento, os atores tiveram um ânimo maior para permanecer na comunidade, e para dar continuidade em suas atividades. Desta forma, a valorização do modo de vida está relacionado com as condições de reprodução deste Arranjo ao longo do tempo.

Diante destes olhares diversos e complementares, vale ressaltar que a avaliação dos moradores locais sobre a iniciativa do APL.Tur foi positiva, pois propiciou o desenvolvimento territorial no que tange aos aspectos elucidados na pesquisa. Ainda, confirmou-se o compromisso de conservação do patrimônio cultural e participação das populações envolvidas no processo de tomada de decisão. Deste

modo, o protagonismo das populações locais e o valor das peculiaridades regionais despontam como as maiores conquistas obtidas pelos atores envolvidos nesta experiência.

Vale enfatizar que, ao mesmo tempo que o APL.Tur vislumbra uma alternativa possível o desenvolvimento territorial no Rio Sagrado, não é considerado como um processo simples e, muito menos, como a solução dos problemas socioeconômicos do território. Seria muito romântico afirmar que esta iniciativa se configura como um exemplo perfeito de associativismo comunitário a ser seguido por outras localidades.

O que se destaca é que mesmo diante de diversas dificuldades na questão da participação nos processos de desenvolvimento comunitário, algumas pessoas se mostram dispostas a buscar novas alternativas para o desenvolvimento territorial. Sabe-se que é uma iniciativa incipiente, que enfrenta diversas limitações. No entanto, estas práticas primam pela colaboração e a vivência de princípios solidários, o que nos trás importantes ensinamentos para se pensar novas formas de desenvolvimento.

6.2 REFLEXÕES SOBRE OS ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS

As relações entre comunidades e o meio onde estão inseridas suscitaram diversos conflitos e discussões a partir da sustentabilidade das práticas desenvolvidas por estas populações. Neste sentido, nesta pesquisa se considerou fundamental compreender como os moradores do território do Rio Sagrado se relacionam com as questões da conservação da natureza. No que tange ao uso dos recursos, alguns dos entrevistados relataram seu processo de produção, no qual utilizam recursos da natureza para seu trabalho.

Eu sempre trabalhei com o cipó aqui, pra sustentar minha família. A gente faz o artesanato com ele, então a gente depende da floresta pra conseguir o nosso sustento (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

Eu uso a terra pra tirar o meu sustento. Na roça, eu tenho o plantio da mandioca e foi sempre disso que eu vivi (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

As sociedades urbano-industriais possuem uma série de mecanismos sociais e tecnológicos que se constituem desde a produção dos produtos até o

momento em que chega ao consumidor. Contudo, nas comunidades tradicionais, rurais principalmente, as atividades produtivas estão estreitamente ligadas aos recursos naturais. Isso porque uma parte considerável dos elementos utilizados para consumo e para produção dessas famílias provém da agricultura, caça ou extrativismo. Para tanto, estas atividades estão ligadas aos ciclos naturais e a disponibilidade destes recursos, que podem se encontrar entre períodos de fartura e escassez. Desta maneira, estas atividades envolvem não somente aspectos materiais, mas principalmente as relações sociais de ajuda mútua que ocorrem de acordo com a construção dos tempos produtivos de cada grupo (DIEGUES, 1994).

Esta questão corrobora com a ideia de que estes moradores possuem uma estreita relação com a biodiversidade do território, e se preocupam em conservá-la. Isto porque a questão da manutenção e subsídio da unidade familiar provém dos recursos naturais que utilizam para produzir seus bens, influenciando na subsistência da sua família.

Aqui só não planta quem não quer. Porque se você planta já ajuda né, ter mais coisas pra tua família. Ninguém fica derrubando árvore pra plantar. A gente planta no espaço que a gente já tem (Pesquisa de campo, I. I., 2011).

Dentro deste foco, a produção artesanal é capaz de reorganizar suas atividades conforme as opções de acesso aos recursos, permitindo gerar condições de vida para sobreviver no meio rural, para superar as dificuldades que afetam sua reprodução social.

Um fator importante destacado pelos moradores é a preocupação em conservar a natureza, e muitos fazem o manejo dos recursos pensando na garantia e disponibilidade futura. O manejo dos recursos ocorre mediante um conjunto de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, resultando na adequação de uso e manutenção dos ecossistemas naturais (DIEGUES, 1994). A prática do manejo dos recursos aparece nos relatos dos moradores:

A gente não explora, não destrói o cipó, porque a gente tira na lua certa, na minguante. Tipo assim, não derruba a árvore pra tirar o cipó, deixa os verde na planta, tira só os maduros e continua tendo cipó! Eu acho que a gente não tá agredindo o meio ambiente. A gente ta aproveitando o cipó, porque ele nasce, amadurece e seca. Se você vai tirando o cipó maduro e deixando o verde, vai sempre ter cipó, o cipó não acaba. E tem muito lugar por aí que o cipó terminou porque não respeitaram as regras né. Tudo tem regra. Só que aí, de preguiça de ir no mato sempre, eles pegavam e cortavam tudo né? Aí agora acabou tudo (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

O relato acima reafirma a questão do manejo, pois existe uma preocupação por parte dos artesãos em garantir a sustentabilidade do cipó para confecção do seu artesanato. Conforme discorre o entrevistado, ele apenas extrai da mata o cipó “maduro” ou seco, se preocupando com o manejo e a disponibilidade desse recurso futuramente. Desta forma, pode-se evidenciar a existência de sistemas de manejo que respeitam os ciclos naturais, o que Diegues (1994) define como sistemas tradicionais de manejo. Ou seja, diante da exploração dos recursos naturais o indivíduo respeita a capacidade de recuperação das espécies utilizadas. Ao mesmo tempo, mais do que a exploração econômica dos elementos naturais, estes sistemas revelam a existência de um conjunto de saberes, adquiridos pela tradição, que levam à manutenção e ao uso sustentável dos ecossistemas, conforme aponta o no relato a seguir:

Eu planto entre agosto até último tardar novembro, nas lua. A única lua que não to plantando agora, é a minguante, que não dá. Aí a gente faz o manejo dos ano do plantio, pra ter sempre mandioca. Eu peguei muito isso da minha vó, a gente ia pra roça e eu fui aprendendo com ela, no dia a dia (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

Conforme a fala de C. A. (2011), existe uma preocupação com o manejo dos plantios de mandioca em sua propriedade, haja vista que a agricultora estava formando três plantios de mandioca (durante o período em que se realizaram as entrevistas, em novembro de 2011). Isto porque, com as chuvas de março de 2011, a agricultora perdeu todo seu plantio, tendo que recomeçá-lo. Desta forma, ao iniciar o replantio da mandioca, a agricultora se deteve a plantar, conforme os ensinamentos da avó, três roças de acordo com as luas, sendo uma plantada após a outra, pois para cada estágio de crescimento, a agricultora utiliza a mandioca para determinada finalidade, as quais: na produção de biju e de berereca (pratos tradicionais), de farinha e de salgados, como bolinhos de mandioca, todos destinados a comercialização.

Assim, a conservação do modo de vida local se dá pela manutenção do modo tradicional de produção, que muitas vezes, é passado de geração para geração. No entanto, se caracteriza por técnicas apropriadas conforme as condições atuais existentes, na maioria das vezes com baixo impacto sobre o meio ambiente.

Nos trechos a seguir os moradores fazem referência as práticas desenvolvidas por eles, as quais foram adquiridas por meio de seus antepassados, mas que continuam sendo desenvolvidas pelos moradores, mesmo que muitas vezes tenham que se adaptar aos imperativos ambientais e às condições de acesso e disponibilidade dos recursos naturais, a saber, no cultivo da mandioca e no artesanato com o cipó-imbé.

Essa prática de plantio da mandioca eu herdei dos meus avós, dessa época. Eu faço a mesma coisa, eu não mudei nada, tá do mesmo jeito. A única coisa que mudou, que nem ali no engenho, foi o ralador, que agora é elétrico e é uma facilidade né. O que antes demorava 2, 3 horas, agora tu faz dentro de meia hora. Mas o resto continua igual. Esse engenho tem mais de 100 anos, eu vou arrumando ele conforme eu posso. Só que não dá pra mudar, o jeito certo é esse de fazer, artesanal (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

O cipó eu aprendi com a minha família, minha vó fazia, minha mãe fazia e eu comecei a fazer também. O meu marido também tinha a família que trabalhava com o cipó. Foi passado pra gente isso [...] (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

Cabe ressaltar que o relato de C. A. (2011) aponta a inserção de novas formas e instrumentos na realização das suas atividades, como por exemplo, a utilização da energia elétrica no seu engenho de farinha, que facilita ralar a mandioca, processo o qual exige muito esforço quando feito manualmente.

Para tanto, a inserção de novas tecnologias nos processos tradicionais considera-se inevitável visto que o processo de globalização, conforme aponta Capra (2002), favoreceu uma interação entre as culturas de forma mais acelerada, introduzindo muitas vezes, processos de homogeneização e perda gradual de aspectos culturais tradicionais. No entanto, neste caso do engenho de farinha, a agricultora ressalta em sua fala “Esse engenho tem mais de 100 anos, eu vou arrumando ele conforme eu posso. Só que não dá pra mudar, o jeito certo é esse de fazer, artesanal.” (C. A., 2011), que mesmo introduzindo algumas facilidades em seu processo, não pretende “modernizar” seu engenho, por considerar que ele perderia suas características particulares. Até porque, conforme relato da agricultora, se ela reformasse seu engenho, as pessoas não iriam mais querer visitá-lo, pois “deixaria de ser tradicional, um atrativo único no local”.

Quando se fala de comunidades ou populações tradicionais, segundo, Diegues (1994), entende-se como um grupo social que tem seu modo de vida

diferenciado das populações urbano-industrial e que, via de regra, mantém uma relação direta com os recursos naturais. No entanto sabe-se que a cultura dessas comunidades não é estática, e, portanto, elas não exercem todas as atividades da mesma forma como as realizavam há gerações atrás, possuindo diferentes graus de transformação.

Os moradores que compõem o APL.Tur do Rio Sagrado possuem conhecimentos adquiridos e experimentados, por gerações, para o uso e manejo de recursos naturais do território produtivo, bem como do espaço vivido e concebido social e culturalmente. Seus conhecimentos se baseiam na transmissão oral, quer das formas produtivas quanto organizativas e culturais, como garantia da manutenção dos grupos sociais distintos.

Fazem uso de tecnologia simples, com baixa acumulação de capital, a partir de relações de produção definidas no âmbito da unidade familiar nuclear ou extensa, com reduzida divisão de trabalho, e, portanto, podem ser considerados tradicionais, de acordo com os critérios apontados por Diegues (1994), por manterem em suas atividades diárias práticas que conservam há algumas gerações. No entanto, não se ignora o fato de que incorporam novas tecnologias ao seu modo de vida e de produção. Isto porque as formas de apropriação da natureza e o desenvolvimento destas técnicas e práticas, bem como a criação de tecnologias sociais se adaptam e se transformam ao longo do tempo, se tornando tradicionais a partir do momento em que se consolidam na cultura da população local.

Cabe ressaltar aqui que os entrevistados fizeram alusão a outras práticas que não estas exploradas pela entrevista, como por exemplo, ao uso de agrotóxico, de lenha, poluição dos rios, destinação do lixo, relacionadas à conservação do meio ambiente. É importante destacar, pois são assuntos que muitas vezes os entrevistados não se sentem seguros para falar, e que quando questionados, passam a impressão de que precisam se defender, muitas vezes omitindo ou passando informações que não condizem com a realidade local. Assim, os temas surgiam espontaneamente durante as conversas e os moradores discorriam sobre eles sem constrangimento ou insegurança.

Dentre os principais cultivos, a banana, a mandioca, hortaliças e legumes, como chuchu e pimentão, são os mais representativos. Todos os entrevistados que trabalham ou possuem plantio, afirmaram não utilizar agrotóxicos. No entanto, indicaram que alguns moradores da localidade utilizam o agrotóxico em seus

plantios, principalmente nos de banana e de hortaliças, que são produzidos em maior escala .

Até 2008 não existia coleta seletiva na comunidade. A partir de então este serviço foi iniciado no local.

Eu separo o lixo hoje. Mas antes, que não tinha coleta, nada disso, o lixo era separado, mas a gente tinha um buraco, que também não ia jogar em qualquer lugar né, aí a gente colocava o lixo dentro desse buraco e enterrava [...] (Pesquisa de campo, I. I., 2011).

E agora que tem a coleta a gente separa. Eu aprendi umas dicas legais com as oficinas que tinham na cozinha, eles falavam da importância de separar, de não jogar o lixo por aí. E depois que veio a coleta, ficou bem mais fácil né. Eu levo no dia da coleta, pra não virar bagunça. Aí eles passam e já levam o lixo embora (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

Ah o lixo né, o que é reciclável eu coloco pro caminhão que passa aqui, levar né? Porque eles vêm segunda e sexta feira, tem coleta aqui, de reciclável e de orgânico. Eu, o orgânico, coloco nos pés de banana, faz um buraco e coloca ali pra virar adubo né, pra depois plantar alguma coisa, fazer a horta, pra isso (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

Um dos problemas discutidos pelos moradores é a falta de lixeiras adequadas para armazenar os resíduos, pois a coleta acontece somente nas segundas e sextas-feiras, e durante este tempo, o lixo precisa ser bem armazenado, para não poluir o local.

Conforme as ilustrações a seguir, pode-se perceber que mesmo com as lixeiras para armazenar os resíduos, muitas pessoas acabam lançando o lixo fora delas, poluindo o local. Conforme os relatos, pela comunidade estar localizada distante da área urbana, a coleta acontece duas vezes por semana, o que acaba resultando no acúmulo de resíduos nas lixeiras, e muitas vezes, por não terem um espaço adequado para depositá-lo, os moradores acabam colocando no chão. Alguns animais como cachorros e gatos reviram este lixo, espalhando pelo local, o que dificulta seu recolhimento, e em dias de chuvas, são arrastados para os rios.



FIGURA 18 – LIXEIRAS LOCALIZADAS NA ESTRADA PRINCIPAL DA COMUNIDADE

FONTE: A autora (2011)

Os entrevistados afirmam que o lixo não é uma questão fácil de trabalhar na comunidade, pois algumas pessoas não colaboram neste sentido.

É importante ter esses cuidados né, porque daqui a pouco polui e seca os rios né? Eu acho assim né, que o lixo prejudica a natureza. A minha filha briga quando a gente vai fazer caminhada. Ela leva uma sacolinha junto pra recolher o lixo no caminho. Mas assim, a situação do lixo aqui na comunidade até que tá bem agora, que tem o caminhão que leva né. Porque antes tava bem pior. Há uns 3 anos atrás que não tinha a coleta, aí ficava complicado. Mas mesmo assim, tem gente que não colabora, deixa o lixo em qualquer lugar, aí ele vai espalhando né. Dá pena, porque chove e vai tudo pro rio. Isso é uma falta das pessoas de ter responsabilidade né? Porque a gente tem que cuidar do que é da gente, a gente mora aqui! Quem que vai cuidar pra nós? Ninguém, então tem que fazer certo. Porque a coleta vem, só que o lugar tem que colaborar, tem que por o lixo certinho. Pra mim a coleta tá bom, porque a minha parte eu faço, o ruim é que nem todos fazem (Pesquisa de campo, J. S., 2011).

Uma das sugestões indicadas pelos moradores seria a instalação de mais lixeiras para a coleta, pois existem poucas na comunidade, e estão concentradas apenas na estrada principal. Ao mesmo tempo, os entrevistados indicaram reutilizar o resíduo orgânico para adubar as hortas e as plantas, e, às vezes, alimentar os animais que criam nas suas propriedades. Para a lenha, quando necessário, os moradores utilizam galhos e árvores secas disponíveis no local.

Referente à água, a maioria dos moradores tem o abastecimento fornecido pela AMORISA e estão satisfeitos com o serviço. Apenas uma moradora afirmou utilizar a água direto de uma nascente. De acordo com alguns relatos, a qualidade da água na comunidade é muito boa. Somente no ano passado é que tiveram um grande problema no abastecimento de água devido à enchente de março que atingiu

Morretes e Paranaguá, e prejudicou o fornecimento de água. Este evento causou alguns danos na comunidade, conforme o relato a seguir.

Olha, aqui choveu bastante, tanto que o rio levou as pontes né? Mas teve bairro aqui de Morretes que sofreu bem mais do que a gente aqui, que nem o Floresta.. a gente teve é sorte! A gente ficou uns dias sem luz, e sem água, a água demorou quase um mês pra voltar, água pra tomar né, porque tava muito ruim, muito suja, aí eu usava só pra lavar roupa. Mas pra beber, eu fiquei pegando do poço. Eu lembro que teve muita gente com dor de barriga, foi por causa da água. Nossa, levou um tempo pra água limpar. E outra coisa que foi ruim pra nos aqui, foi as pontes né, que até hoje ninguém arrumou (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

De acordo com os moradores, as chuvas do ano passado causaram prejuízos na comunidade, principalmente nas pontes de acesso, que ainda continuam sem reparos, e deslizamentos de algumas encostas, conforme imagens a seguir.



FIGURA 19 – DESLIZAMENTO E PONTE DE ACESSO A COMUNIDADE

FONTE: A autora (2011)

Outros problemas decorrentes das chuvas, relatados pelos moradores, foram perda do plantio, alagamentos, falta de fornecimento de água e luz na comunidade.

As chuvas não afetaram tanto a gente aqui, foi mais no Sambaqui e no bairro Floresta [ambos bairros na área rural de Morretes], que teve deslizamento. Aqui o que teve de deslizamento feio foi na serra mesmo, não atingiu aqui. O que mais me atingiu foram o plantio que eu perdi. Teve o pessoal das baixadas que foi mais atingido né, por causa dos rios que encheram, mas eu aqui graças a Deus foi tudo bem. Claro que a gente fica assustado, fiquei sem luz e água uns dias, mas a gente teve sorte de não ter sido pior. Um outro problema foi o acesso né, que as pontes que foram

levadas... e até hoje tá na mesma. Que nem eu que moro aqui no morro, aqui em cima, não deu muito problema (Pesquisa de campo, R. S., 2011).

Muitos moradores afirmaram que até metade do ano passado, a situação da comunidade estava difícil, pois muitas pessoas decidiram vender suas terras e chácaras. Isto causou certo desânimo em alguns moradores, que acabaram deixando a comunidade, mudando para outras regiões. Ao mesmo tempo, os moradores locais viram neste momento de dificuldade uma oportunidade de se unirem para resolver os estragos ocasionados pelas chuvas, fortalecendo o senso de comunidade.

Esse foi o mais difícil pra gente aqui sabe, as chuvas. Porque perder as coisas a gente não perdeu. Claro que tem um que outro que afetou mais né, perdeu a casa. Pra nós aqui foi difícil, pra sair pra Curitiba, pra Morretes, tudo. Se não fosse o pessoal se reunir pra fazer a ponte ali, não sei o que ia ser. Eu fazia comida aqui em casa e levava pro pessoal lá na ponte que tava trabalhando, a gente se ajudava como dava. Porque bastante gente veio pra ajudar a fazer a ponte. Isso foi legal que a comunidade quis se ajudar pra resolver o problema (Pesquisa de campo, I. I., 2011).

Isto demonstra que apesar das dificuldades impostas, o sentido comunitário emerge como fator fundamental para superar os problemas, a partir da união entre os moradores da comunidade para resolver os problemas comuns.

No âmbito das propostas da ZEE, buscou-se fomentar um conjunto de iniciativas que podem ser compreendidas como um processo de ensino e aprendizagem de atores locais, que complementa a educação formal, para promover um desenvolvimento territorial sustentável. Neste sentido, um intenso trabalho de educação ambiental foi desenvolvido na comunidade, contemplando crianças, jovens e adultos nas atividades propostas.

O projeto fez umas oficinas de educação ambiental né, pra comunidade, eu achei isso muito importante. Eles davam dicas, mas nem todos acatou. Eu sim, porque eu já cuidava antes. Mas sempre é bom porque a gente aprende coisa nova. Acho que quem participou das oficina sempre aprende. Teve muita gente que mudou as atitudes, começou a se preocupar mais com a natureza, isso foi muito bom (Pesquisa de campo, A. S., 2011).

Uma das atividades destacadas pelos moradores foi a Oficina de Indicadores Socioambientais realizada junto ao Programa de Honra em Estudos e Práticas em Ecosocioeconomia/Projeto Intervivência Universitária. Por meio de uma série de oficinas a partir da aplicação de uma metodologia de monitoramento de

indicadores socioambientais, teve como objetivo identificar indicadores socioambientais participativos, como: movimento de massa, produção de lixo, existência de mata ciliar, índice de pluviosidade, presença de vegetação exótica, monitoramento do volume de água dos rios, e bioindicadores.

Um dos resultados significativos deste trabalho foi a realização de oficinas educativas com intuito de sensibilizar adolescentes da comunidade às questões ambientais, no sentido de propor ações futuras para o desenvolvimento sustentável no território do Rio Sagrado. Outro resultado importante foi formatação de uma cartilha com a participação dos adolescentes, que informa aos moradores locais sobre riscos ambientais, como movimentos de massa e inundações e os procedimentos que devem ser adotados no caso de um desastre ambiental (GRIMM, 2010).

É interessante destacar também que, o tema de conservação da biodiversidade no Rio Sagrado se constitui, na maioria dos depoimentos, como uma questão prioritária, fundamental. Isto porque os atores locais associam a proteção do patrimônio natural como uma forma de garantir sua subsistência, uma vez que a sua sobrevivência depende de um ambiente bem conservado. Mas para que seja evitado o uso inadequado dos recursos naturais renováveis pela população local é necessário investimento para a melhoria da qualidade de vida destas populações e a garantia da integridade do território para as gerações futuras, conforme elucida o depoimento seguinte.

Eu acho importante cuidar da natureza, que nem nós aqui, tem umas chácaras mais pra cima daqui, um pessoal de fora, que jogam lixo no rio, e isso desce né? A gente vive tirando, limpando. Que nem o IAP, esses do meio ambiente, eles acham que é nós que jogamos. Se fosse o pessoal aqui do lugar, se o problema fosse nós. Claro que tem os que não tem consciência aqui na comunidade. Mas eu cuido, porque se deixar por conta desse pessoal de fora.. A gente briga por causa do lixo. Muita gente desses visitantes, eles sujam sabe, acham que é só usar na hora o lugar e acabou. Mas nós não, nós precisamos daqui, as pessoas daqui cuidam. Nós mesmos cuidamos, porque senão já não existia mais nada aqui (Pesquisa de campo, C. A., 2011).

Este quadro aponta para uma questão bastante discutida pelos moradores no que tange a conservação do território do Rio Sagrado. Para eles, quem polui e desmata, muitas vezes, não pertence ao Rio Sagrado, ou seja, são turistas e/ou moradores temporários (proprietários de chácaras). Isto porque quem vem para passar passear e visitar o local, não possui um vínculo, diferente dos que moram e

convivem ali. No entanto, o que se destaca neste relato é a importância que o entrevistado confere a conservação do ambiente em que está inserido, destacando sua colaboração e preocupação com o lugar onde vive.

Ao mesmo tempo, existe certo receio por parte dos moradores quanto às questões da conservação, pelo fato da região estar inserida na Área de Proteção Ambiental de Guaratuba. O conselho gestor da APA de Guaratuba foi constituído no dia 23 de dezembro de 2005, no município de Guaratuba, a partir de uma reunião para a nomeação e posse dos Conselheiros escolhidos pelas comunidades inseridas na APA, tendo como órgão gestor o Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

Os entrevistados afirmaram ter conhecimento sobre o significado da APA, sendo que na maioria dos relatos, associaram a APA com a “preservação” das matas e dos rios.

A gente cuida né do cipó, porque aqui tem uma APA, que é pra preservar a mata (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

A gente só ficou sabendo do que se tratava a APA depois que ela foi colocada aqui. A APA é pra cuidar da natureza, preservar o rio, a mata, os animais do lugar (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

No entanto, se mostraram surpresos ao saber que a APA de Guaratuba tinha sido implantada em 1992. De acordo com os entrevistados, uma única reunião foi realizada na comunidade, no ano de 2006, para tratar de assuntos referentes a implantação da área de preservação.

A comunidade participou da primeira reunião, o barracão do São Francisco ficou cheio, fiquei até impressionada. Porque os terrenos de bastante pessoas tava na APA, aí o pessoal foi pra ver se os terrenos tavam dentro né? Ficaram com medo de perder os terrenos, e também porque tem um monte de restrição né, aí se tu não cumpre eles multam (Pesquisa de campo, I. I., 2011).

Neste sentido, os moradores se consideram excluídos do processo de participação e construção da APA, conforme relato a seguir:

A gente ficou sabendo da APA só em 2006, teve uma reunião aqui, eu fiquei interessada, fui lá ver né, foi o IAP que fez a reunião. Só não sei o porque que a gente não ficou sabendo antes disso. Eles simplesmente vêm e falam que tem uma APA aqui e que algumas casas estão dentro. E que a gente tem que preservar. Mas e a nossa opinião não conta? Queria saber o porque que eles não consultaram os moradores antes de criar isso (Pesquisa de campo, M. C., 2011).

O que falta é eles trazerem mais essas questões aqui pra comunidade, explicar melhor. Porque quando eles criaram a APA ninguém ficou sabendo. Então como que decidem as coisas sem falar com a gente que mora aqui? Isso não tá certo (Pesquisa de campo, R. S., 2011).

De acordo com as reflexões inferidas neste trabalho, os conflitos entre as populações locais e a implantação de unidades de conservação acontece, muitas vezes, por não considerar os interesses e anseios das populações locais na sua implementação (DIEGUES, 1994). Neste sentido, a gestão comunitária da UC não se consolida da forma como deveria acontecer. Verifica-se, portanto, a necessidade de se pensar um sistema de gestão adequado, do qual participassem lideranças locais e proprietários das terras inclusas em seus limites (KALIKOSKI, 2007).

Depois da implantação da APA, os entrevistados apontam que aconteceram algumas ações de fiscalização, principalmente por denúncias de corte de palmito e do cipó. Um dos entrevistados relatou um episódio em que o IAP esteve em sua residência.

Eu por exemplo que trabalho com o cipó, depois que o IAP foi na minha casa e viu que eu só utilizava pra fazer o artesanato, não tive que mudar nada o jeito como eu tirava o cipó. A gente tira o cipó como antes, porque é pouca quantidade né? Aí eu não vejo problema pra natureza, a gente não tá desmatando. (Pesquisa de campo, R. A., 2011)

Outra questão em que os moradores afirmaram existir fiscalização é no controle de construções/obras realizadas nas propriedades pertencentes à APA. Ao mesmo tempo, a comunidade sente falta de informações sobre o que é permitido ou não, o que pode ser feito, quais as restrições, e isto gera um sentimento de insegurança por parte dos moradores.

Morar na APA é meio complicado, porque você vai ficar meio monitorado, tem que conservar como tava, não pode fazer coisas novas, não pode mexer. Por exemplo, se você quer construir aqui, tem que ir pegar uma licença pra isso, se não eles multam (Pesquisa de campo, I. I., 2011).

A gente fica com medo de fazer alguma coisa que é proibida. Eu sei que tem que preservar, isso eu sempre fiz. Mas tem coisas que a gente não sabe. E tem um monte de restrição né, na APA. Aí se a gente não faz tudo certo, eles vêm e multam (Pesquisa de campo, R. A., 2011).

De acordo com o Plano de Manejo (2006) da APA de Guaratuba, o licenciamento ambiental de empreendimentos em APAs deve seguir os

procedimentos usuais já estabelecidos pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente, de acordo com as características do empreendimento ou atividade. No caso da obra a ser licenciada estar situada dentro dos limites de uma APA, a observância dos dispositivos legais referentes às APAs é feita diretamente aos órgãos licenciadores. O Plano indica ainda, que os empreendimentos habitacionais sujeitos à aprovação, devem cumprir o estabelecido pela resolução CONAMA 10/88, em relação à disponibilização de no mínimo 20% de área do terreno para o plantio de árvores.

No entanto, a maior parte dos entrevistados relatou não conhecer ou participar dos assuntos relacionados à APA, uma vez que não participaram das reuniões e discussões sobre a criação da mesma. A falta de interesse foi uma das justificativas da não participação dos moradores no processo de discussão sobre a APA. Ainda, a maioria desconhece o funcionamento e a importância de participar do Conselho, tanto que não souberam informar se existe algum representante da comunidade participando deste órgão. De acordo com informações obtidas no acesso às atas das reuniões do Conselho da APA de Guaratuba, uma das comunidades de estudo (Candongia) da Microbacia do Rio Sagrado, possuía um membro comunitário como representante no Conselho, mas atualmente não tem enviado representante, o que acaba dificultando o diálogo sobre as questões de interesse entre a APA e as comunidades.

Neste contexto, outro argumento importante mencionado por um dos atores locais, diz respeito à necessidade de entendimento da população sobre o conjunto de políticas públicas de proteção da natureza, a partir de uma explanação sobre as principais diretrizes e normas que regem a APA. O Plano de Manejo (2006) da APA de Guaratuba prevê a realização de um conjunto de programas de desenvolvimento, abrangendo os seguintes temas: Participação Pública, Operacionalização, Implantação Cadastro Rural, Recuperação de Áreas Degradadas, Conservação, Uso e Manejo de Sítios Arqueológicos, Agroecologia e Agricultura orgânica, Conservação da Biodiversidade, Qualidade das Águas, Gestão do Meio Físico, Turismo Sustentável, Pesquisa, Monitoramento, Controle e Fiscalização. No entanto, aponta que a implantação desses programas deve ser realizada a partir do início da efetiva implementação do Plano de Manejo, prevista para os próximos 6 anos (MANEJO, 2006).

Para tanto, a participação de um representante da comunidade no Conselho Gestor da APA é de fundamental importância, criando uma ponte entre o órgão

gestor e a comunidade local. Verifica-se, portanto a necessidade de uma comunicação interativa com atores institucionais e população em geral, para construir um conhecimento coletivo acerca da APA de Guaratuba, a partir de informações sobre conservação socioambiental, bem como garantir a representatividade na gestão ao multiplicar agentes e/ou lideranças locais. Sabe-se que muitos são os desafios neste processo, conforme apresenta um dos moradores.

Os desafios, eles são grandes e depende em parte, da própria comunidade, dela se organizar e participar das reuniões. Mas depende também de uma vontade política, que é a gestão da APA. Ela precisa fazer oficinas e reuniões nas comunidades para explicar melhor o que precisa ser feito, o que pode e o que não pode, tem que ter um acompanhamento técnico, e esses eu acho que são os maiores desafios. (Pesquisa de campo, M. C., 2011)

Sendo assim, considera-se fundamental o diálogo entre os atores institucionais e órgãos de fiscalização da APA e as populações residentes, promovendo discussões de propostas e estratégias para o desenvolvimento de forma integrada, intersetorial e interdisciplinar. Esta percepção é importante porque, atualmente, no Brasil, a temática envolvendo as áreas protegidas constitui uma questão estratégica, no âmbito das políticas públicas de proteção da biodiversidade, em articulação com as demandas de desenvolvimento territorial. No entanto, na prática, esta questão institucional na comunidade de estudo merece maior atenção. Assim, o processo poderá acontecer de forma articulada entre os diversos agentes envolvidos, considerando as escalas de poder de decisão, a partir das premissas da gestão comunitária (KALIKOSKI, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa foi discutido o que pensam, sentem e almejam os moradores do território Rio Sagrado diante da experiência do Arranjo Socioprodutivo de Turismo Comunitário (APL.Tur) no Rio Sagrado. Com este objetivo foram interpretados aspectos socioeconômicos e políticos, bem como aspectos socioambientais sob a ótica dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento do arranjo territorial. Ao mesmo tempo, a pesquisa proporcionou elucidar significados, potencialidades, benefícios, impactos indesejáveis, obstáculos, demandas locais, contexto desejado de participação no processo e desafios a serem transpostos pela proposta. Isto permitiu traçar alguns cenários possíveis para o planejamento e gestão do APL.Tur.

Neste contexto, é importante enfatizar que a iniciativa do APL.Tur foi interpretada como uma possibilidade para o desenvolvimento territorial, não apenas em função de seu potencial para a geração de renda, mas também por reafirmar o modo de vida local. A leitura sob a ótica local considerou ainda o APL.Tur como uma alternativa produtiva importante para a permanência dos atores envolvidos na comunidade, a partir das oportunidades que o arranjo propicia para a manutenção do seu modo de produção.

Com esta compreensão, a principal potencialidade para o Turismo de Base Comunitária, foi associada à valorização do modo de vida local, sendo este caracterizado, sobretudo pelos costumes tradicionais no manejo sustentável dos recursos naturais renováveis e no modo de organização comunitária e do trabalho.

O TBC, compreendido como estratégia de desenvolvimento, traz a oportunidade para que os moradores de comunidades rurais, quilombolas, pescadores artesanais, entre outros, possam continuar no seu território, ao invés de se dirigir para estradas ou aos centros urbanos para vender seus produtos. O TBC faz com que o consumidor vá até o produtor, conheça o modo de vida dos moradores, a sua família, seus costumes e tradições. Desta forma, mais do que gerar renda, o TBC pode fazer o caminho inverso do que é posto pelo turismo convencional. E isto se reporta à valorização e manutenção da identidade local.

Assim, o potencial reconhecido para o APL.Tur no Rio Sagrado tende a se vincular, de forma integrada, à valorização do patrimônio natural e cultural, o que

implica no fortalecimento da cultura tradicional, nas relações de pertencimento e empoderamento destas populações, e no uso sustentável dos recursos naturais renováveis.

A partir do reconhecimento das potencialidades locais para o desenvolvimento do arranjo, foram identificados diversos benefícios que podem ser gerados por esta iniciativa, relacionados à sua importância econômica, mas principalmente à valorização da cultura tradicional, como novas percepções decorrentes da troca de experiência entre a população local e os turistas que visitam a área, com base no pressuposto de compromisso ético, respeito e engajamento entre visitante e anfitrião.

O Turismo de Base Comunitária, segundo Mendonça (2003), possibilita a apropriação de benefícios gerados pela atividade, na qual a comunidade passa de espectadora à protagonista de seu próprio desenvolvimento, uma vez que os recursos são aplicados para a melhoria da qualidade de vida local como um todo. Estes fatores, juntamente com a forma de relacionamento afetiva entre visitantes e visitados, ultrapassam as relações comerciais, consolidando laços afetivos singulares que formam a essência do Turismo Comunitário.

No entanto, a dinâmica do APL.Tur observado no contexto atual do território do Rio Sagrado pode acarretar também impactos indesejáveis. Este aspecto não foi muito explorado pela ótica local, mas considera-se fundamental que ações de avaliação e reestruturação do arranjo sejam reavaliadas constantemente, a fim de evitar problemas e conflitos que possam interferir no cotidiano e nas relações entre os moradores locais.

Ao mesmo tempo, alguns obstáculos emergiram dos resultados da pesquisa, como reais entraves ao processo de desenvolvimento do APL.Tur. Estes se relacionam, principalmente, à organização comunitária incipiente – mesmo que tenha sido determinante no processo de criação e manutenção do arranjo, à carência de infraestrutura básica, dificuldades de comercialização, bem como à ausência de iniciativas do poder público na comunidade. Estes não são obstáculos simples a serem superados, principalmente, pelo fato de o apoio efetivo dos órgãos responsáveis ainda ser incipiente na região.

Mesmo com dificuldades na coesão e participação comunitária, os membros comunitários que estão envolvidos nas atividades buscam identificar e propor soluções para seus problemas, ou seja, organizar, coordenar e articular os

encadeamentos do arranjo socioprodutivo, atuando como protagonistas de seu próprio desenvolvimento. Dentre os principais benefícios relatados pelos entrevistados, despontam como fundamentais a educação e qualificação proporcionadas pela experiência nestes cinco anos, fator de grande motivação para que membros da comunidade buscassem o aperfeiçoamento profissional, retomassem os estudos, promovendo a participação e empoderamento destes indivíduos, a partir do fortalecimento e desenvolvimento pessoal.

É evidente a falta de apoio do poder público na comunidade. Para tanto, sugere-se que um novo compromisso político seja adotado nas ações de planejamento para o desenvolvimento territorial. Refere-se a uma cooperação intermunicipal com base nas formas associativas, juntamente com a participação da comunidade e a parceria com a esfera pública na elaboração de ações integradas visando a melhoria da qualidade de vida dos residentes. Isto, portanto, requer planejamento quanto às ações relativas à infraestrutura, programas de formação profissional e políticas de incentivo a saúde e educação, oportunizando assim melhorias socioeconômicas para a localidade. Para os próprios moradores do Rio Sagrado, estas demandas poderão ser viabilizadas por meio de parcerias entre a população local e as diversas instituições envolvidas no processo.

No que tange aos aspectos socioambientais, é interessante ressaltar também que o tema de conservação da biodiversidade, para a maioria dos entrevistados, se constitui como questão importante para a manutenção dos modos de vida locais. Os moradores demonstraram se preocupar com a conservação da biodiversidade, uma vez que muitas famílias têm o seu sustento a partir do meio natural. Estes membros comunitários desenvolvem práticas específicas ao longo dos anos, a partir de um manejo tradicional desses recursos – mesmo que em consonância com novas práticas inseridas nesse processo, as quais permitem a adaptação diante de seus interesses e necessidades de reprodução social e conservação ambiental.

No entanto, pelo fato da comunidade estar inserida na APA de Guaratuba e por existirem diversas dúvidas sobre as normas que regem a unidade, se considera importante o diálogo entre o órgão gestor da APA e população local. Cabe ressaltar que esta pesquisa não teve como pretensão maior, interpretar e discutir as relações entre as comunidades locais e a unidade de conservação. No entanto, durante a pesquisa verificou-se a necessidade de maiores reflexões sobre esta questão.

Assim, sugere-se como uma possibilidade de aproximação e discussão, o estabelecimento de um comitê representativo da comunidade no Conselho Gestor da APA, a fim de acompanhar as ações e projetos no âmbito da gestão da unidade, buscando esclarecer as questões sobre restrições de uso dos recursos, a partir dos princípios de funcionamento desta categoria de manejo de UC.

Desta forma, a proposta do APL.Tur vislumbra uma parceria entre as variadas instituições da sociedade civil, socioempreendimentos, juntamente com o apoio do poder público, organismos os quais contribuem a sua maneira no processo de desenvolvimento das ações propostas pelo arranjo. Ao mesmo tempo, o fomento da iniciativa de TBC precisa acontecer em consonância com a implementação de políticas públicas voltadas à valorização da identidade local. Este processo tem como suporte a união de experiências consideradas alternativas sustentáveis de desenvolvimento no território identificado nesta pesquisa, mas que podem ser levados a outras localidades da região do Litoral do Paraná, se valendo das tradições locais somadas aos atributos naturais.

No âmbito do Litoral Paranaense, a experiência do APL.Tur traz algumas possibilidades para se pensar o desenvolvimento da região. O Litoral Paranaense constitui uma das franjas aluviais, senão continentais, mais contínuas de Floresta Atlântica, resultado também de uma política de criação de Unidades de Conservação federais e estaduais de proteção integral (livres de alterações causadas por interferência humana) e de uso sustentável (conservação da sociobiodiversidade).

Embora atualmente o território possua vulnerabilidade socioeconômica devido à ausência histórica de políticas públicas, a conjuntura não é provocada pela criação de Unidades de Conservação dos últimos 20 anos, embora também haja dúvidas de quanto uma restrição ambiental possa desfavorecer comunidades tradicionais. O que mais surpreende, tratando-se tanto de paisagens exuberantes quanto de modos de vida tradicionais, é a incipiência da atividade turística, embora haja, por outro lado o chamado turismo de massa, predominantemente sazonal, que se dá no litoral norte paranaense: Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná e Paranaguá (Ilha do Mel), deixando um rastro de mazelas bem conhecidas: contaminação de balneários por coliformes fecais, especulação imobiliária, ocupação desordenada, abandono de atividades tradicionais (pesca artesanal), subemprego ou precariedade do trabalho, poluição sonora, além de outros.

Neste contexto é propício pensar políticas públicas de geração de trabalho e renda que relevam critérios de sustentabilidade ambiental. Cresce a busca por alternativas sustentáveis para atividades socioprodutivas, sobretudo quando estas atividades podem conter componentes de risco ambiental, como é o caso do litoral do Paraná, e que sejam viabilizadas por arranjos institucionais no litoral paranaense que fomentam o desenvolvimento como o saudoso Fórum de Economia Solidária, constituído por muitos produtores, principalmente por artesãos, o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e do Artesanato (CORDRAP), atualmente em vias de reorganização, e o Conselho de Desenvolvimento Territorial (COLIT). Assim, urge o fomento de socioempreendimentos individuais e compartilhados governados em rede, denominados por arranjos socioprodutivos e políticos de base comunitária, solidária e ecologicamente sustentável (APL.Com), tal como acontece na experiência das comunidades da Microbacia do Rio Sagrado.

Os APL.Com poderiam ser potencializados também no litoral paranaense a partir da cadeia produtiva de orgânicos. Segundo o Estudo de Mercados Orgânicos no Paraná (IPARDES, 2007b), Antonina e Morretes estão entre os principais municípios produtores na categoria hortaliças, plantas medicinais e frutas do Estado. No entanto, a produção se concentra em empresas privadas de processamento, cachaça no caso de Morretes e banana-passa em Antonina, com exceção do processamento e de seu beneficiamento da banana-passa e da bala de banana em Guaraqueçaba por uma associação rural, tal como acontece na Associação Comunitária Candonga (Rio Sagrado) com a agroindustrialização de frutas e da mandioca.

A proximidade com a região metropolitana de Curitiba favorece a comercialização em feiras orgânicas, ou mesmo na própria região com o sistema de entrega a domicílio e na venda nas próprias propriedades: sistema Colha-e-Pague, com prova e degustação, como se vem pensando no contexto do turismo comunitário no Rio Sagrado. O APL.Com em torno da agricultura orgânica poderia se valer do arranjo institucional constituído pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Comissão da Produção Orgânica do Paraná, Secretária do Paraná de Agricultura e do Abastecimento, EMATER, Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), Centro Paranaense de Referência em Agroecologia, Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR), TECPAR, Rede Ecovida de Agroecologia, o Curso de Tecnologia de Ensino Superior em Agroecologia da UFPR-

Litoral e as Prefeituras e suas respectivas secretárias, inclusive da Educação, com a possibilidade de fornecimento da merenda escolar (IPARDES, 2007b).

Muitas das organizações que constituem ou podem vir a constituírem um arranjo socioprodutivo e político de base comunitária, solidária e ecologicamente sustentável no litoral paranaense (podendo se estender ao Vale do Ribeira) são grupos produtivos ou movimentos sociais que ainda não possuem constituição jurídica formal. O Fórum de Economia Solidária do Litoral Paranaense, iniciado em 2009, contando com o apoio da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, atualmente sendo oxigenado para que retome as suas atividades, representa um espaço de articulação que produtores e artesãos (representados por suas associações), podem constituir em uma experiência piloto de replicação do APL.Tur em curso da Microbacia do Rio Sagrado.

Pela diversidade de comunidades rurais (não necessariamente agrícolas) e costeiras que se identificam a partir da agricultura familiar, entendida como uma função socioeconômica que caracteriza populações tradicionais e que possui dimensão multifuncional, sobretudo quando instaladas dentro de Unidades de Conservação de uso sustentável ou, então, em zonas de amortecimento de áreas de proteção integral do Litoral, o Turismo Comunitário constitui uma pluriatividade rural sob tais termos. O Turismo Comunitário integra as atividades econômicas em vivências, serviços de hospedagem e de alimentação, o que a priori não o diferencia dos demais segmentos de turismo. A diferença está no entendimento da atividade turística como subsistema interconectado com outros subsistemas, educação, saúde e meio ambiente. Assim, o Turismo Comunitário é pensado como proposta de desenvolvimento territorial sustentável (CORIOLANO; SAMPAIO, 2009).

Diante das transformações destacadas no diálogo com os moradores locais, considera-se que o projeto de APL.Tur oportunizou, além da criação de alternativas que complementam a renda familiar, mas como fator essencial, a manutenção de seus modos de vida. Ou seja, ao mesmo tempo em que não anula os aspectos econômicos, a experiência de arranjo socioprodutivo de turismo de base comunitária foi interpretada pelos envolvidos como uma possibilidade para o desenvolvimento territorial, motivada pela aspiração dos seus moradores na busca da melhoria da qualidade de vida, valorizando seus conhecimentos tradicionais, em harmonia com a manutenção de sua cultura e a conservação do patrimônio natural.

O APL.Tur teve o TBC como pano de fundo de transformações que repercutiram nos níveis da vida social e do ambiente natural. Neste sentido, a experiência de TBC no território do Rio Sagrado favoreceu o que existe de mais relevante na visão dos atores sociais: a valorização e o reconhecimento atribuído às atividades tradicionais, especificamente o conjunto de bens materiais e imateriais que compõem a identidade cultural das comunidades. Abarcou ainda da oportunidade de crescimento pessoal e da autoestima dos moradores, a partir do acesso à novas oportunidades de aprendizagem, sejam elas no estudo, na participação de oficinas e cursos, como na troca de saberes e experiências com outros indivíduos.

Dentre os achados desta pesquisa, a proposta do APL.Tur compreendeu mais do que uma estratégia utilizada para a geração de trabalho e de renda para os socioempreendimentos envolvidos. É fato que esta questão da renda atrai o interesse dos participantes, que muitas vezes acabam se aproximando devido a este fator de ganho. No entanto, a partir do APL.Tur, foram realizadas diversas ações de educação incrustadas num discurso de ecodesenvolvimento. Desta forma, o ganho maior que o arranjo alcançou foi proporcionar o acesso das pessoas ao conhecimento, à Universidade, à outras pessoas e experiências. Não que isto irá torná-los melhores indivíduos. Como afirma Sen (2000), a concepção de desenvolvimento está intimamente ligada à noção de liberdade, a qual pode ser compreendida como ampliação das oportunidades e escolhas para a promoção do bem-estar e das potencialidades dos indivíduos. Desta forma, o acesso à novas oportunidades faz com que tenham o direito de escolha de um novo caminho a ser traçado, caminho o qual pode ser decidido por eles mesmos.

Por fim, cabe ressaltar que neste universo de estudo, a proposta do APL.Tur foi evidenciada como uma alternativa de desenvolvimento territorial sustentável para as famílias envolvidas, tendo o Turismo Comunitário como principal vetor neste processo. Ao mesmo tempo, espera-se que os resultados obtidos por esta pesquisa possam instigar novos estudos que contribuam para a discussão da temática.

Em que pesem as limitações deste estudo, esta pesquisa espera ser fonte inspiradora para que a experiência de desenvolvimento do Arranjo Socioprodutivo de Turismo de Base Comunitária do Rio Sagrado possa promover e inspirar novas iniciativas. Iniciativas baseadas na escolha coletiva, no empoderamento comunitário, movidas pela aspiração dos seus moradores na busca por melhores condições de

vida. Isto porque a iniciativa do APL.Tur do Rio Sagrado traz ensinamentos importantes, nos quais novas formas de desenvolvimento são possíveis.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Conflitos ambientais – a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, H.(org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Bolt, 2004.

ALBAGLI, S. e BRITO, J. **Arranjos Produtivos Locais: Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE – Glossário de Arranjos Produtivos Locais**. RedeSist, 2002. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist>>. Acesso em: 10/11/2010.

AGRAWAL, A. Common property institutions and sustainable governance of resources. **World Development**, v. 29, n.10, p.1649-1672, 2001.

ANDRIGUETTO FILHO, J. M.; MARCHIORO, N. P. X. Diagnóstico e problemática para a pesquisa. In: RAYNAUT, C. (ed.). **Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade**. Curitiba, 2002. Editora da UFPR.

BARRAL, W. Direito e desenvolvimento: um modelo de análise. In: BARRAL, W. (Org.). **Direito e desenvolvimento: análise da ordem jurídica brasileira sob a ótica do desenvolvimento**. São Paulo: Singular, 2005.

BARTHOLO, R.; SANZOLO D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Letra e Imagem, 2009.

BECKER, B. K.; LÉNA, P. Pequenos empreendimentos alternativos na Amazônia. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003.

BERKES, F. Commons in a multi-level world. **International Journal of the Commons**, v.2, n.1, p.1-6, 2008.

BERKES, F. **Sacred Ecology**. Traditional Ecological Knowledge and Resource Management. Taylor & Francis, Philadelphia and London, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Unidades de Conservação. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 25/09/2011.

BRUSECKE, Franz. Desestruturação e desenvolvimento. In: FERREIRA, L., VIOLA, E. (orgs.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Unicamp, 1996.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

CAPRA, F. As Redes do Capitalismo Global In: **As Conexões Ocultas: ciência para uma vida sustentável**. Trad. Marcelo B. Cipolla. Editora Cultrix. 3ª ed. São Paulo, 2003.

CARRIÈRE, J-P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **EISFORIA**, Florianópolis, v. 4, Dez. 2006, p. 23-48.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. **Aglomerações geográficas e sistemas produtivos e de inovação**. Nota Técnica do Projeto Promoção de Sistemas Produtivos Locais de Micro, Pequenas e Médias Empresas Brasileiras. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Rio de Janeiro. IE/UFRJ, 2002. Disponível em: <<http://redesist.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 10/11/2010.

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo, Cortez Editora, 1995. 429 p.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de Our common future. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONSELHO GESTOR. **Conselho Gestor APA de Guaratuba**. Disponível em: <<http://conselhoapaguaratuba.blogspot.com.br/search/label/Legisla%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 15/08/2011.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Do Local ao Global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas, SP: Papirus, 1998. 160p. (Coleção Turismo).

_____. Os Limites do Desenvolvimento e do Turismo. In: CORIOLANO, L. N. M. T. **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Fortaleza: FUNECE, 2003.

_____. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006. 238 p.

CORIOLANO, L. N. e SAMPAIO, C. A. C. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e América Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTUR)**, v.3, p. 4-24, 2009.

CORIOLANO, L. N. M. T.; SILVA, S. C. B. de M. **Turismo e geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: Ed. UECE, 2005.

DALY, H. "Políticas para o desenvolvimento Sustentável". In: CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo, Recife: Editora Cortez e Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

DIEGUES, A. C. S. **Populações tradicionais em Unidades de Conservação: o mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/CEMAR/USP, 1994.

DIEGUES, A. C. S. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

DIETZ, T.; OSTROM, E.; STERN, P.C. The Struggle to Govern the Commons. **Science**, v.302, p.1907-1912, 2003.

FENNY, D. et al. A Tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A.; MOREIRA, A. C. (Orgs.). **Espaços e recursos de uso comum**. 2001. p. 17- 42.

FELSKI, H.; SAMPAIO, C. A. C.; DALLABRIDA, I. S. O processo de tomada de decisão sob o viés da ecossocioeconomia das organizações: o caso de uma cooperativa catarinense de artesãos. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, vol. 12, n. 1, 2010, pp. 83-97. Universidade Federal de Lavras, Brasil.

FERREIRA, L. da C. et al. Conflitos Sociais em Áreas Protegidas no Brasil: Moradores, Instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. **Ideias**, São Paulo, v.8, n.2, p. 115-150, 2001.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GALINDO-LEAL, C.; CÂMARA, I. G. **Mata Atlântica: Biodiversidade, Ameaças e Perspectivas**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2005. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/CapituloIStatusdoHotspotMataAtlantica.pdf>>. Acesso em 20/05/2011.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **La Décroissance: Entropie, Écologie, Économie**. Paris: Editor Sang de la Terre, 1995.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª Edição, São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, R. P. A Ecopolítica da Sustentabilidade em Tempos de Globalização Corporativa. In: GARAY, I. E. G.; BECKER, B. K. (Orgs.). **Dimensões Humanas da Biodiversidade: O desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

GRIMM, I. J. **Planejamento Territorial: Uma Metodologia de Monitoramento de Indicadores Socioambientais na Microbacia Hidrográfica do Rio Sagrado, Morretes (PR)**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional). Universidade Regional de Blumenau – FURB, 2010.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. **Science**, v. 162, n.3859, p.1243-1248, 1968.

HOLLING, C.S.; BERKES, F. & FOLKE, C. Science, sustainability, and resource management. In: BERKES, F. & FOLKE, C. **Linking social and ecological systems: management practices and social mechanisms for building resilience**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p.342-362.

HONORÉ, C. **Devagar: como um movimento internacional está desafiando o culto da velocidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005. 2. ed.

IAP. INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Caracterização dos municípios da APA de Guaratuba**, 2006. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/iap>>. Acesso em: 03/03/2011.

IAP. INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Unidades de Conservação do Paraná**, 2011. Disponível em: <<http://www.uc.pr.gov.br/>>. Acesso em: 03/03/2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo populacional do Paraná 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_parana.pdf>. Acesso em: 07/05/2011.

IHU – Instituto Humanitas Unisinos. **Entrevista com Serge Latouche**, 2010. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/>>. Acesso em: 18/06/2011.

ILLICH, I. **A convivencialidade**. Trad. Arsênio Mota. Lisboa: Europa-América, 1976.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná em números**, 2007a. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 18/06/2011.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **O mercado de orgânicos no Paraná**, 2007b. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 18/06/2011.

IRVING, M. A. Participação – questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

KALIKOSKI, D.C. Áreas marinhas protegidas, Conservação e Justiça social: Considerações à luz da Teoria dos Comuns. In: **Áreas Aquáticas Protegidas como um Instrumento de Gestão Pesqueira**. Brasília: Núcleo da Zona Costeira e Marinha, Ministério do Meio Ambiente (Eds.) p. 55-69, 2007.

KELLER, F. A. **Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária: Um projeto piloto na comunidade do entorno da micro-bacia do Rio Sagrado (Morretes/PR)**.

Dissertação (Programa de Pós-graduação em Administração). Universidade Regional de Blumenau, 2008.

LATOUCHE, S. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. Martins Fontes: 2009.

LEFF, E. **La Racionalidad Ambiental y el fin del Naturalismo Dialetico. Persona Y Sociedad**. Santiago do Chile: 1999, Número Especial.

_____. **Saber Ambiental, Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEMOS, C. **Micro, pequenas e médias empresas no Brasil: novos requerimentos de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais**. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), 2003.

MALDONADO, C. **Pautas metodológicas para el análisis de experiencias de turismo comunitário**. Ginebra, Suíza: Organización Internacional del Trabajo, 2005.

MALDONADO, C. O turismo comunitário na América Latina: gênese, características, e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAX-NEEF. M. **La dimension perdida: la inmensidad de la medida humana**. Içaria: Barcelona, 2008.

MEADOWS, D. **Limites do crescimento: a atualização de 30 anos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

MENDONÇA, T. C. M. **Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não Secou?** Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Programa EICOS/IP, 2003.

MILANI, C. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Escola de Administração da UFB (NPGA/NEPOL/PDGS), 2005.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MONTANHA BEIJA-FLOR DOURADO. **Hospedaria e Espaço de Convivencialidade Montanha Beija-Flor Dourado**. Disponível em: <<http://www.montanhabeijaflordourado.com.br/>>. Acesso em: 05/09/2010.

MORRETES. Prefeitura Municipal de Morretes. **Informações turísticas**. Disponível em: <<http://www.morretes.pr.gov.br>>. Acesso em: 05/09/2010.

MYERS, N. et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature** 403: 853-845, 2003.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1990. 280p.

PLANO DE MANEJO. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba. Instituto Ambiental do Paraná**. Programa Pró-Atlântica, 2006. Disponível em: <http://www.uc.pr.gov.br/arquivos/File/Plano_de_Manejo/APA_Guaratuba/Plano_de_Manejo_APA_de_Guaratuba.pdf>. Acesso em: 15/09/2011.

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem nos processos de desenvolvimento para as economias do sul**. Raízes, Vol. 24, jan.-dez./2005.

PIERRI, N. E. **Análisis crítico del instrumento de evaluación de impacto ambiental y su aplicación en Uruguay**. Tese de Doutorado. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Curitiba: UFPR, 2002.

PIERRI, N. E. O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 8, p. 25-41, jul /dez. 2003. Editora UFPR.

PIERRI, N. E. et al. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 13, p. 137-167, jan./jun. 2006. Editora UFPR.

PIMENTEL, A. B. **Hospedagem domiciliar na cidade do Rio de Janeiro: o espaço de encontro entre turistas e anfitriões**. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado. Programa EICOS, 2007.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, FGV. 1996.

RABINOVICI, A. Organizações não governamentais e turismo: trilhando os conceitos de participação e sustentabilidade. **Anais... II Seminário Internacional de Turismo Sustentável**. Fortaleza, 2008.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001, 176p.

RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. Unidades de conservação brasileiras. **Megadiversidade**, Volume 1, nº 1, julho 2005, p. 27-35. Disponível em: <http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/06_rylands_brandon.pdf>. Acesso em: 10/08/2011.

ROCHA, S. S. **O turismo na Prainha do Canto Verde (CE): comunidade e sustentabilidade**. Dissertação de Mestrado, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2003.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir**. São Paulo, SP: Vértice, 1986. 107 p.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: Desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel; 1997, p. 25 – 35.

_____. **Desenvolvimento Humano, trabalho Decente e o Futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil**. Brasília-DF: SEBRAE/UNDP. 2002.

_____. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. São Paulo: Garamond, 2004.

_____. **Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

_____. **Gestão que privilegia uma outra economia: ecosocioeconomia das organizações**. Blumenau: EDIFURB, 2010.

SAMPAIO, C. A. C. et al. **Arranjo Produtivo Local (APL) voltado para o turismo educativa na área da Lagoa de Ibiraquera (Garopaba e Imbituba – SC): pesquisa-ação de um experimento em comunidades localizadas em zonas costeiras sob o enfoque do Ecodesenvolvimento**. Florianópolis, 2004. Mimeo.

SAMPAIO, C. A. C.; ZECHNER, T. C.; ALVES, F. K. O Papel do Turismo no Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária da Micro-bacia do Rio Sagrado. **Revista Dynamis**. Blumenau – SC, v. 1, p. 34-42, 2008.

SAMPAIO, C. A. C.; ZECHNER, T. C.; HENRÍQUEZ, C. “Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha”. In: II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), 12 a 15 de maio de 2008, Fortaleza (CE). **Anais...**, Fortaleza: 2008.

SAMPAIO, C. A. C.; SKEWES, J. C.; CONWAY, F. Tecnologia de ensino e aprendizagem para inclusão social: a experiência da disciplina/projeto filosofias do desenvolvimento no âmbito do programa de honra em estudos ambientais e

desenvolvimento humano sustentável da Universidade Austral de Chile. **Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente** (UFPR), n. 19, p. 129-143, jan./jun. 2009.

SAMPAIO, C. A. C.; AZKARRAGA, E. J.; ALTUNA, G. L.; FERNANDES, V. Pensando la experiencia de cooperativismo de Mondragón bajo la mirada de la ecosocioeconomía de las organizaciones. In: ALTUNA, R.; GRELLIER, H.; URTEAGA, E. (Org.). **Cuestiones practicas en la economía social globalizada. Cuestiones practicas en la economía social globalizada**. 2ed. Oñati: Mondragón Bilduma (Universidad de Mondragón), 2010, v. , p. 209-255.

SAMPAIO, C. A. C.; DALLABRIDA, I. S., PELLIN, V. Para pensar a socioeconomia das organizações: estudo comparativo de uma experiência incipiente brasileira com um projeto demonstrativo chileno. **Revista Paranaense de Desenvolvimento (IPARDES)**, Curitiba, v.109, p. 49-80, jul./dez. 2005. Janeiro, Garamond, 2005. 226 p.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, C. A. de J.; CAMPOS, A. C. Estratégias para o desenvolvimento sustentável do turismo. In: CORIOLANO, L. N. M.T; LIMA, L.C. (Org.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

SCHMITZ, H. Aglomerações produtivas locais e cadeias de valor: como a organização das empresas influencia o aprimoramento produtivo. In: LASTRES, H.; CASSIOLATO, J. E.; ARROIO, A. (Comp.). **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Contraponto, 2005.

SHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**. Porto Alegre: Ano VI, n. 11, jun. 2004.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SEBRAE. **Arranjos Produtivos Locais**. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=2568>>. Acesso em: 08/05/2011.

SEMA. SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. **Levantamento de fauna da planície litorânea da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba.** Curitiba, PR, 187 p. 1996. Disponível em: <<http://www.meioambiente.pr.gov.br/>>. Acesso em: 10/08/2011.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, C. T. da. et al. Estudo das unidades ecodinâmicas de instabilidade potencial na APA de Guaratuba: subsídios para o planejamento ambiental. **Boletim Paranaense de Geociências**, v.57, p.9 - 23, 2005.

SINGER, P. **Uma Utopia Militante: repensando o socialismo.** Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1999.

SOFIELD, T. H. B. **Empowerment for sustainable tourism development.** Oxford: Pergamon, 2003.

SOS Mata Atlântica/INPE. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica e ecossistemas associados no período de 2005-2008.** São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.sosma.org.br/>>. Acesso em: 24/08/2011.

SOUZA, C. M. de M. et al. Conhecimento científico e sabedoria tradicional: análise socioambiental participativa da Microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1, p. 29-51, jan-abr/2012, Taubaté, SP, Brasil.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

VEIGA, J. E. **Meio ambiente e desenvolvimento.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. (Série Meio Ambiente).

VIEIRA, P. H. F. Repensando a educação para o codesenvolvimento no Brasil. **Anais...** 8º Encontro Nacional de Ensino Agrícola. Camboriú, SC, out., 2002.

VIEIRA, P. H. F. (Org.). **Conservação da diversidade biológica e cultural em zonas costeiras: enfoques e experiências na América Latina e no Caribe.** Florianópolis: APED, 2003.

VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A. Desenvolvimento Territorial Sustentável em zonas rurais: subsídios para a elaboração de um modelo de análise. In: **Anais...** Seminario Internacional Territorios Rurales en Movimiento, Santiago do Chile. Territorios Rurales en Movimiento: movimientos sociales, actores e instituciones del desarrollo territorial rural. Santiago do Chile: IDRC-CRDI, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

ZAMIGNAN, G. **O perfil do turista da modalidade de turismo comunitário: Um estudo da experiência de Turismo de Base Comunitária na Micro-bacia do Rio Sagrado – Morretes (PR)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo e Lazer). Universidade Regional de Blumenau – FURB, Blumenau, 2009.
ZAMIGNAN, G.; SAMPAIO, C. A. C.; MANTOVANELI JR, O. Etapas de diagnóstico da metodologia de planejamento e gestão de arranjos socioprodutivos de turismo comunitário: a experiência da Microbacia do Rio Sagrado (Morretes, Brasil). **Turismo e Sociedade**, v. 4, p. 249-264, 2011.

ZECHNER, T. C. **Arranjo socioprodutivo de base comunitária, com ênfase no turismo comunitário: o caso da Micro-bacia do Rio Sagrado (Morretes, PR)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo e Lazer). Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.

ZECHNER, T. C. **Arranjo socioprodutivo de turismo de base comunitária, com ênfase no turismo comunitário da Microbacia do Rio Sagrado (Morretes-PR)**. Dissertação (Desenvolvimento Regional). Universidade Regional de Blumenau, 2010.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro semi-estruturado de Entrevista

Aspectos socioeconômicos e políticos

- Organização do trabalho

- 1) Qual é o seu trabalho principal? Realiza outras atividades secundárias além desse?
- 2) Qual é o bem/serviço que você produz?
- 3) Qual é a principal (ais) matéria-prima para o seu trabalho? Que tipo de infraestrutura você necessita para a produção? Quais as condições de trabalho deste espaço?
- 4) Quais as formas de comercialização do bem/serviço?
- 5) O trabalho que realiza hoje é uma consequência do projeto?
- 6) Há sazonalidade? Em que períodos? Isto prejudica seu trabalho?

- Renda

- 6) Qual a origem e o valor da sua renda mensal?
- 7) Houve melhoria na sua renda após participar do projeto?
- 8) Há sazonalidade? Isto interfere em sua renda?

- Associativismo e participação comunitária

- 9) A comunidade se organiza e colabora para resolver questões comuns aos moradores? Como?
- 10) Você faz parte de alguma associação ou grupo aqui na comunidade? Se sim, qual? Se não, por que não participa?
- 11) Você e sua família participaram da criação do projeto do APL.Com? Como? Se não, você tem interesse em se envolver com o projeto? De que maneira?
- 12) Você participa dos planejamentos das atividades, das reuniões? E os demais membros participam?
- 13) No projeto, você trabalhava em conjunto com as outras famílias/pessoas da comunidade nos socioempreendimentos do APL.Tur?
- 14) Quais são as outras atividades que acontecem na comunidade em que há participação dos membros comunitários?
- 15) A comunidade se organiza e colabora para resolver questões comuns aos moradores? Como?

- Turismo de base comunitária

- 16) Pra você, o que é o Turismo de base comunitária?
- 17) Como iniciou a experiência de TBC na comunidade?
- 18) Você já participou/participa da experiência com turismo na comunidade? Como?
- 19) O que você acha da experiência de TBC realizada no Rio Sagrado? Por quê?
- 20) O que são as vivências de TBC oferecidas aos visitantes?
- 21) Por que o turista vem para a comunidade? O que ele procura? Do que ele gosta?

- Relações com instituições de apoio:

- 22) Quais têm sido as principais reivindicações da comunidade local? Elas são atendidas? Como? Se não, por quê?
- 23) Existe participação do poder público na comunidade?

24) Quais as instituições colaboradoras do projeto? Como elas participam? O que acha da participação delas?

25) Você considera importante a participação dessas instituições para o desenvolvimento do projeto? E para a comunidade?

- Educação e qualificação profissional:

26) O projeto deu sugestões para o seu empreendimento? Você seguiu?

27) Você participou de oficinas e/ou cursos de qualificação?

28) O que você achou dessas oficinas e atividades?

29) Essas atividades influenciaram na sua qualificação profissional? Como?

Aspectos socioambientais

- APA de Guaratuba

30) Você sabe o que é uma Área de Proteção Ambiental (APA)?

31) Você ficou sabendo da criação da APA? Como?

32) Houve participação da comunidade no processo de implantação? De que forma?

33) A comunidade participa do conselho da APA?

34) Existe fiscalização na APA?

35) Houve mudança nas ações/atividades da comunidade após a implantação da APA? E pra você, houve alguma mudança?

- Uso e manejo dos recursos:

36) Você utiliza algum recurso da natureza no seu dia a dia ou para o seu trabalho?

37) Como você utiliza/retira esse recurso?

38) Mudou alguma coisa depois da implantação da APA?

39) Quais são os cuidados no dia a dia que você considera importante na conservação da natureza?

40) A água é canalizada? Quem é responsável pela distribuição da água?

41) O que a comunidade costuma plantar/cultivar aqui no Rio Sagrado?

42) Você utiliza essa prática de cultivo há muito tempo?

43) Os turistas que visitam ao Rio Sagrado respeitam a natureza?

44) O projeto desenvolveu alguma atividade de conservação da natureza e do meio ambiente? Você participou? Como? Por quê?

APÊNDICE B – Perfil dos Entrevistados

1 - S. S. (38 anos)

Família: 3 pessoas
 Renda mensal: 1 SM
 Escolaridade: 2º grau completo
 Idade: 38 anos
 Ocupação: assalariada

2 - R. S. (40 anos)

Família: 3 pessoas
 Renda mensal: 1 SM
 Escolaridade: 2º grau completo
 Idade: 40 anos
 Ocupação: diarista

3 - M. C. (67 anos)

Família: 2 pessoas
 Renda mensal: -
 Escolaridade: Ensino superior completo
 Idade: 67 anos
 Ocupação: professor aposentado

4 - R. A. (30 anos)

Família: 4 pessoas
 Renda mensal: 1SM
 Escolaridade: 2º grau incompleto
 Idade: 30 anos
 Ocupação: artesã

5 - R. A. (38 anos)

Família: 4 pessoas
 Renda mensal: 1SM
 Escolaridade: 1º grau
 Idade: 38 anos
 Ocupação: artesão e diarista

6 - C. A. (36 anos)

Família: 2 pessoas
 Renda mensal: 1SM
 Escolaridade: 2º grau completo
 Idade: 36 anos
 Ocupação: agricultora

7 - I.I. (53 anos)

Família: 2 pessoas
 Renda mensal: -
 Escolaridade: 2º grau completo
 Idade: 53 anos
 Ocupação: comerciante

8 - L. B. (50 anos)

Família: 2 pessoas
 Renda mensal: 1SM
 Escolaridade: 2º grau completo
 Idade: 50 anos
 Ocupação: empreendedora

9 - J. S. (38 anos)

Família: 3 pessoas
 Renda mensal: 2SM
 Escolaridade: 2º grau completo
 Idade: 38 anos
 Ocupação: agente comunitária de saúde

10 - A. S. (21 anos)

Família: 2 pessoas
 Renda mensal: 1SM
 Escolaridade: 2º grau completo
 Idade: 21 anos
 Ocupação: secretária